

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

MEGAPROJETOS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MOÇAMBIQUE.

THAYSA DE AZEVEDO CUNHA

2023



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

MEGAPROJETOS E DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

THAYSA DE AZEVEDO CUNHA

Sob Orientação do professor

Robson Dias da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ

Fevereiro de 2023

FICHA CATALOGRAFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

C972m Cunha, Thaysa de Azevedo, 1995-
Megaprojetos e Desenvolvimento: o caso de
Moçambique / Thaysa de Azevedo Cunha. - Rio de
Janeiro, 2023.
139 f.: il.

Orientador: Robson Dias da Silva.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas,
2023.

1. Moçambique. 2. Cooperação Sul-Sul. 3.
Megaprojetos. 4. Desenvolvimento Socioeconômico. 5.
Relações Sino-Moçambicanas. I. Silva, Robson Dias
da, 1976-, orient. II Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas
III.
Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS



TERMO Nº 312 / 2023 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.019203/2023-05

Seropédica-RJ, 29 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS

THAYSA DE AZEVEDO CUNHA

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a), no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/02/2023

ROBSON DIAS DA SILVA. Dr. UFRRJ
(Orientador, Presidente da Banca)

CARLA HIRT. Dr.^a IFRJ

CARMEN ISABEL DE OLIVEIRA AMADO MENDES. Dr.^a UC

(Assinado digitalmente em 30/03/2023 20:43)

ROBSON DIAS DA SILVA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCE/IM (12.28.01.00.00.84)
Matrícula: 1555307

(Assinado digitalmente em 30/03/2023 19:49)

CARLA HIRT
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 009.083.850-56

(Assinado digitalmente em 11/04/2023 15:07)

CARMEN ISABEL DE OLIVEIRA AMADO MENDES
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: 10515811

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **312**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/03/2023** e o código de verificação: **9e381f418b**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho não seria possível sem a colaboração das pessoas e instituições que participaram diretamente ou indiretamente nesta jornada. Manifesto, então, os meus sinceros agradecimentos:

À minha família, especialmente ao meu pai e mãe que sempre me apoiaram nas minhas decisões e que nestes dois últimos anos me apoiaram emocionalmente e financeiramente para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado e aos estudos.

Ao Professor Doutor Robson Dias, meu professor, orientador e amigo que me acompanhou na construção dessa dissertação e por me convidar a investigar e explorar o mundo africano e que sempre se mostrou disponível para esclarecer dúvidas, dar opiniões e apoiar as alterações nesta pesquisa.

Aos professores do curso de mestrado e aos professores que participaram da banca de qualificação por compartilhar seus conhecimentos e competências que contribuíram na elaboração e ajustes necessários deste trabalho.

Aos colegas de mestrado e em especial à uma amiga que sempre esteve presente incentivando, apoiando, ouvindo meus questionamentos e dúvidas, debatendo sobre diversos temas de geopolítica e comemorando minhas vitórias, Maria Isabel Bueno da Costa. O mestrado se tornou mais leve tendo o apoio de uma pessoa tão querida.

Aos meus amigos, que sempre se mostraram interessados na pesquisa e me apoiaram incondicionalmente.

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo fomento, apoio financeiro e consolidação do programa de pós-graduação stricto sensu em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas e demais programas no Brasil e também pela concessão da bolsa de estudos que foi fornecida.

Agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – PPGDT pelo incentivo à pesquisa e à ciência. Agradeço à coordenação do programa por sempre se encontrar disponível a sanar dúvidas e apoiar os alunos durante esses dois anos de estudo.

Quando o meu sonho me ilumina eu escrevo África.
África me faz e me rodeia. Eu amo essa gente cheia de África.
O chão da África tem cheiro de mim.
Na África, todos os caminhos nos levam às fontes de terra e às origens do mundo.
E o que me torna africano?
É o amor pela terra e pela cultura. A terra me ilumina.
A cultura me encanta.
Minha alma é atravessada por imensos rios, como rio Nilo, que nasce no meu corpo.
Em mim, há quedas de águas, sobre mim, caminham cursos de rios.
A maioria dos rios da África nasce no planalto dos olhos.
Por isso, eu caminho de mãos dadas com a flora e a fauna.
Sou savana africana de mim mesmo.
A poesia africana é pra se vestir dela e correr poemas pelo mundo
E eu escrevo para justificar a poesia africana.
Não acredito na riqueza material fácil e rápida para todos os africanos.
Mas acredito no ideal de riqueza espiritual através da promoção da cultura.
Eu hoje escrevo o coração da África. Nunca me separo da África porque a trago dentro de mim.
África é dentro de mim.

Africanizando
Morgado Mbalate

RESUMO

CUNHA, Thaysa. Megaprojetos chineses e desenvolvimento territorial: O caso de Moçambique. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto Multidisciplinar, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2022.

O presente estudo busca analisar a cooperação sino-moçambicana e o papel dos megaprojetos no plano de desenvolvimento territorial de Moçambique entre os anos 2000-2020. O trabalho colabora com uma análise sobre o papel estratégico da China sob a perspectiva do fortalecimento da infraestrutura moçambicana e utiliza a hipótese de que políticas lastreadas em megaprojetos podem funcionar como motor de desenvolvimento regional. A pesquisa buscou responder à pergunta: em que medida os investimentos chineses na construção de megaprojetos de infraestrutura podem atuar como propulsores de crescimento econômico e colaborar para o desenvolvimento produtivo e social em Moçambique? Para responder esta questão, utilizou-se uma metodologia aplicada e descritiva, de revisão bibliográfica, coleta, compilação e análise de dados.

Palavras-chave: Moçambique; Cooperação Sul-Sul; Megaprojetos; Desenvolvimento Socioeconômico; Relações Sino-Moçambicanas.

ABSTRACT

CUNHA, Thaysa. Chinese megaprojects and territorial development: Mozambique's case. Thesis (Masters in Territorial Development and Public Policy), Instituto Multidisciplinar, Instituto de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The current study's aim is to analysis the cooperation between China-Mozambique and the megaproject's role in the territorial development plan of Mozambique in 2000-2020. The paper supports the analysis of China's strategic role under the perspective of the Mozambican infrastructure improvement, considering the hypothesis that political focus on megaprojects can cooperate to promote regional development. The research seeks to answer the question: Is it possible to assume that Chinese investments in megaproject's constructions can increase economic growth and result in productive and social development in Mozambique? In order to answer this question, it was adopted an applied and descriptive methodology, literature review and data's collection and analysis.

Key-Words: China; Mozambique; Cooperation South- South; Megaprojects; Socioeconomic Development; Sino-Mozambican Relation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Moçambique na África.....	17
Figura 2 –Mapa cor de rosa. Área pretendida pelos portugueses.....	20
Figura 3- Divisão Político e Administrativa de Moçambique.....	40

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 - Classificação dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento – Aspectos Gerais.....	52
Quadro 2 - Classificação dos megaprojetos	71
Quadro 3- Assistência chinesa à África por país.....	86
Quadro 4 - Principais países de origem do IED em Moçambique (2010- Primeiro semestre de 2016).....	99
Quadro 5 - Construções chinesas em Moçambique (2003-2018).....	103
Quadro 6 - Principais perfis de trabalho e níveis de habilidade nas cadeias de valor do turismo	118
Quadro 7- Potencial turístico em Moçambique por províncias moçambicanas	119
Tabela 1- Exportação legal de escravos em Moçambique (1764-1830)	23
Tabela 2- Trabalhadores mineiros e moçambicanos nas minas de ouro sul-africanas (1902-1961).....	25
Tabela 3 - Dados sociodemográficos de Moçambique (1992-2020).....	41
Tabela 4- IED em Moçambique – Principais parceiros de investimentos (%) - 2020	45
Tabela 5- IED em Moçambique por setores de atividade em US\$ milhões (2016-2020).....	46
Tabela 6 - Evolução do Turismo em Moçambique 2001-2019.....	117

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução da taxa de crescimento do PIB – Moçambique (1999 – 2020).....	43
Gráfico 2 – Evolução do PIB per capita em U\$ - Moçambique (1992-2020).....	43
Gráfico 3 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) – Fluxo em U\$ milhões (2000-2019)	44
Gráfico 4 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) em proporção do PIB (2000-2020).....	44
Gráfico 5 – Estrutura da exportação de Moçambique por grupo de produtos em 2020.....	47
Gráfico 6 – Estrutura da importação de bens por grupo de produtos em Moçambique 2020..	48
Gráfico 7 – Evolução da taxa de crescimento do PIB chinês (1980-2020).....	80
Gráfico 8 – Investimento chinês no setor de infraestrutura em Moçambique – milhões (2008-2017).....	105
Gráfico 9 - Distribuição do IED chinês em Moçambique por província – em U\$ milhões (2006-2017).....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. UM RETRATO DE MOÇAMBIQUE: DO PERÍODO COLONIAL AO PÓS INDEPENDÊNCIA.	17
1.1 Aspectos gerais de Moçambique Colonial e a ascensão do nacionalismo moçambicano.....	18
1.2 A FRELIMO e a construção de Moçambique Independente	29
1.3 Aspectos socioeconômicos atuais de Moçambique: da transição de uma economia socialista para uma economia liberal.....	39
2. MEGAPROJETOS E DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS	51
2.1 Aspectos teóricos sobre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento	51
2.2 Megaprojetos e Desenvolvimento das cidades.....	70
3. O PAPEL DA CHINA EM MOÇAMBIQUE: INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS, COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.	79
3.1 Relações Sino-Africanas: como tudo começou.....	81
3.2 A influência chinesa na África Subsaariana.....	91
3.3 Cooperação sino-moçambicana no século XXI: dilemas, realidades e o envolvimento chinês em Moçambique.	97
3.4 Expansão chinesa em Moçambique: críticas, desafios e perspectivas para o futuro. 107	
3.5 Indústrias sem chaminés: uma nova abordagem para o desenvolvimento territorial em Moçambique?	116
CONCLUSÃO	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127

INTRODUÇÃO

Durante séculos, o continente africano esteve associado ao fornecimento de matéria-prima e recursos naturais para os países industrializados (desenvolvidos). No entanto, com a implementação de novas estratégias de desenvolvimento econômico e uma melhora na conjuntura e gestão macroeconômica dos países africanos, esta perspectiva sofreu alterações e uma nova forma de encarar a África tem chamado a atenção de estudiosos e pesquisadores, que se dedicam a compreender e analisar as transformações econômicas, sociais e políticas que essas nações têm sofrido ao longo do tempo.

Neste sentido, destaca-se a reaproximação e ascensão chinesa na África que representa não somente uma grande mudança no tabuleiro da geopolítica atual, mas a porta de entrada para uma nova e atrativa alternativa para fomentar o crescimento econômico em países africanos. Ao longo dos anos 2000, a China foi um dos maiores parceiros comerciais, investidores e financiadores de países africanos, especialmente àqueles localizados na África Subsaariana e que possuem grandes reservas de recursos naturais, além de amplo mercado consumidor.

A República de Moçambique se encaixa no perfil desses países que atendem aos interesses chineses na África. Do ponto de vista geopolítico, o país se beneficia de uma excelente localização geográfica por possuir uma extensa costa, e por isso muitas vezes é associado como porto natural de entrada na África Austral (Moçambique é banhado pelo Oceano Índico), também possui três portos estratégicos, sendo eles os Portos de Maputo, da Beira e de Nacala, além dos corredores de desenvolvimento que permitem o trânsito e escoamento de mercadorias da costa para o interior da África. No início dos anos 2000, Moçambique experimentou uma nova tendência de crescimento econômico marcada por atrativas taxas de crescimento do seu produto interno bruto (PIB) e incremento do nível de investimento estrangeiro direto (IED), este relacionado à reaproximação do governo chinês ao governo moçambicano e à descoberta de reservas de carvão e gás.

Embora as relações sino-moçambicanas tenham se intensificado ao longo dos anos 2000, foi em 2016 que o gigante asiático alcançou a posição de maior investidor em Moçambique a partir da construção de diversos projetos de infraestrutura por parte de empresas chinesas e/ ou a partir de financiamento e doações do governo chinês. Em suma, pode-se afirmar que tais projetos foram apreciados pelo governo moçambicano dado o déficit de infraestrutura local em Moçambique após o período de luta pela independência e conflito civil que devastaram o país. Além do apoio na construção de novos empreendimentos, a cooperação sino-moçambicana também esteve presente no envio de ajuda humanitária, concessão de bolsas de

estudos para estudantes moçambicanos estudarem na China, envio de médicos, professores, construção de escolas, centros tecnológicos e hospitais no país africano.

O presente trabalho procura contribuir com uma análise dos efeitos socioeconômicos da presença chinesa no desenvolvimento territorial de Moçambique sob a ótica da construção de infraestrutura urbanas no país, além de assistir demais estudos sobre a promoção de políticas lastreadas em megaprojetos como motor de desenvolvimento regional e estudos sobre a cooperação econômica sino-lusófona. A questão norteadora que esta pesquisa busca responder é: em que medida os investimentos chineses na construção de megaprojetos de infraestrutura alavancaram o desenvolvimento socioeconômico em Moçambique?

Com o propósito de responder essa questão, utiliza-se duas hipóteses: a) megaprojetos são manifestações concretas de uma estratégia de competição a nível nacional e internacional entre as grandes cidades para atrair investimentos; b) a adoção de políticas de desenvolvimento concentradas na promoção de megaprojetos, além de moldar o futuro das grandes cidades em diferentes escalas, podem colaborar tornando a economia local mais dinâmica com a ampliação de empregos e geração de renda.

Com relação aos seus objetivos, seu objetivo principal é identificar os principais efeitos (econômicos e/ou sociais) relacionados à implementação de megaprojetos de infraestrutura chineses no território moçambicano. Destacam-se os seguintes objetivos específicos: a) analisar a dinâmica econômica e social de Moçambique no pós Guerra Civil; b) apresentar a literatura nacional e internacional sobre megaprojetos, desenvolvimento e subdesenvolvimento; c) estudar as características da presença chinesa em Moçambique; d) introduzir se a proposta de indústrias “sem chaminés” pode ser um caminho de inclusão social e desenvolvimento econômico em Moçambique.

Referente à estrutura metodológica aplicada, propõe-se um trabalho de natureza qualitativa, onde foi utilizado o método de revisão bibliográfica de obras, artigos, relatórios, dissertações e teses de doutorado, pesquisa documental em sites do governo moçambicano, revistas, jornais e etc. Ao longo do estudo serão apresentados também dados estatísticos extraídos de relatórios de instituições oficiais de Moçambique, como o Banco de Moçambique, relatórios e dados do Banco Mundial, UNCTAD e outras instituições. Os dados expostos foram analisados e transformados em gráficos e tabelas para análise dos resultados.

Além disso, esse estudo está organizado em: introdução, três capítulos e conclusão. No primeiro capítulo, pretende-se descrever o contexto histórico, político e econômico de Moçambique desde o período colonial até a atualidade. Essa contextualização permitirá que o leitor compreenda quais foram os caminhos “trilhados” e os principais desafios do país em

busca do desenvolvimento socioeconômico e tem o título “Um retrato de Moçambique: Do período colonial ao pós independência”.

O capítulo seguinte, sob o título “Megaprojetos e desenvolvimento: Abordagens clássicas e contemporâneas”, tem a proposta de discutir as principais teorias acerca de desenvolvimento e subdesenvolvimento e apresentar a discussão dos megaprojetos presentes na literatura.

No terceiro capítulo “A cooperação chinesa em Moçambique: Investimentos estrangeiros diretos, comércio exterior e desenvolvimento territorial” tem o objetivo de investigar o papel da China na África Subsaariana sob a perspectiva das relações sino-moçambicanas. Nesta etapa serão analisados temas como investimentos estrangeiros diretos, reaproximação chinesa em Moçambique (efeitos positivos e/ou negativos) e desenvolvimento territorial. Esta pesquisa foi finalizada com uma breve introdução de uma nova proposta ou uma nova perspectiva que tem o objetivo de contribuir e acelerar o desenvolvimento socioeconômico no país e que possui um grande potencial em solo moçambicano, as chamadas “indústrias sem chaminés”.

1. UM RETRATO DE MOÇAMBIQUE: DO PERÍODO COLONIAL AO PÓS INDEPENDÊNCIA.

Moçambique (figura 1) é um país situado na África Austral banhado pelo Oceano Índico com litoral de 2.515 km e extensão territorial de aproximadamente 800 mil km². Ao Norte faz limite com a Tanzânia, a noroeste com o Malauí, a oeste com a Zâmbia e Zimbábue e a sudoeste com a África do Sul e Suazilândia. O país é um dos dezesseis integrantes da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – Southern African Development Community) e um dos integrantes da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), uma vez que Moçambique é ex-colônia portuguesa.

Figura 1 – Moçambique na África



Fonte: United Nations Geospatial Information Section, 2020

Moçambique abriga reservas de petróleo, gás natural, carvão e minerais. Por conta disso, a sua exploração se tornou uma das principais fontes de recursos para promoção do desenvolvimento econômico, vide interesses de indústrias extrativistas, que aumentaram seus investimentos na construção de megaempreendimentos ao longo do território de Moçambique. Com relação à atividade agrícola no país, devido aos intensos períodos de seca na região norte e as enchentes na região sul, Moçambique não é autossuficiente na produção de alimentos devido à sua baixa produtividade agrícola. Assim, embora o país conte com 36 milhões de hectares de terra arável e uma rede de 60 rios, Moçambique ainda é um grande dependente de ajuda alimentar (Roque e Alden, 2012).

Os reflexos do colonialismo, das desigualdades raciais, da recente independência de Portugal (1975), da guerra civil (1977-1992) e a disputa geopolítica entre capitalismo e comunismo estão presentes até hoje no país. Em termos político-econômico, Moçambique integra o grupo de países com os piores índices de desenvolvimento humano (IDH) do mundo, segundo dados da ONU 2020, ocupando o 181º lugar em um *ranking* de 189 países.

Neste capítulo, o principal objetivo é analisar o contexto histórico, político e social de Moçambique desde o período colonial até a atualidade. A sua finalidade é contextualizar o leitor de modo a fornecer a história e o caminho traçado pelo país em busca do desenvolvimento, crescimento econômico, redução da pobreza e desigualdade social. Para isso, ele foi organizado em três tópicos, sendo eles: a) os aspectos estruturais de Moçambique colonial e a ascensão do nacionalismo moçambicano; b) a FRELIMO e o processo de independência do país; c) uma análise dos aspectos gerais socioeconômicos de Moçambique na atualidade.

O objetivo da primeira seção é contextualizar o leitor sobre o que foi Moçambique no período colonial, as dinâmicas sociais e econômicas presentes naquele momento. Já na segunda seção, propõe-se discutir o processo de independência e seus efeitos na sociedade moçambicana, pois parte-se da hipótese de que o atual cenário socioeconômico de Moçambique é fruto do longo período de guerras vivido no país. Por fim, a última seção busca trazer ao leitor uma leitura de Moçambique na atualidade, a partir de dados econômicos, sociais e demográficos.

1.1 Aspectos gerais de Moçambique Colonial e a ascensão do nacionalismo moçambicano.

Quando os brancos chegaram ao nosso país, nós tínhamos a terra e eles tinham a bíblia; depois eles nos ensinaram a rezar; agora temos a bíblia e eles têm a terra.

Jomo Kenyatta, fundador da República do Quênia.

Libânio e Castigo (2021) dividiram a história de Moçambique em quatro períodos, sendo eles: o período colonial; pós independência e de economia centralmente planejada; período de transição para o liberalismo e os programas de ajustamento estrutural; e o período atual com os desafios do século XXI. Neste primeiro momento, tem-se o objetivo de fazer uma leitura do que foi o período colonial e suas consequências sociais e econômicas para o país.

Ao contrário do que se imagina, Portugal não foi o primeiro país a se instaurar no território moçambicano. Antes da chegada dos portugueses, foram os comerciantes árabes e indianos que visitaram, se fixaram e criaram postos comerciais por cerca de mil anos, espalhando o islã e sua cultura material entre os povos da região costeira (MONDLANE, 1975; CABAÇO, 2007; MASSANGAIE, 2017). A conquista de Moçambique pelos portugueses, conforme destacam Visentini (2012) e Mondlane (1975), ocorreu por volta de 1498 por meio da grande viagem do navegador português Vasco da Gama, que, a caminho das Índias, encontrou a ilha de Moçambique no início de março daquele ano. No entanto, a ocupação efetiva de Portugal ocorreu substancialmente durante o final do século XIX após a Conferência de Berlim (1884-1885) – reunião entre as principais potências do século XIX onde se discutiu a ocupação do território africano, que ficou conhecido como Partilha da África (LIBÂNIO e CASTIGO 2021; CAU, 2011).

A respeito da Conferência de Berlim, segundo Charles e Sá (2011) as grandes expedições na África geraram um clima de tensão e rivalidade entre as potências europeias no que diz respeito a disputa por territórios. Portugal reivindicava áreas cada vez maiores do continente africano, alegando ser o primeiro país europeu a pisar naquelas terras e por ter realizado diversas expedições marítimas na sua costa. Para consolidar a sua soberania, as autoridades portuguesas ambicionavam aumentar o domínio português de costa a costa, em um projeto que reclamava por terras definidas em um mapa com uma ampla faixa cor de rosa que juntava a costa do Oceano Atlântico (Angola) à costa do Oceano Índico (Moçambique).

Este projeto ficou conhecido como Mapa Cor de Rosa (figura abaixo) e colidiu com os interesses dos ingleses que desejavam expandir a sua influência na África a partir da construção de um projeto ferroviário que atravessaria o continente africano de norte a sul ligando o Cairo à Cidade do Cabo. A fim de evitar uma guerra e reduzir as tensões provocadas pela disputa dos territórios africanos, as grandes potências europeias imperialistas convocaram uma conferência no fim do ano de 1884 para estipular as zonas de influência de cada país no continente e o estabelecimento de regras para a corrida à África. Em consequência desta conferência, o mapa cor de rosa português saiu perdedor e ficou definido que as colônias portuguesas na África

seriam: Guiné-Bissau, Cabo Verde - ambos África Ocidental - Angola, São Tomé e Príncipe - África Central - e Moçambique - África Oriental - (CHARLES e SÁ, 2011).

Figura 2 –Mapa cor de rosa. Área pretendida pelos portugueses.



Fonte: Charles e Sá (2011)

A “descoberta” de Moçambique desencadeou em visitas esporádicas de navios portugueses e o estabelecimento de pequenos e isolados postos comerciais (feitorias) do império colonial português ao longo da costa do país. Sobre esse processo, Cabaço (2007) destacou que a presença europeia na África Oriental se deu

muito lentamente, ao longo da costa, de preferência em ilhas ou penínsulas que ofereciam melhores facilidades para o acesso das suas embarcações, posições mais favoráveis para se defenderem das populações hostis e de comerciante rivais (árabes e europeus) e condições ambientais que atenuavam o choque bacteriológico. Ali se edificaram fortificações militares para garantir as rotas marítimas e entrepostos comerciais (CABAÇO; 2007; p. 28).

Ainda segundo o autor, portugueses buscavam no continente africano vestígios de ouro, prata e marfim a partir da penetração no interior do seu território “preferencialmente subindo os rios, e esporadicamente por lá se fixaram” (CABAÇO, 2007, p. 29). Isolados ou acompanhados de homens armados, os europeus usavam diferentes estratégias de sobrevivência que iam desde alianças com chefes locais – através de casamentos forçados –, e também por meio do uso da força – via alianças com outros chefes locais.

O Estabelecimento dos portugueses em Moçambique não foi pacífico e livre de obstáculos. Visentini citou que Portugal tentou, sem sucesso, a expansão para o interior em busca de ouro “que foi barrada por habitantes do atual território de Zimbábue” (VISENTINI, 2012; p. 89). No entanto, apesar das dificuldades iniciais enfrentadas e de algumas derrotas, os portugueses não só conseguiram se expandir, mas intensificaram cada vez mais as invasões, até que por volta de 1607 conseguiram, através da persuasão, a concessão por parte de Muenemutapa Gatsi Rusere (antigo rei do Estado de Muenemutapa¹) de todas as minas que existiam dentro do seu território, além de reconhecer o poder e a autoridade de Portugal naquela região (MASSANGAIE, 2017).

Durante os séculos XVII e XVIII, os portugueses se estabeleceram entre o Norte e as partes centrais de Moçambique e fixaram um sistema de prazos² ao longo do vale do Zambeze, Sofala e Querimba. Esses sistemas tinham por objetivo a criação de uma comunidade permanente de ocupantes portugueses que estariam a serviço como agentes leais da Coroa Portuguesa, contemplando aos colonos a corresponsabilidade na administração do território. Massangaie (2017), Cabaço (2007), Mondlane (1975) e Isaacman e Isaacman (1983) destacaram que a entrada e posterior expansão do império Português no país africano teve como principais atores:

i. A introdução de prazeiros, membros titulares de porções de terras atribuídos aos colonos e proprietários portugueses. Eles eram responsáveis pelo controle de distritos inteiros e em troca, pagariam impostos, prestariam serviços periódicos ao rei de Portugal, obedeceriam a todas as leis metropolitanas e usariam seus exércitos de escravos (*Chikunda*) para conquistar outros povos;

ii. Missionários dominicanos, católicos e Jesuítas que introduziram o Cristianismo na África Oriental. Eles não só possuíam vastas porções de terras, mas também administravam de forma similar à que era usada pelos prazeiros. Além de cobrar impostos por cabeça, assim que perceberam a escravatura como um negócio rentável, entraram no negócio de compra e venda de escravos.

Após o estabelecimento do controle político e administrativo e depois de passar à Igreja católica a responsabilidade pela “pacificação” espiritual do povo moçambicano, Portugal

¹ O mais antigo e mais importante império, Muenemutapa abrangia uma área que se estendia da margem sul do rio Zambeze ao rio Save e nas terras altas da atual região de Zimbábue. Essa região era muito importante devido ao alto controle e concentração de grandes cadeias de minas e de metalurgia de ferro e ouro. (Isaacman e Isaacman; 1983)

² Segundo Cabaço (2007; p. 91), os sistemas de prazos tratavam-se de uma configuração inspirada no modelo feudal português e cuja estrutura de poder dialogava com formas de poder das sociedades nativas.

iniciou a distribuição e exploração dos seus recursos naturais (que iam desde terras agrícolas, portos da Beira, de Lourenço Marques e de Nampula aos rios do país) com vistas aos seus interesses econômicos³. Neste sentido, o governo português alugou extensões de terras às empresas estrangeiras, que adquiriram direitos sobre a utilização dos recursos naturais de Moçambique e também foram autorizadas a controlar os africanos que lá se encontravam. Consequentemente, a população moçambicana além de lidar com a autoridade do colonizador por meio de governadores, administradores e chefes de posto, tinha que lidar também com as empresas locais que detinham de direitos – concedidos por Portugal –, tanto para forçar os homens fisicamente aptos ao trabalho quanto, em determinados momentos, forçar mulheres e crianças a trabalhar nas suas áreas de plantação (MONDLANE,1975).

Mondlane (1975) também destacou que a terra era uma das principais fontes de lucro para o governo português. Com o avanço da expansão portuguesa no país, as terras começaram a ser convertidas principalmente em plantações e fazendas para o cultivo de safras comerciais, como açúcar, sisal e algodão. Funcionários públicos e oficiais portugueses eram incentivados a permanecer na província, além do governo se esforçar para “importar” colonos da metrópole com o objetivo de expandir o domínio territorial povoando e fortalecendo o “novo território português”. Assim, uma forte característica de Moçambique colonial era a intensa retirada de terras de africanos em direção aos colonizadores portugueses em meio a um processo de total privação de direito sobre o uso de terras.

A comercialização de escravos e a utilização da mão de obra na costa Moçambicana também foi uma fonte de recursos para o governo português revelada por Mondlane (1975) e ressaltada por Cabaço (2007). Segundo Mondlane (1975), a exploração do trabalho escravo foi fundamental e se tornou a forma mais lucrativa de comércio em Moçambique colonial, e rapidamente a escravidão se estabeleceu no país como o padrão inicial para o desenvolvimento da colônia.

O avanço do tráfico da África ocidental para as Américas (especialmente para o Brasil) originou uma procura superior à oferta, e consequentemente resultou na elevação do custo de cada escravo durante a passagem do século XVIII para o século XIX. Diante disso, o baixo preço do escravo em Moçambique contribuiu para, além de intensificar a procura de indivíduos para exploração de mão de obra escrava no país, tornar a economia escravista predominante e a mais rentável em todo território de Moçambique “subalternizando paulatinamente os outros

³ Segundo Isaacman e Isaacman (1983), Lisboa era particularmente interessada em ganhar o controle de Moçambique por causa dos portos estratégicos e a existência de ouro e marfim que Portugal precisava para custear suas políticas expansionistas. (Isaacman e Isaacman; 1983; p.14)

produtos tradicionalmente comercializados” (CABAÇO, 2007, p.63) – sobretudo produtos agrícolas, vale ressaltar. Segundo Massangaie (2017), os traficantes de escravos oriundos do Brasil, Estados Unidos e das Ilhas Caribenhas compravam escravos em pequenas quantidades nas vilas do Sul de Moçambique como Inhambane e Loureço Marques e no Norte nas ilhas Quirimbas. No início do século XIX, cerca de 10.000 escravos eram legalmente exportados de Quelimane e da Ilha de Moçambique por ano. Entre 1817 e 1843 cerca de 100.000 escravos foram exportados apenas para o Brasil (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983). A tabela abaixo mostra a evolução do tráfico de escravos em Moçambique de 1764 à 1830.

Tabela 1- Exportação legal de pessoas na condição de escravidão em Moçambique (1764-1830)

Ano	Número de Escravos	Origem/ Destino
1764	108	De Quelimane
1768	158	De Quelimane
1770-1779	9.158	De Ilha de Moçambique para Ilha Mascarene
1781	9.315	De Ilha de Moçambique para Navios Portugueses
1784	2.313	De Ilha de Moçambique para Navios Portugueses
1788	11.016	De Ilha de Moçambique para Navios Portugueses
1794	3.807	
1803	5.239	De Ilha de Moçambique
1818	9.281	
1819	12.953	De Ilha de Moçambique para Brasil
1821	15.282	Total Exportados de Ilha de Moçambique e Quelimane para Rio de Janeiro
1822	9.371	Exportados de Ilha de Moçambique e Quelimane para Rio de Janeiro
1825	7.808	Exportados de Ilha de Moçambique e Quelimane para Rio de Janeiro
1828	11.488	Exportados de Ilha de Moçambique e Quelimane para Rio de Janeiro
1830	10.449	Exportados de Ilha de Moçambique e Quelimane para Rio de Janeiro

Fonte: Isaacman e Isaacman, 1983, p.17

O comércio de escravos resultou em desastrosos efeitos econômicos e sociais de longo prazo em Moçambique. Campos foram devastados, aldeias e povos inteiros destruídos e sobreviventes obrigados a fugir para locais inacessíveis e improdutivos para evitar invasores traficantes de escravos. A ruptura violenta de grande parte da economia rural e a exportação de

membros das sociedades indígenas moçambicanas foram responsáveis também pela intensificação do processo de subdesenvolvimento e empobrecimento no país.

Após a abolição do trabalho escravo, que foi proclamada pela Inglaterra em 1807, e o surgimento do trabalho assalariado, paulatinamente a mão de obra moçambicana passou a ser utilizada dentro do próprio continente por meio do trabalho forçado. A migração de moçambicanos em direção às minas de ouro da África do Sul (verificar a tabela 2) e para as plantações em antigas colônias inglesas se tornou a principal fonte de divisas externas para Portugal. Segundo Isaacman e Isaacman (1983), o Estado Português ganhou receita adicional por meio da emissão de licenças de recrutamento de Moçambique para o país vizinho, a África do Sul. Nas palavras de Cau (2011), “para alimentar as suas necessidades econômicas e suprir a falta de divisas, o colonialismo português assinou um acordo de cooperação com o governo sul-africano para o uso de mão de obra a sul de Moçambique nas minas sul-africanas” (CAU, 2011, p.19). Esse regime aprofundou ainda mais a condição subalterna, o preconceito e a exploração a que a população moçambicana estava condicionada. Saraiva (2008) caracterizou Moçambique como um “bolsão de reserva de força de trabalho migrante” (SARAIVA, 2008, p.216) e para o autor,

[...] Moçambique carregou, e de certo modo ainda carrega, herança colonial. A África do Sul é herdeira desse arquétipo colonial que aprisiona o Moçambique contemporâneo. A estrutura do trabalho forçado, no interior e exterior, apenas alcançou seu término formal em fins dos anos 60. [...] Em 1960, quase um milhão de moçambicanos eram submetidos aos rigores do trabalho forçado, em obras públicas, nas plantações de algodão na colônia ou eram enviados para as minas sul-africanas (SARAIVA, 2008, p.216).

A exportação de trabalhadores para as minas da África do Sul somado a prestação de serviços de construção da infraestrutura local foi, segundo Brito (2019), o aspecto mais importante da integração de Moçambique no complexo econômico da África Austral, e a estrutura econômica do país, a partir do século XIX, foi construída obedecendo duas dinâmicas que se articulavam. “Por um lado, Moçambique assumia o papel colonial de produtor tradicional de matérias-primas e mercado protegido para a metrópole, por outro lado atendia às necessidades econômicas dos países vizinhos, especialmente da África do Sul” (BRITO, 2019, p.14).

Tabela 2- Trabalhadores mineiros e moçambicanos nas minas de ouro sul-africanas (1902-1961)

Ano	Número total de Mineiros	Mineiros Moçambicanos
1902		38.635
1903		43.595
1904	77.000	50.997
1905	81.000	59.284
1908	149.000	8.192
1909	157.000	85.282
1912	191.000	91.546
1913	155.000	80.832
1915	198.000	83.338
1918	158.000	81.306
1920	173.000	96.188
1922	183.000	80.959
1927	215.000	107.672
1929	205.000	96.667
1931	226.000	73.924
1932	233.000	58.483
1933	318.000	88.499
1939	323.000	84.335
1942	310.406	74.507
1945	320.147	78.806
1946	305.400	96.300
1951	306.100	106.500
1956	334.500	102.900
1960	396.700	95.500
1961	413.900	100.200

Fonte: Isaacman e Isaacman, 1983, p.33

O regime de trabalho forçado, outra característica importante de Moçambique colonial, titulado por “*chibalo*”, citado por Cabaço (2007) e reforçado por Isaacman e Isaacman (1983), funcionava da seguinte forma: com a obrigatoriedade do trabalho, o governo português introduziu uma espécie de imposto chamado “imposto de palhota” para todos os indígenas do sexo masculino em idade produtiva, e o não pagamento desse imposto consequentemente

implicava na prestação de trabalho forçado, que consistia na falta de remuneração e também no tempo indeterminado para prestação de serviço às autoridades coloniais.

Por meio do trabalho forçado criou-se sistemas de transportes e abastecimento ligando Moçambique a outros países, além de fortalecer as conexões dentro do próprio país. Diante da necessidade de escoamento da produção foram criados o Porto de Lourenço Marques e a primeira linha férrea ligando a África do Sul a Moçambique (VISENTINI, 2012; CAU, 2011). No entanto, as péssimas condições de trabalho, os salários injustos e a imposição do trabalho forçado combinados com a política exploratória do Estado Português produziram em 1947 uma série de greves no cais de Lourenço Marques e nas plantações vizinhas, que culminaram numa revolta em 1948. Os participantes foram punidos, e vários deles deportados para São Tomé. Em 1956, novamente em Lourenço Marques, outra greve terminou com a morte de 49 participantes (MONDLANE, 1975).

Em 1962 foi criado o grupo FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que assumiu o trabalho de organização e montou um sistema coordenado que ajudou a planejar uma série de greves que eclodiram em 1963 em Lourenço Marques, Beira e Nacala reivindicando melhores condições de trabalho e salários (MONDLANE, 1975). Os participantes da FRELIMO também contribuíram para organizar o primeiro movimento guerrilheiro em Moçambique que lutou pela independência e contra a opressão de Portugal no país, mas antes da discussão sobre o que foi, a importância e como a FRELIMO se organizou, é necessário entender o que originou a formação deste grupo. Com isso, torna-se viável a discussão sobre o que foi a ascensão do nacionalismo moçambicano.

Segundo Visentini (2012), a descolonização tardia dos territórios portugueses na África possibilitou e abriu caminho para a organização de movimentos de libertação e para as revoluções nacionais democráticas e socializantes no continente africano. Chamou atenção ainda que a década de 1960 testemunhou um verdadeiro palco de lutas e guerras decorrentes desses processos revolucionários que tinham por objetivo libertar as nações africanas do imperialismo, do atraso do Terceiro Mundo e da opressão de seus colonizadores. Foram, sobretudo, movimentos que buscavam reascender o nacionalismo africano incorporando as massas ao sistema político; promover o desenvolvimento econômico, oportunidades e qualidade de vida para a população, e construir Estados e nações africanas. Neste contexto, surgiu também um movimento de reconhecimento, luta pela identidade do ser africano, a valorização da sua cultura e história enraizada no Pan-Africanismo, uma ideologia que propõe a união de todos os povos da África e que buscou dar voz e reconhecimento ao continente em meio ao contexto internacional.

Massangaie (2017) revelou que a ascensão do nacionalismo africano surgiu, em sua essência, a partir das denúncias de preconceito e racismo por parte dos colonizadores, emergindo, assim, a necessidade e exigência de direitos iguais para a população africana. A respeito disso, Isaacman e Isaacman (1983) alertaram que:

O regime colonial também manteve sistemas jurídicos separados para os "civilizados" Europeus e os índios "incivilizados". O primeiro viveu sob uma versão do código legal metropolitano, projetado para manter relações harmoniosas dentro da comunidade de colonos, garantir sua posição racial e de classe privilegiada, e proteger os interesses do capital português e estrangeiro. Da população indígena, com exceção de um pequeno número de assimilados, esperava-se que continuassem a viver de acordo com as regras de seu sistema jurídico "tradicional" sistemas, que os administradores coloniais, auxiliados pelos chefes locais, interpretavam e aplicavam. Esses regulamentos habituais eram necessariamente subordinados e modificado por legislação estadual específica para atender às necessidades do sistema capitalista colonial (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983, p.31, tradução própria).

Segundo Cabaço (2007), o poder colonial se caracterizava como um poder exercido através de sistemas jurídicos que conferiam ao Estado o monopólio da violência repressiva legalizada. Mostrou ainda que o Estado governava a partir de uma cidadania racialmente definida onde a concessão de leis e direitos era direcionada aos colonos e o poder coercitivo direcionado aos colonizados.

“Nas relações com a sociedade “cidadã”, o colonialismo atuava como poder hegemônico, no sentido gramsciano [...] essa convergência essencial só se rompia quando a ordem estabelecida era questionada. A vigilância policial na sociedade “cidadã” tinha como objeto as associações, organizações religiosas, grupos culturais, núcleos intelectuais etc., dirigidos essencialmente por elementos das franjas minoritárias e periféricas que viviam no “limbo” – assimilados, mestiços e asiáticos – , e se tornava ação repressiva quando a reivindicação era interpretada como subversão do status quo”. (CABAÇO, 2007, p.52)

Na medida em que a economia da colônia se desenvolveu, a maior parte dos postos de trabalho direcionados aos setores mais modernos eram ocupados por portugueses, enquanto aos africanos restavam os trabalhos secundários e sem prestígios. Essa marginalização dentro do tecido social, a submissão que lhes foram impostas, as inúmeras humilhações e a sensação de estar sempre numa posição inferior, as práticas de culturas obrigatórias, a negação à educação, à saúde, às terras e aos serviços básicos representam as ações desumanas praticadas por portugueses que levou a união de diversos grupos sociais a lutar contra a opressão portuguesa (CAU, 2011).

Em Moçambique, os primeiros indícios de ideais nacionalistas se desenvolveram a partir de uma pequena minoria urbana constituída por grupos de intelectuais e assalariados

assimilados⁴ africanos, além de estudantes oriundos das elites locais que se estabeleciam em Moçambique (predominantemente em Lourenço Marques) e estudantes que foram enviados para concluir seus estudos no exterior, incluindo as metrópoles portuguesas. O contato desta minoria com os colonizadores resultou em uma maior compreensão acerca do colonialismo e da exploração em sua essência sofrida pelos africanos. A partir disso, formaram-se grupos que circulavam através de jornais e campanhas e denunciavam os abusos do colonialismo, as péssimas condições de trabalho da mão de obra africana, o tratamento preferencial dado aos imigrantes brancos, e a falta de oportunidades educacionais para os africanos durante o opressivo sistema colonial português, além de propagar a exigência de direitos iguais para os moçambicanos (MASSANGAIE, 2017).

O pilar do colonialismo português em Moçambique e em outras colônias na África, se caracterizou por uma “essência dualista” definido por uma sociedade e cultura europeia que se colocavam em contraposição à sociedade e à cultura negra (CABAÇO, 2007). Ao longo de sua tese de doutorado, Cabaço mostrou relatos de injustiça, de opressão e violência do Estado Português contra os nativos. Em uma passagem, o autor descreveu um momento em que ele foi protagonista de um episódio desta natureza, relatando que:

[Cabaço] tinha 13 anos e frequentava a que então era a única escola média oficial de Moçambique, o Liceu Salazar, na cidade capital. Morava longe e ia de bicicleta às aulas. Uma manhã, ainda distante do Liceu, vejo um colega, um dos três colegas negros, correndo, porque se havia atrasado. Ofereci-lhe uma carona na bicicleta. Quando regresssei das aulas, o familiar em casa de quem eu vivia recebeu me com uma punição. Alguém lhe tinha telefonado informando que eu carregara na minha bicicleta um negro o que, não sendo ilegal, constituía uma violação dos códigos de conduta dos colonos. Era o poder disciplinar supervisionando (CABAÇO, 2007, p.57).

Descreveu também que:

Em Moçambique, até os primeiros anos da década de 1960, por exemplo, era corrente que os “patrões” aplicassem punições físicas aos seus empregados domésticos (os “criados”) ou que as donas-de-casa portuguesas, perante um erro, infração ou desobediência de um “criado”, o enviassem à administração ou à estação de polícia com um bilhete no qual explicavam o “delito” e solicitavam punição física ou mesmo “uns dias de calabouço”. O empregado punido devia devolver o bilhete à “patroa” com um apontamento do funcionário informando que o castigo fora aplicado (CABAÇO, 2007, p.55).

⁴ Indivíduos que, segundo a ideologia da administração colonial portuguesa, tinham alcançado certo nível de “evolução social”, que deixaram de ser indígenas e se tornaram seres civilizados garantindo-lhes acesso à cidadania e certos direitos concedidos pelo Estado Colonial Português. No entanto, o seu reconhecimento social na sociedade colonial era problemático, pois não podiam libertar-se do estigma que constituía a sua cor de pele, continuando a sofrer na vida quotidiana e no trabalho a discriminação racial e a posição subordinada que ocupavam, fruto do racismo colonial (Brito, 2019).

Com o objetivo de expor e denunciar o sofrimento dos africanos durante o regime colonial, uma geração de jovens poetas e escritores surgiram em Moçambique, sob a influência de movimentos antinazismo, antirracismo, de valorização da negritude, pan-africanismo, marxismo e nacionalismo. Escritores ativistas como José Craveirinha, Noémia de Sousa, Marcelino dos Santos, Gwante Valente e Rui Nogar começaram a expressar as esperanças e frustrações do povo moçambicano através de seus escritos. Suas poesias, além de denunciar os abusos e os caprichos do colonialismo, também evidenciaram a desigualdade no modo de vida da população africana (ISAACMAN e ISAACMAN, 1983).

Em síntese, o nacionalismo moçambicano teve a sua origem na marginalização, no poder centralizado e no controle excessivo do Estado Colonial. Foi a partir da existência de relações de subordinação, exploração econômica, dos recursos humanos e naturais e na discriminação exacerbada dos colonizadores aliado às lutas pela independência de outras nações africanas (como Angola, Tanzânia, Malauí e Zâmbia) que fizeram com que os moçambicanos se organizassem em um forte movimento político capaz de abrir caminho para tornar Moçambique livre de qualquer repressão portuguesa. Um movimento liderado por uma guerrilha durante cerca de dez anos (iniciado em 25 de setembro de 1964 e com término em 8 de setembro de 1974) e que foi responsável por consolidar a independência do país.

1.2 A FRELIMO e a construção de Moçambique Independente

Durante as manobras subterrâneas de setembro, recebi uma ligação urgente de Mueda. Foram convocados os dirigentes operacionais das zonas de Montepuez, Mocímboa da Praia e Porto Amélia. Eu estava lá, e comigo os outros líderes operacionais. Havíamos sido convocados para ouvir as instruções do Comité Central sobre o dia em que iniciariamos o nosso ataque às tropas portuguesas. Recebemos esta informação no dia 20 de setembro - a luta começaria no dia vinte e cinco. Imediatamente começamos a nos organizar. Alertamos o presidente de cada zona (Muidumbe, Mocímboa da Praia, Montepuez, Chai, Mocímboa do Rubum, Nangade, Diaca) para organizar grupos de sabotadores. Sua tarefa seria sabotar pontes, ferrovias e estradas (cavando trincheiras e colocando blocos de troncos de árvores). Dissemos a eles para começarem a trabalhar às seis da tarde do dia vinte e quatro. Explicamos como deveriam colocar alguns homens de guarda enquanto a equipe trabalhava. Minha tarefa era dirigir o ataque a Chai. Outros grupos atacariam outras zonas. Saí de Mueda para a minha zona, onde cheguei a 23 de setembro. Informei meus camaradas do dia em que a luta deveria começar. [...] Selecionamos um grupo de doze camaradas e deixamos atrás de nós algumas armas para a defesa da base. Na manhã do dia 25 chegamos à província de Chai. Fomos descalços com medo de sermos descobertos por causa de nossas botas e seguidos. A província tem secretaria, a casa do chefe do posto, a casa do gerente da Sagal (empresa de algodão), lojas, um hospital, um presídio e as casas dos policiais. Acampamos perto do Lago de Chai. Disse a um de nossos camaradas que estava de uniforme que vestisse roupas civis e saísse para fazer um reconhecimento do município. Coloquei um curativo em seu pé para que ele pudesse fingir que estava machucado. Ele foi até a equipe médica (no posto, ficou lá algum tempo e depois foi até a secretaria). Conversou com um africano que, sem saber, revelou onde as tropas dormiam: os soldados brancos dormiam atrás da casa do chefe do posto; os oficiais dormiam na casa dele; os soldados africanos dormiam no secretariado. Este

moçambicano também contou ao nosso camarada onde estavam as sentinelas (na varanda da secretaria e na casa do chefe do posto). A guerrilha ficou mais um pouco, deu a volta na casa do chefe do posto e na prisão, depois voltou para a secretaria. Ele viu três caminhões partindo e soube que eles estavam saindo em uma expedição de caça. Eles saíam para caçar todos os dias. Depois disso, todas as noites, um caminhão saía em patrulha. Nosso camarada voltou com essa informação. Fiz um plano de ataque. [...] Decidi concentrar o ataque contra a casa onde estavam o chefe do posto e os funcionários. Dei a cada camarada sua posição para o ataque. Eles deveriam ficar camuflados sob a mangueira. Às 16 horas, saímos ao ar livre; às 18 horas estávamos no posto, nas nossas posições. Os portugueses estavam começando a acender as lâmpadas das casas. Às 19 horas avançamos até chegar à casa do chefe do posto. Enquanto avançávamos, os caminhões que estavam caçando voltaram e se interpuseram entre nós e a casa. Eles descarregaram os animais mortos. Observamos todos os seus movimentos. Não fomos vistos. Depois de descarregados, os soldados entraram no caminhão e partiram para a estrada de Macomia. Os caminhões desapareceram decidimos que eles tinham saído em patrulha. O guarda veio e postou-se à porta da casa do chefe do posto, sentado numa cadeira. Ele era branco. Aproximei-me do guarda para atacá-lo. Meu tiro seria o sinal para os outros camaradas atacarem. O ataque ocorreu às 21 horas. Ao ouvir os tiros, o chefe do posto abriu a porta e saiu. Foi baleado e morto. Além dele, outros seis portugueses foram mortos no primeiro ataque. A explicação dada pelas autoridades portuguesas foi ‘morte por infortúnio’. Nós nos retiramos. No dia seguinte fomos perseguidos por alguns soldados, mas naquele momento nós estávamos longe e não nos encontraram. (MONDLANE, 1975, Introdução do Livro, tradução própria).

A citação acima se refere à uma breve relatoria de Eduardo Mondlane sobre o início da guerra travada entre Moçambique – através da FRELIMO – contra o Estado Português na Província de Cabo Delgado, em 25 de setembro de 1964. Segundo Brito (2019), este dia marcou o início da luta armada. Uma data importante não só para a história de Moçambique, mas também de grande importância para a história de todo continente africano, pois:

A partir de setembro de 1964 e durante dez anos, Moçambique foi palco de um confronto entre as forças da FRELIMO e o exército colonial Português. A luta protagonizada por esta organização permitiu-lhe – após a queda do regime ditatorial português em 1974 – atingir o objectivo principal do seu programa político: a independência do país (BRITO, 2019, p.15).

Oficialmente, a FRELIMO foi construída a partir de uma fusão entre três organizações nacionalistas instituídas por moçambicanos imigrantes em países vizinhos de Moçambique. A União Nacional Africana de Moçambique (MANU – Mozambique African National Union) fundada em 1961 no Quênia; a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) fundada em 1960 na Rodésia do Sul (atual Zimbábue); e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) fundada em 1961 em Niassalândia (atual Malawi). Juntas, as organizações formaram uma frente única em 25 de junho de 1962 cujo o objetivo

principal do seu programa político seria alcançar a independência do país, tirando Moçambique das forças e exploração colonial. (BRITO, 2019).

Sua liderança foi conduzida por Eduardo Mondlane desde a eleição que o tornou presidente, até a data de sua morte, em fevereiro de 1969. Mondlane foi um moçambicano que nasceu em 20 de junho de 1920 na Província de Gaza ao sul de Moçambique. Sua família era composta por chefes locais sendo seu pai um regente da linhagem de *Knhambane* e sua mãe filha de uma família nobre, o que lhe rendeu uma educação tradicional “enraizada nas façanhas dos seus antepassados guerreiros” (SOUSA; 2008; p.7.) No âmbito acadêmico, estudou em escolas da Igreja Presbiteriana de Moçambique denominadas “Missão Suíça”, em escolas de Lourenço Marques e iniciou seu ensino superior em Antropologia na África do Sul, na Universidade de Witwatersrand, em 1949. Após um ano estudando na universidade sul-africana e após não ter conseguido renovar o visto para permanecer como residente no país, Mondlane retornou brevemente para Moçambique quando recebeu uma bolsa para dar seguimento aos seus estudos na Universidade de Lisboa (1950). Em Portugal, integrou um pequeno grupo de estudantes universitários que eram originários da colônia e que posteriormente se tornaram líderes de movimentos nacionalistas e anticoloniais de países africanos. Após sua passagem em Portugal, Mondlane seguiu para os Estados Unidos para obter seu doutoramento em Sociologia na Northwestern University, no estado de Illinois, em 1960.

Após o seu doutorado e pouco antes de retornar para seu país e se juntar à Frente pela libertação, tornou-se funcionário das Nações Unidas, além de ter ocupado a cadeira de professor na Universidade de Syracuse, em Nova Iorque. Com relação à nomeação de Mondlane como um dos líderes da FRELIMO, esta esteve ligada ao seu conhecimento sobre instituições como as Organizações das Nações Unidas, a sua representatividade e possivelmente às suas redes de relacionamento, que poderiam colocar Moçambique em destaque no cenário internacional. Brito (2019), afirmou que:

o conhecimento de Mondlane do funcionamento das Nações Unidas e da diplomacia fazia dele o homem ideal para defender a causa moçambicana no cenário internacional. Mais ainda, dadas as suas relações com os círculos religiosos protestantes, especialmente nos Estados Unidos, onde se tinha casado com uma americana branca pertencente a esses círculos, estava em posição de obter fundos para o movimento e bolsas de estudo para jovens moçambicanos (BRITO, 2019, p.34).

Sobre este último ponto, a questão da educação foi muito importante no que tange a presença de Eduardo Mondlane à frente da FRELIMO, pois:

poder prosseguir os estudos era então a ambição de muitos jovens que não tinham essa possibilidade em Moçambique. [...] estudar significava em grande medida uma maneira de se emancipar, de vencer o peso da dominação colonial. É nesta perspectiva que a promoção da educação dos Moçambicanos aparece como um dos pontos prioritários do primeiro programa da FRELIMO (BRITO, 2019, p.34).

Embora determinados a alcançar a independência por meios pacíficos, a FRELIMO se convenceu de que uma guerra seria necessária. Cansados de contribuir para a economia metropolitana por meio da exploração do trabalho e dos recursos de Moçambique sem que reinvestimentos fossem feitos, nem no local e nem para a população moçambicana, o grupo se viu, portanto, com duas alternativas: continuar a viver indefinidamente sob o domínio imperial repressivo ou encontrar um meio de usar a força contra Portugal que possa ser eficaz o suficiente para ferir Portugal sem resultar na sua própria ruína (MONDLANE, 1975). A luta armada durou cerca de dez anos, com o primeiro ataque oficial ao posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado em setembro de 1964 e somente teve fim setembro de 1974 após um cessar fogo concedido por Portugal. Durante este período, a liderança da FRELIMO esteve nas mãos de dois dirigentes, Eduardo Mondlane – liderou entre 1962-1969 – e Samora Machel, que após o assassinato de Mondlane liderou o grupo por cerca de dezesseis anos (1970 -1986).

No que concerne aos treinamentos da guerrilha, segundo Visentini (2012), os primeiros combatentes moçambicanos receberam treinamentos e suporte militar na Argélia e mantiveram, após os treinamentos, uma retaguarda estratégica na Tanzânia, que serviu como base e posto de treinamento, ao qual denominavam de Centro de Formação do Homem Novo. Segundo o autor, quando a guerrilha iniciou, a FRELIMO contava com cerca de 250 homens, contra 35.000 soldados portugueses. Em 1967, o número cresceu para 8.000 homens contra cerca de 65.000 a 70.000 soldados portugueses. Visentini (2012) também destacou que a capacidade militar portuguesa era muito maior do que a africana não só em termos de quantidade de homens disponíveis para lutar, mas pela qualidade dos recursos utilizados pelos portugueses. No entanto, menciona também que, considerando que o exército português era composto por um efetivo estrangeiro lutando em território desconhecido, o conflito armado em Moçambique era encarado como um problema para Portugal que poderia refletir na perda de controle português sobre o território.

Para vencer a batalha contra Portugal, Visentini (2012, p. 92 e 93) descreveu algumas táticas de guerrilha que foram utilizadas pelo grupo, sendo elas:

- i. Os ataques da FRELIMO eram seguidos de um recuo onde o grupo utilizava o território da Tanzânia como seu ponto estratégico de proteção;
- ii. O grupo utilizava do conhecimento da região e da identidade com a população para fomentar ainda mais o sentimento de nacionalidade e com isso adensar o seu exército guerrilheiro;
- iii. Existia uma dinâmica entre tempo e espaço no embate entre os dois países: quanto mais o tempo passava, mais se ampliavam os espaços conquistados pelos guerrilheiros moçambicanos. A FRELIMO adotou a noção de Guerra Prolongada que, além da vitória no espaço, consistia na transmissão de conhecimento e desenvolvimento da consciência dos camponeses, ganhando-os para a luta armada. Já com relação à tropa portuguesa, embora no início eles estivessem motivados pela missão de controlar a revolta da colônia, com o passar do tempo eles se mostravam cada vez mais ansiosos para atingir o período necessário de prestação de serviço militar para poder regressar à metrópole.
- iv. Os portugueses lutavam em terreno desconhecido contra um inimigo que pertencia a esse terreno e o conhecia muito bem. Além disso, muitas terras nas províncias do norte (onde a guerrilha acontecia) eram densamente arborizadas, o que proporcionava uma boa cobertura para os guerrilheiros e suas bases (MONDLANE, 1975).

Um marco importante que contribuiu para abrir caminho para a ascensão de movimentos nacionalistas e para o próprio processo de independência em Moçambique foi a conquista de independência da Tanzânia (que ocorreu em dezembro de 1961). O primeiro país limítrofe de Moçambique que veio a se tornar independente se colocou na posição de apoiador aos movimentos opositores ao regime colonial português sem que tal posição colocasse-o em risco às eventuais represálias econômicas. É válido destacar que a Tanzânia cedeu espaço no seu domínio territorial para que o grupo guerrilheiro se organizasse e consolidasse. Assim, a fundação da FRELIMO ocorreu em Dar es Salaam, que à época era a capital da Tanzânia. A aliança entre a FRELIMO e o governo da Tanzânia baseou-se no apoio político, diplomático e no recebimento de ajuda para a instalação de campos de treinamento militar em seu território. Além do país vizinho, o grupo também teve apoio da China e de países escandinavos que contribuíram para a formação de quadros militares e com o fornecimento de armamento de guerra (VISENTINI, 2012; BRITO, 2019).

Importante destacar que a ajuda fornecida por esses países se deu no contexto de bipolarização do mundo, durante a Guerra Fria, período em que o mundo foi dividido entre os

blocos dos países socialistas e capitalistas, em que os Estados Unidos, União Soviética e China rivalizaram-se em diferentes regiões para alcançar os seus diferentes projetos e interesses políticos (SADER, 2008; MUNHOZ, 2017; DUARTE e FIGUEIREDO, 2020). Neste sentido, para o Munhoz (2017), existiu um confronto simbólico entre capitalismo e comunismo, imperialismo e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo, e colonialismo e anticolonialismo.

Enquanto para os Estados Unidos a ameaça da expansão comunista era empregada para justificar a defesa dos interesses das grandes corporações com vistas ao controle de riquezas e mercados em diferentes regiões do planeta, a União Soviética, por sua vez, depositava a esperança de que os países subdesenvolvidos (terceiro mundo), e no caso moçambicano a FRELIMO, pudessem estreitar as suas relações diplomáticas devido à posição anticolonialista da União Soviética e a hostilidade crescente do salazarismo contra a União Soviética. Neste sentido, as lideranças soviéticas se tornaram uma alternativa ao modelo de modernização capitalista que contribuíam para transformar revoluções anti-imperialistas em anticapitalistas. Em virtude desse pensamento, a União Soviética passou investir esforços e recursos aos projetos de libertação de regimes coloniais na África, incluindo em Moçambique (MUNHOZ, 2017; MALOA, 2011;).

Os chineses encontravam-se em oposição à hegemonia dos Estados Unidos e da União Soviética, e ao longo da década de 1960 e 1970 concentrou esforço diplomático no continente africano buscando o estreitamento das relações via suporte militar e treinamento de guerrilha para os movimentos de libertação nacional em países como Moçambique. Para o autor Munhoz (2017),

“As lideranças chinesas acreditavam, em meados daquela década, que a aplicação do modelo de ação chinesa por meio da organização do campesinato e do cercamento das cidades pelo campo poderia levar à expansão da revolução e que poderia colocar em cheque os EUA, a Europa e a própria URSS” (MUNHOZ, 2017, P.).

Com relação ao fraco apoio político e econômico em termos militares dos governos ocidentais em Moçambique, segundo Cardoso (2020), deveu-se em função:

[...] um, a existência do Conflito Leste – Oeste e o facto de Portugal ser membro da OTAN; dois, a relação política privilegiada do movimento com os países socialistas expressa em apoio militar, logístico e em formação; três, a importância estratégica da rota do Cabo, principalmente de 1967 a 1975, quando o canal de Suez foi encerrado na sequência da guerra dos 6 dias – o que ajuda a compreender também alguma tibieza das medidas ocidentais contra o regime do apartheid; quatro, a opção socialista, que está presente desde a fundação e é reafirmada em 1968, em Congresso liderado pelo primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, e reforçada por Samora Machel desde que assume presidência em maio de 1970 (CARDOSO, 2020, p.)

No tocante à sua composição, a FRELIMO adotou uma postura não-racial e inicialmente era composta majoritariamente por assimilados, assalariados urbanos, pequenos empregados de escritório e do comércio, pequenos funcionários públicos, professores, enfermeiros e também jovens estudantes, quase todos formados por pessoas originárias do extremo sul do país (Maputo e Gaza). Com o avançar da guerra, na medida em que a frente de libertação conquistou mais espaço e apoio da população, e conforme as zonas libertadas foram criadas, a guerrilha conseguiu diversificar sua formação incorporando inclusive os camponeses que se situavam ao norte do país.

Em suma, a FRELIMO se caracterizou como a formação de um governo do povo para o povo e pelo povo, em que a soberania da nação teria de ser fundada na vontade popular, no respeito pela declaração dos direitos do homem e no total extermínio da educação e cultura colonialista e imperialista. Mais do que a expulsão do colonialismo português, o grupo concentrou em suas pautas a necessidade de construir um Homem Novo, um país novo livre da autoridade administrativa colonial, do tribalismo e do regionalismo e livre de qualquer forma de opressão que pudesse existir (CAU, 2011). Desta forma, a luta pela independência teria de ser, simultaneamente, uma luta pela construção e imposição dessa nova identidade nacional. O grupo guerrilheiro se constituiu, portanto, como a única organização que garantia a “unidade nacional” e a única capaz de representar todo o povo moçambicano (BRITO, 2019).

a FRELIMO considera-se como estando no direito de reivindicar para si o papel de garantir a “unidade nacional” e de representante de todo o “povo moçambicano”. Seria, portanto, a depositária da legitimidade nacional, em oposição ao “regionalismo” dos outros. (BRITO; 2019; p. 40)

Ainda segundo o autor, aos poucos a FRELIMO se consagrou como um grupo político com poder hegemônico que permitiu uma melhora na qualidade de vida da população moçambicana, que construiu postos de saúde, ampliou o acesso à educação nas zonas libertadas, aboliu as diversas formas de exploração e a administração repressiva por parte dos colonizadores, além de banir os tributos impostos pelos portugueses aos agricultores e todo povo moçambicano em geral. Através de uma ideologia política mais próxima ao marxismo, os moçambicanos aos poucos se tornavam livres para cultivar suas terras, e se tornavam mais envolvidos no debate político e na tomada de suas próprias decisões. De uma forma ou de outra, mudanças estavam sendo sentidas na medida em que os portugueses eram expulsos e que as zonas eram libertadas. Assim, nesses territórios, além de atrair novos recrutas (dado a expulsão

do colonialismo), aumentava cada vez mais o entendimento sobre a necessidade de lutar pelo país (MONDLANE, 1975; BRITO, 2019).

Em 1974, a assinatura do acordo de Lusaka deu fim à luta pela independência de Moçambique, e o poder do novo Estado Moçambicano foi transferido incondicionalmente para o grupo guerrilheiro da FRELIMO. Visentini (2012) sinalizou que a situação interna adversa de Portugal foi um dos fatores que favoreceu o fim da guerra e contribuiu para a conquista da independência da ex-colônia portuguesa. Primeiramente, a Revolução dos Cravos, em 1974, derrubou o regime autoritário de Marcello Caetano e acabou desencadeando em um período de instabilidade política mediante a necessidade da troca de governo em Portugal. Paralelo a isso vale ressaltar que o prolongamento da guerra resultou em perdas econômicas (com o aumento dos gastos militares no qual cerca de \$217 milhões foram utilizados em guerras coloniais em 1968) e na redução do seu contingente militar. Em 1965 cerca de 258 soldados morreram em decorrência da guerra. Dois anos depois, cerca de 626 soldados perderam suas vidas. Por fim, outro fator que contribuiu para o fim da guerrilha em Moçambique está relacionado ao fato de que Portugal também teve que lidar com outras duas outras frentes, a frente da Angola e a de Guiné-Bissau, ao passo que tinha que manter as forças de repressão em São Tomé, Cabo Verde, Macau e Timor na tentativa de não perder o controle geral sob as colônias (MONDLANE, 1975).

As divergências quanto aos rumos que deveriam tomar em relação ao que acontecia em Moçambique possibilitaram a abertura de espaço para que a FRELIMO chegasse até as cidades costeiras e avançasse a sua luta. Segundo Visentini (2012),

A inconsistência das atitudes portuguesas criou um vácuo de poder em Moçambique, permitindo que a FRELIMO expusesse suas reivindicações para encerrar o conflito. [...] o partido político moçambicano buscava uma transferência imediata de poder sem a realização de eleições. As demandas do grupo foram atendidas no Acordo de Lusaka em 7 de setembro, após negociações iniciadas em agosto de 1974 (VISENTINI, 2012, p. 96 e 97).

Em vista disso, a passagem da colônia para um país independente se deu de tal maneira onde o novo governo não foi legitimado por meio de um pleito eleitoral, uma atitude tomada para evitar a formação de quaisquer grupos políticos que pudessem ser potenciais opositores. Com a independência do país africano, foi instaurado um governo transitório, cujo principal objetivo era criar um ambiente político e econômico favorável para concretizar a independência do país. Em 25 de setembro de 1975, Samora Machel assumiu a presidência de Moçambique. Tal acontecimento levou não somente a existência de um sistema unipartidário, mas trouxe

paulatinamente insatisfação e descontentamento de grupos sociais excluídos, por exemplo: a) líderes religiosos ou líderes tradicionais que começaram a ter seus poderes “caçados”; b) população rural, que se via ameaçada pelos ideais da FRELIMO que enxergavam nas aldeias comunais e nos campos lugares de atraso e obstáculo para o progresso, e que, portanto, deveriam ser combatidos.

Ao longo do período pós-independência, e conforme a insatisfação de parte da população aumentava, pouco a pouco o país entrou em colapso e um novo movimento político, fruto de uma reação interna e externa à adoção das políticas adotadas pelo único partido no poder no país, começou a ganhar força. Surgiu, então, a Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO. A partir da criação da RENAMO, o país mergulhou em uma sangrenta e prolongada guerra civil com dois partidos políticos que tinham por objetivo a conquista e o poder de Moçambique.

O surgimento da RENAMO, segundo Visentini (2012), esteve ligado à dois fatores. O primeiro está relacionado à sua formação, que se constituiu por militares moçambicanos das forças especiais do Exército português e também por colonos portugueses que saíram de Moçambique e moravam na Rodésia. Estes se denominavam como anticomunistas, e mediante ao estreitamento dos laços entre a FRELIMO e a União Soviética e sua aproximação ao marxismo leninista, entendiam que deveriam combater as políticas adotadas pela FRELIMO (RODRIGUES e MIGON, 2019). O segundo fator refere-se ao declínio das relações diplomáticas entre Moçambique e seus países vizinhos, a Rodésia do Sul e África do Sul. A partir da declaração de Samora Machel na qual declarava apoio à instituição de governos de maioria negra em países da África, e que, portanto, apoiava os movimentos anticoloniais nos países vizinhos, levou esses países a apoiar e fortalecer a RENAMO (VISENTINI, 2012) e criar mecanismos de retaliações ao governo moçambicano, que segundo Rodrigues e Migon (2019) consistiu em:

As retaliações dos vizinhos vieram de imediato. Rapidamente, os sul-africanos enviaram esforços no sentido de pressionar a combalida economia moçambicana. No plano interno, a África do Sul elaborou um pacote de medidas econômicas agressivo, com foco na mecanização da produção mineira. No âmbito externo, os sul-africanos se articularam e realizaram ações para redirecionar o escoamento da produção regional, que até eram escoados através dos portos de Moçambique. A Rodésia, através de seus serviços secretos, apoiou a criação da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). (RODRIGUES e MIGON, 2019, p. 12)

Conforme Visentini (2012), era comum que este grupo utilizasse ações extremamente violentas provocando diversos ataques e destruição das infraestruturas criadas no país. Esses

fatores atrelados aos efeitos dos desastres naturais e as frágeis políticas governamentais do país contribuíram para empobrecer ainda mais a população, aprofundar a questão da fome, além de estimular o aumento de refugiados e migrações para países vizinhos. Ademais, enquanto o país mergulhava na guerra civil, evidenciou-se o fraco sistema político e ideológico da FRELIMO, que após a retirada do poder das mãos dos portugueses, foi se mostrando cada vez mais débil. Saraiva (2008), revelou um caos econômico formado após a saída dos portugueses, que se agravou com a formação da RENAMO. Além da deterioração de cidades, dos edifícios, de ruas e empresas, a produção – especialmente agrícola – também foi afetada.

A saída dos portugueses trouxe para a FRELIMO uma nova luta. Era necessário combater os vazios deixados pelos colonizadores, reconstruir, unificar e estabelecer políticas que compensassem a falta de quadros no país em meio à uma profunda guerra civil que foi se estabelecendo e destruindo cada vez mais os equipamentos e aparelhos estatais (LIBÂNIO e CASTIGO, 2021).

Somente em 4 de outubro de 1992, após 16 anos de duração, e a partir da assinatura do Acordo Geral da Paz, foi dado fim ao período de Guerra Civil e foi iniciado no país um processo de Democratização através da implementação da Constituição da República e do multipartidarismo. Como resultado desse longo período de conflitos (totalizando vinte e oito anos entre conflito armado pela independência e a guerra civil), a situação de vulnerabilidade, miséria e a sensação de pobreza em Moçambique aumentaram.

Por fim, cabe salientar os fatores que contribuíram para decretar o fim da guerra civil em Moçambique, dentre os quais destacam-se: a) O reconhecimento da Rodésia do Sul como Estado Soberano, em 1980, que passou a ser reconhecida como Zimbábue; b) O enfraquecimento da RENAMO com a morte de seu líder, André Matsangaissa, na província de Sofala; c) A debilidade econômica de Moçambique, fruto do colapso da União Soviética e da falta de apoio financeiro e militar, onde sob pressão da população, a FRELIMO deixou de lado suas convicções ideológicas e firmou com o governo sul-africano, o acordo de Nkomati, em 1984, na África do Sul. Com relação à este acordo, foi estabelecido o fim do apoio deste país à RENAMO, ao passo que também previu o fim do apoio entre Moçambique e os grupos que lutavam contra o *apartheid*⁵ na África do Sul. Além desses fatores, a queda do muro de Berlim, em 1989, também contribuiu para o encerramento do conflito, pois este marco histórico

⁵ O Apartheid, traduzido em africâner significa “vidas separadas”, foi um regime segregacionista, que prevaleceu na África do Sul entre 1948 e 1994. O movimento foi criado e liderado pela minoria branca que detinha o poder político e econômico do país e proibia aos negros sul-africanos seus direitos sociais, econômicos e políticos.

representou o declínio do comunismo da União Soviética e o posto dos Estados Unidos como única superpotência global (RODRIGUES e MIGON, 2019).

O fim do apartheid, a eleição de Nelson Mandela (em 1994) à presidência da África do Sul e a assinatura do Acordo da Paz, trouxeram um novo clima de esperança e de mudanças para Moçambique e para toda a África no sentido de criar novas perspectivas para o continente em que negros, africanos e mestiços teriam condições de viver em pé de igualdade, respeito e valorização da cultura local. Representou, desta forma, a valorização do Pan Africanismo, a construção de instituições liberal-democráticas e foi o ponto de partida para a construção de um novo continente, um novo Moçambique e de um período mais próspero para os países africanos (VISENTINI, 2012).

Na visão de Saraiva (2008), o ponto de partida essencial para um novo Moçambique foi “[...] o 1994 gerado pela África do Sul e o início da era Mandela”. Para ele, a reconstrução da economia moçambicana deve-se sobretudo à estratégia de seu vizinho, África do Sul, pós apartheid, sob a decisão de investir e fazer de Moçambique sua “décima província” (SARAIVA, 2008). O autor também colocou que a consolidação da paz, a criação de mecanismos democráticos e a instauração do Programa de Reestruturação Econômica tem permitido o crescimento econômico continuado, o incremento dos investimentos estrangeiros e das exportações, além de certa constância nos níveis de ajuda internacional.

1.3 Aspectos socioeconômicos atuais de Moçambique: da transição de uma economia socialista para uma economia liberal.

Nas seções anteriores, dois dos quatro períodos históricos destacados por Libânio e Castigo (2021) em Moçambique foram analisados: o período colonial de 1498 à 1975 e o período pós independência de economia centralmente planejada caracterizadas pela estatização dos meios de produção, que compreende os anos de 1975 até 1984. O objetivo nesta última etapa é discutir a passagem da economia do tipo socialista para uma economia liberal, que ocorreu sob os planos de ajustamento estrutural realizados no país, além de mostrar algumas das características da economia moçambicana no período recente.

Antes de aprofundar sobre as questões econômicas do país na atualidade, é necessário apresentar a atual divisão política e administrativa de Moçambique (figura 2). O país está dividido em 11 províncias, que se dividem em distritos, que se subdividem em postos administrativos e estes subdivididos em localidades (que são o nível mais baixo da

administração local do Estado). Ao todo, o país conta com 128 distritos e 33 municípios⁶ (conforme dados do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação), sendo Maputo a sua principal cidade e capital do país. Com relação às províncias, estas são divididas em três regiões, sendo elas:

- i) Região Norte: composta pelas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula;
- ii) Região Central: províncias de Zambézia, Tete, Manica e Sofala;
- iii) Região Sul: Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade.

Figura 3- Divisão Político e Administrativa de Moçambique



Fonte: Libânio & Castigo, 2021, p.42

Conforme dados da tabela 3, a população de Moçambique é estimada em torno de 31 milhões e 255 mil habitantes. Desta estimativa, cerca de 63% fazem parte da população rural do país (INE, 2021). Desde 1992 – fim da guerra civil – a sua taxa de crescimento médio varia

⁶ Os municípios são uma espécie de autarquia local e são formados pelas capitais provinciais, a capital, outras cidades e vilas.

em torno de 2,5 a 4%, segundo banco de dados disponível no Banco Mundial. Após o conflito que devastou o país, a expectativa de vida do moçambicano ao nascer cresceu cerca de 32%, passando de 46 anos de idade para quase 61 anos em 2019. Com relação à força de trabalho, conforme os dados mais recentes, o país conta com 13 milhões e 188 mil pessoas (em 2019) sendo 52,3% referente à participação feminina e 47,7% referente à participação masculina.

Tabela 3 - Dados sociodemográficos de Moçambique (1992-2020)

Período	População Total			Expectativa de Vida ao Nascer			Força de Trabalho		
	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem	Total	Mulher (%)	Homem (%)	Total (qtd.)
1992	7.230.350	6.575.649	13.805.999	47,6	44,3	46,0	55,7	44,3	6.361.546
1993	7.525.939	6.845.011	14.370.950	48,1	44,6	46,4	55,8	44,2	6.656.394
1994	7.825.134	7.122.916	14.948.050	48,5	44,9	46,8	55,8	44,2	6.956.490
1995	8.102.009	7.381.268	15.483.277	48,9	45,2	47,1	55,8	44,2	7.239.000
1996	8.348.528	7.611.917	15.960.445	49,4	45,5	47,5	55,8	44,2	7.445.494
1997	8.573.181	7.823.994	16.397.175	49,8	45,7	47,8	55,8	44,2	7.637.049
1998	8.786.523	8.027.423	16.813.946	50,2	46,1	48,2	55,6	44,4	7.888.939
1999	9.005.611	8.238.565	17.244.176	50,6	46,4	48,6	55,4	44,6	8.134.914
2000	9.242.786	8.469.139	17.711.925	51,0	46,8	48,9	55,2	44,8	8.385.476
2001	9.500.555	8.721.329	18.221.884	51,4	47,1	49,3	55,1	44,9	8.617.791
2002	9.774.105	8.990.042	18.764.147	51,7	47,5	49,6	55,0	45,0	8.858.967
2003	10.059.816	9.271.281	19.331.097	52,0	47,7	49,9	54,9	45,1	9.105.918
2004	10.351.803	9.558.746	19.910.549	52,2	48,0	50,1	54,7	45,3	9.320.340
2005	10.645.921	9.848.006	20.493.927	52,5	48,2	50,4	54,5	45,5	9.537.650
2006	10.941.733	10.138.375	21.080.108	52,8	48,4	50,6	54,3	45,7	9.720.446
2007	11.241.381	10.431.938	21.673.319	53,1	48,7	50,9	54,1	45,9	9.912.594
2008	11.546.279	10.730.317	22.276.596	53,5	49,0	51,3	53,9	46,1	10.113.187
2009	11.858.644	11.036.074	22.894.718	54,0	49,3	51,7	53,7	46,3	10.317.479
2010	12.180.274	11.351.293	23.531.567	54,7	49,8	52,3	53,4	46,6	10.525.096
2011	12.511.359	11.676.141	24.187.500	55,5	50,5	53,0	53,2	46,8	10.733.467
2012	12.852.030	12.010.643	24.862.673	56,5	51,3	53,9	53,0	47,0	10.945.404
2013	13.204.033	12.356.719	25.560.752	57,6	52,2	54,9	52,8	47,2	11.161.628
2014	13.569.528	12.716.664	26.286.192	58,7	53,2	56,1	52,5	47,5	11.389.892
2015	13.949.963	13.092.038	27.042.001	59,9	54,3	57,2	52,2	47,8	11.628.996
2016	14.346.169	13.483.761	27.829.930	61,1	55,3	58,3	52,2	47,8	11.990.198
2017	14.757.711	13.891.296	28.649.007	62,1	56,3	59,3	52,2	47,8	12.372.018
2018	15.183.127	14.312.882	29.496.009	63,0	57,1	60,2	52,2	47,8	12.771.958
2019	15.620.192	14.745.851	30.366.043	63,7	57,8	60,9	52,3	47,7	13.188.550
2020	16.067.200	15.188.235	31.255.435	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)

(*) Os dados não foram disponibilizados durante a pesquisa.

Fonte: Banco Mundial, 2021

No que diz respeito aos aspectos econômicos, antes de adentrar na situação econômica atual de Moçambique, é interessante mostrar brevemente como ocorreu o período de transição

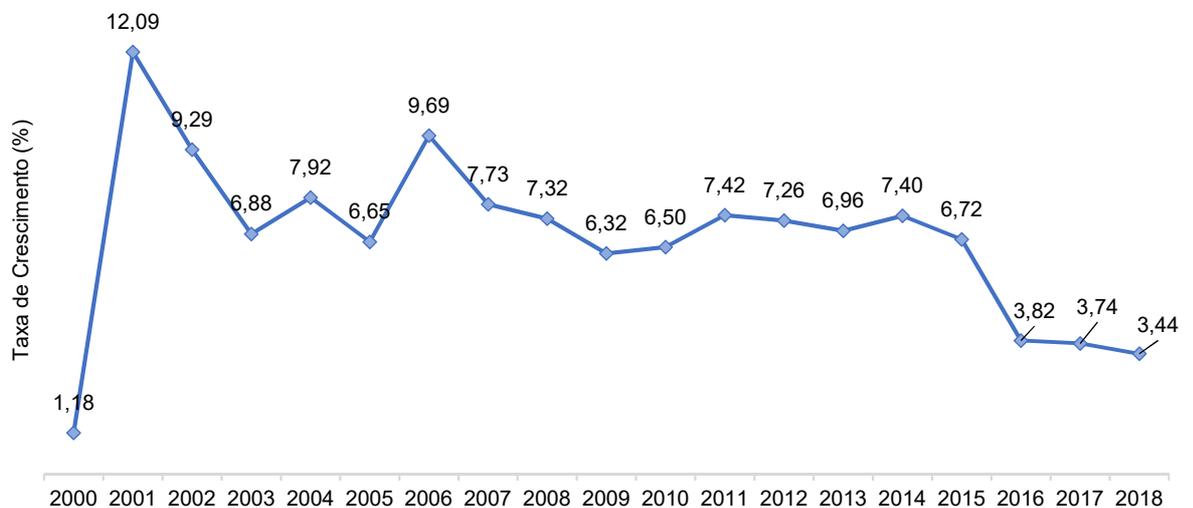
do regime marxista leninista para o regime liberal (de 1987 a 1997). Neste período, Moçambique realizou um programa de reestruturação de sua economia, que ficou conhecido como PRE. Este programa deu início a um ajustamento estrutural da economia moçambicana promovido pelo FMI e pelo Banco Mundial, e apontavam as principais mudanças que deveriam ser realizadas na economia, que incluíam uma constituição mais favorável ao mercado (por meio do avanço das privatizações) e liberalizações do mercado de alimentos (a produção de alimentos continuou como base do desenvolvimento da economia moçambicana, cabendo às indústrias o fator impulsionador da economia). As reformas introduzidas no país foram aplicadas com o objetivo de reduzir a centralização e a intervenção direta na economia. Foram adotadas medidas como: a) desvalorização da moeda; b) corte de gastos para conter os déficits econômicos causados pela reconstrução do país; c) aumento dos investimentos (VISENTINI, 2012). Neste sentido, Moçambique deixou de ser uma economia planificada para se tornar uma economia de mercado, o que acabou gerando impactos negativos no tecido social do país. (Barbosa, 2021). Apesar de não ter alcançado os resultados pretendidos nas zonas mais afastadas do país (especialmente àquelas mais afetadas pelos conflitos civis), o PRE conseguiu restaurar o crescimento econômico sobretudo nas principais cidades (VISENTINI, 2012).

O PRE foi um programa de transferência de recursos e iniciativas do setor público para o privado que deixou marcas no âmbito social e fez crescer a prevalência da pobreza em Moçambique. Segundo Visentini (2012), os principais afetados pelo PRE foram as famílias e moradores urbanos pobres, cujo salários eram incapazes de suprir suas necessidades básicas. Uma série de fatores contribuíram para a deterioração dos indicadores sociais, como a incapacidade de pagamento de cestas de alimentos fornecidas pelo governo, redução de crianças matriculadas nas escolas pela falta de recurso para lidar com os gastos educacionais, falta de recurso para tratamento de saúde e o aumento de locação de imóveis sem água corrente ou eletricidade. Todos esses fatores levaram à “reformulação [do PRE] para um programa que incluísse questões sociais, que passou a se designar por PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social), a partir de 1990 (LIBÂNIO e CASTIGO, 2021, p. 13).

Os dados oficiais do Banco Mundial mostram que ao longo dos anos 2000, a economia moçambicana exibiu um bom desempenho, ostentando altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), conduzido principalmente pela expansão dos megaprojetos com financiamento externo e pelos grandes fluxos de ajuda, sendo este crescimento superior ou próximos a 8%. No entanto, o gráfico 1 também evidencia a desaceleração da economia moçambicana de 2015 a 2018 devido a uma série de choques provocados pela instabilidade política e de segurança interna, queda do preço das matérias-primas e condições climáticas

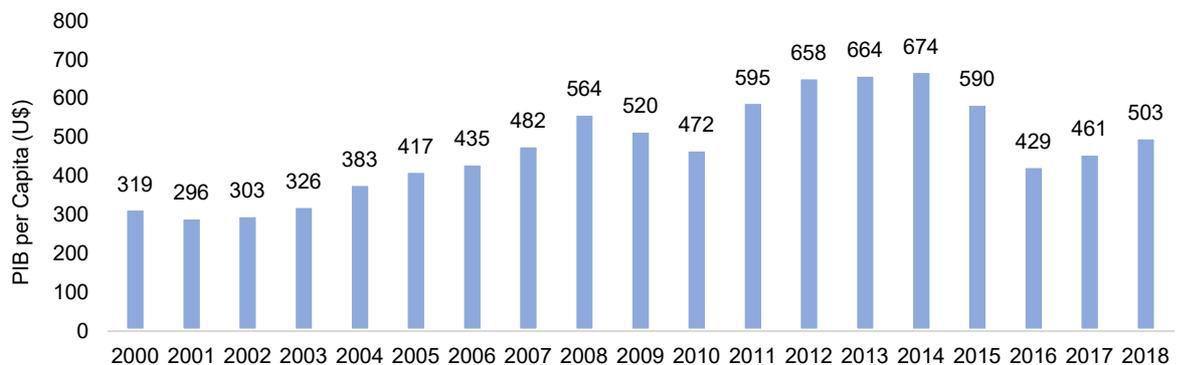
adversas, além da “suspensão do apoio externo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos pelos parceiros de cooperação e a suspensão do programa do Fundo Monetário Internacional para Moçambique na sequência da descoberta de dívida pública não divulgada” (GARCIA, 2020, p. 117). Já o PIB per capita (gráfico 2), embora tenha alcançado o valor de US\$ 674 em 2014, o maior montante desde o fim da guerra civil, ainda se encontra em nível muito baixo quando comparado às outras economias – inclusive economias em desenvolvimento.

Gráfico 1- Evolução da taxa de crescimento do PIB – Moçambique (1999 – 2020)



Fonte: Banco Mundial

Gráfico 2 – Evolução do PIB per capita em US\$ - Moçambique (1992-2020)

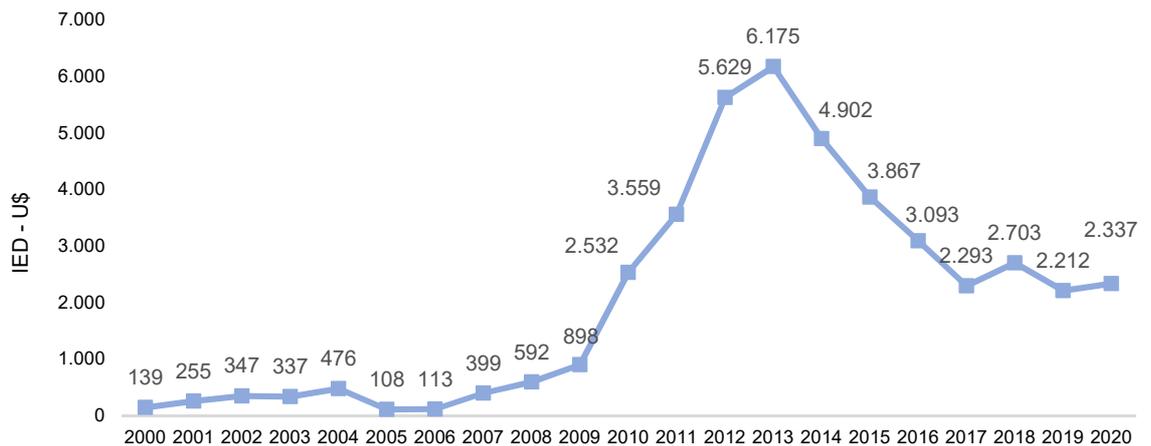


Fonte: Banco Mundial

Observando o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED), é possível concluir que o país que por tanto tempo foi esquecido devido aos conflitos internos na década anterior,

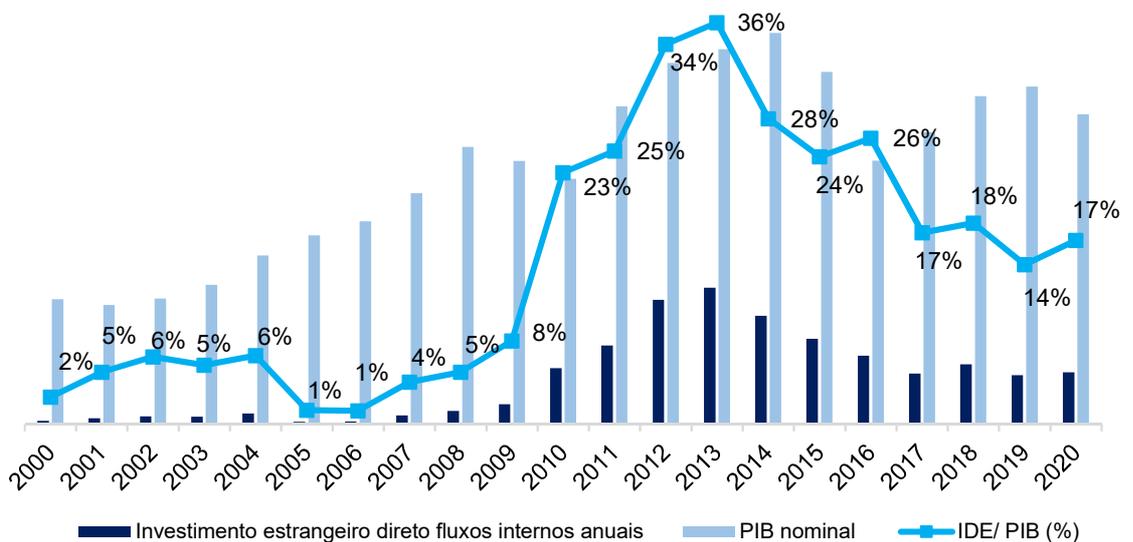
despertou o interesse de diversos investidores. Desde os anos 2000, o IED moçambicano (fluxos internos anuais) saltou de U\$ 139 milhões para U\$ 2,2 bilhões em 2019, com destaque para o período de 2013 onde o valor superou em U\$ 6,1 bilhões ou 36% do PIB nominal de Moçambique (gráfico 3 e 4).

Gráfico 3 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) – Fluxo em U\$ milhões (2000-2019)



Fonte: UNCTAD, 2021

Gráfico 4 – Investimento Estrangeiro Direto (IED) em proporção do PIB (2000-2020)



Fonte: Banco Mundial, 2021

Ainda sobre esta variável, de acordo com os dados disponibilizados pelo Banco de Moçambique, em 2020 seus maiores investidores foram os Países Baixos, com de cerca de 37,7% dos investimentos, seguido de seu vizinho, África do Sul, com 22% e Itália com 13,5%.

A China representa cerca de 0,6% do total recebido em Moçambique em 2020, conforme dados expostos na tabela 4. Em termos de distribuição setorial, o destaque vai para o setor de indústrias extrativistas, receptoras de 84,1% do total de IED recebidos em Moçambique (vide tabela 5), sendo que 74% destes foram absorvidos pelas empresas pertencentes à categoria dos megaprojetos ligadas ao ramo de petróleo e gás (BANCO DE MOÇAMBIQUE, 2020).

Tabela 4- IED em Moçambique – Principais parceiros de investimentos (%) - 2020

País de Origem	Setor	(%)
Países Baixos	Indústria Extrativista, Indústria Transformadora, Agricultura, Alojamento e Restauração e Construção	37,7
África do Sul	Indústria Extrativista e Agricultura	22
Itália	Indústria Extrativista, Atividade Imobiliária e Prestação de Serviços	13,5
Maurícias	Indústria Extrativista, Indústria Transformadora Agricultura e Alojamento e Restauração	11,2
Emirados Árabes Unidos	Indústria Extrativista, Indústria Transformadora e Produção e Distribuição de Energia	6,3
Portugal	Comércio e Agricultura	2,7
Jersey	Indústria Extrativista	2,4
Ilhas Marshall	Indústria Extrativista	1,6
Kuwait	Comércio	0,8
Brasil	Indústria Transformadora	0,7
China	Indústria automotiva, Agricultura, Infraestrutura, Indústria manufatureira e extrativa	0,6

Fonte: Banco de Moçambique, 2020

Tabela 5- IED em Moçambique por setores de atividade em US\$ milhões (2016-2020)

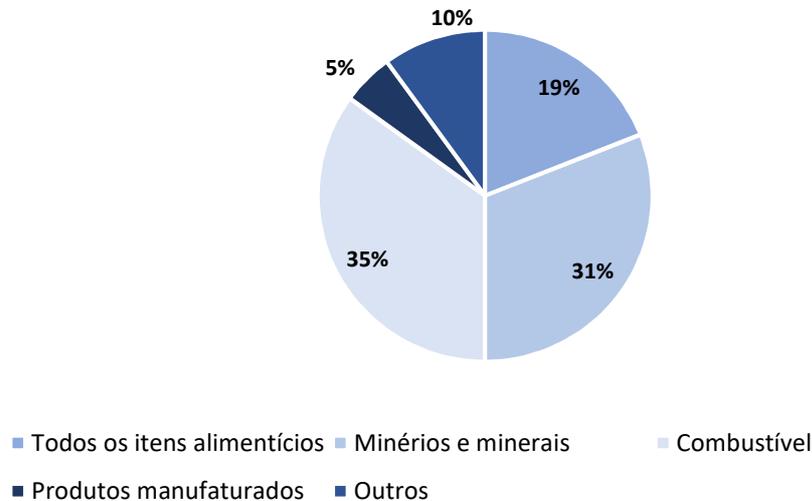
Setor	2016	2017	2018	2019	2020
Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura	68,10	81,80	69,10	53,10	35,60
Pesca	3,10	0,70	2,20	1,70	1,50
Indústrias Extrativistas (carvão, petróleo, gás e minerais)	1.748,50	1.322,50	2.091,10	1.377,00	1.964,80
Indústrias Transformadoras (alimentares, bebidas, tabaco, têxteis, outras)	132,40	83,20	195,00	108,50	127,00
Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	117,90	94,80	8,30	-20,40	2,70
Construção	60,10	105,40	92,30	52,70	62,80
Comércio por Grosso e a Retalho e Reparações Diversas	143,90	151,10	-35,40	58,70	83,90
Alojamento e Restauração (Hotéis e similares)	100,20	47,70	28,80	29,30	10,70
Transporte, Armazenagem e Comunicações	537,10	204,60	74,60	365,80	16,50
Serviços Ferro-Portuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atividades Financeiras	66,90	37,40	61,90	126,60	10,90
Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços a Empresas	97,10	148,50	97,30	31,40	15,00
Administração Pública, Defesa e Segurança Social	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00
Educação	0,00	2,20	12,90	12,50	2,20
Saúde e Ação Social	0,50	7,40	0,50	0,90	0,90
Outros	17,50	5,70	4,40	13,80	2,90
Total	3.093	2.293	2.703	2.212	2.337

Fonte: Banco de Moçambique, 2020

Com relação à pauta exportadora, embora a agricultura esteja predominantemente associada à atividade econômica base do país, os dados atuais da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), indicam que, em 2020, os combustíveis lideraram como os produtos mais comercializados, com cerca de 35% de toda a produção, seguido de minérios e metais com 31%, itens alimentícios em terceiro lugar com 19% e produtos manufaturados e outros com 5% e 10% respectivamente (gráfico 5). Dentre os principais parceiros comerciais de Moçambique, também destacados pela organização⁷, encontram-se: a Índia com volume exportado de US\$ 783 milhões, seguido de África do Sul com US\$ 554 milhões, Países Baixos e China com US\$ 453 e US\$ 356 milhões respectivamente.

⁷ Acesso em: 31/08/2021.

Gráfico 5 – Estrutura da exportação de Moçambique por grupo de produtos em 2020



Fonte: UNCTAD, 2021

Sobre a característica das exportações moçambicanas, o Banco do Moçambique (2020) destacou a venda de carvão mineral, legumes secos ou em grão, castanha de caju, areias pesadas, cabos de alumínio, óleos de petróleo e soja como os principais produtos enviados de Moçambique para a Índia. Para a África do Sul, a instituição sinalizou a comercialização de energia eléctrica e gás natural. Os países Baixos destacam-se pela importação de alumínio na forma bruta e carvão e a China sobressai-se pela importação de areias pesadas, sementes e frutos oleaginosos, areias naturais, carvão, madeira serrada e crustáceos. Outros parceiros também foram apontados pela instituição, como Itália, Zimbábue e Reino Unido. Os produtos comercializados com esses países incluem alumínio na forma bruta, areias pesadas e cabos de alumínio para a Itália; exportação de energia eléctrica, adubos minerais e químicos e massas alimentícias para o Zimbábue; E por fim, venda de barras e cabos de alumínio, algodão, açúcar, chá, frutas secas entre outros produtos para o Reino Unido.

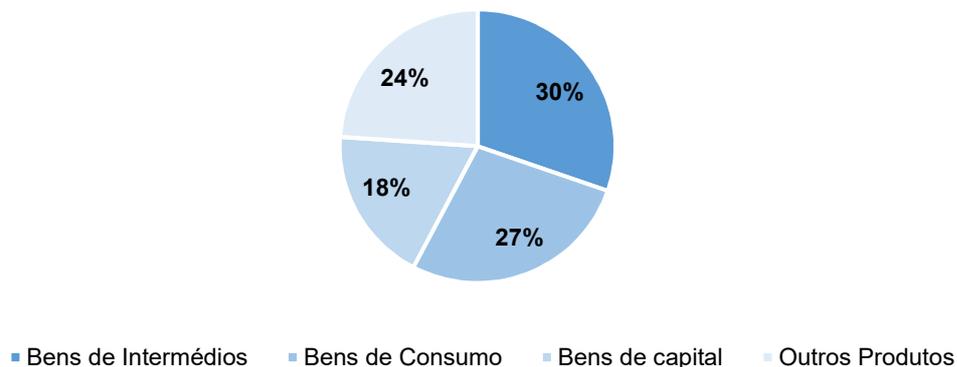
O gráfico 6 tem como objetivo qualificar os produtos importados por Moçambique. Como pode-se observar, 30% desses produtos referem-se à importação de bens intermediários (insumos), seguido de bens de consumo com 27%, bens de capital e outros com 18% e 24% respectivamente. Ademais, o Banco de Moçambique enfatiza que:

- i. A África do Sul tem peso de 30,8% sobre o total das importações e continua se destacando pelo fornecimento de energia eléctrica, alumínio bruto, automóveis, aparelhos para seleccionar e peneirar minérios, milho, entre outros para Moçambique;

- ii. A China é responsável por 10,7% do total das importações, com destaque para tratores, materiais têxteis e tecidos, pneumáticos, arroz, automóveis para transporte de mercadorias, entre outros;
- iii. A Índia com 9% do total importado, fornecendo medicamentos, óleos e lubrificantes, arroz, cabos de alumínio, automóveis, material de construção, entre outros;
- iv. Os Emirados Árabes Unidos, com peso de 6,6%, são responsáveis por fornecer óleos e lubrificantes, cimentos, vestuário, trigo e medicamentos;

Os demais países relevantes são Portugal responsável por 3,6% das importações, basicamente destaca-se pelo fornecimento de medicamentos e reagentes, cereais, materiais de construção, aparelhos eléctricos, produtos alimentares, bebidas e outros; e Japão, que é responsável por 2,5% das importações moçambicanas e fornece sobretudo automóveis, materiais de construção e aparelhos eléctricos.

Gráfico 6 – Estrutura da importação de bens por grupo de produtos em Moçambique 2020



Fonte: UNCTAD, 2021

A partir destes dados, pode-se perceber que a composição da pauta exportadora de Moçambique é assentada na exportação de *commodities* (agrícolas e energéticas), e, por outro lado, a pauta importadora se concentra na importação de produtos de alto valor agregado, constituindo uma característica típica de países e economias atrasadas, e que não só dificultam, mas aprofundam o subdesenvolvimento dessas nações (debate a ser promovido e aprofundado no próximo capítulo).

Diante da exposição dos dados acima, pode-se observar que a história recente da economia moçambicana no início do século XXI foi caracterizada por um período de crescimento econômico substancial, que designou ao país a posição de uma das maiores

economias da África Subsaariana, fruto de altas e consistentes taxas de crescimento, somado à uma melhora no quadro institucional e da governança do país.

Libânio e Castigo (2021) atribuíram a atual descoberta de recursos energéticos, como o carvão e o gás natural a uma “esperança” para o país continuar se fortalecendo e se desenvolvendo. No entanto, alertou também que o aumento dos Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) recebidos em Moçambique são majoritariamente direcionados para a exploração desses recursos, que estão vinculados à construção de megaprojetos que necessitam da implementação de tecnologia de capital intensivo em um país com mão de obra excedente e com baixa qualificação técnica. Sendo assim, os autores apontaram que

o emprego gerado por estes megaprojetos é insignificante. Estes aspectos revelam a contínua marginalização de grande parte da população, de modo que a agricultura continua sendo a atividade que suporta a maior parte da população, pois as indústrias intensivas em trabalho (têxtil, calçados, entre outras) não encontram uma estrutura financeira e nem capacidade tecnológica que seja competitiva no mercado externo (LIBÂNIO e CASTIGO, 2021, p. 13)

A questão do aprofundamento da pobreza em Moçambique é outro grande desafio do país na atualidade. Isso porque trata-se de uma nação de baixa renda, que precisa encontrar um caminho sólido e consistente para diminuir e erradicá-la, além de ser também um problema histórico e estrutural. Para além disso, considera-se também que Moçambique é uma nação que dispõe de um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano.

Diante da necessidade de aliviar a pobreza extrema no país, e acreditando que a industrialização pode ser um dos caminhos para levar o desenvolvimento para toda a nação, o governo moçambicano elaborou instrumentos a fim de orientar e avançar o programa de industrialização no país, com destaque para o Programa Quinquenal do Governo, o Plano Diretor do Gás Natural e a Estratégia Nacional de Desenvolvimento. Dentre os principais objetivos do Programa Quinquenal do Governo moçambicano (2015-2019), destacam-se: consolidar a Unidade Nacional, a Paz e a Soberania; desenvolver o Capital Humano e Social; promover o Emprego, a Produtividade e a Competitividade; desenvolver Infraestruturas Económicas e Sociais; assegurar a Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente.

No entanto, o mais recente fator que desafia as tomadas de políticas públicas e podem prejudicar o crescimento e desenvolvimento do país, refere-se à atual instabilidade política oriunda da presença e ataques de grupos armados na região norte e centro do país, que além de destruir a infraestrutura, campos de produção agrícola e gerar migrações forçadas para outras

regiões, contribui aumentando a vulnerabilidade da população, fomentando e fortalecendo a desigualdade social em Moçambique (LIBÂNIO e CASTIGO, 2021).

Os dados expostos sinalizam a capacidade e o potencial para construir um futuro promissor em Moçambique. Contudo, é necessária a adoção de planos de desenvolvimento que contemplem a maior (e mais pobre) parcela da população e que estejam orientados e alinhados para garantir a segurança e a estabilidade político-econômica do país, diversificar a matriz produtiva, aumentar os níveis de renda e emprego e ampliar o acesso à infraestrutura básica, saúde e educação. Este último ponto é de extrema relevância, pois na medida em que o país se aprofunda no desenvolvimento e construção de grandes complexos industriais e de infraestrutura, é necessário capacitar a população para que sejam absorvidos nos tipos de empregos criados pelas indústrias e grandes construtoras que estão se estabelecendo. Caso contrário, veríamos Moçambique experimentando mais do mesmo: aumento da desigualdade, pobreza e extrema pobreza, aumento dos conflitos internos e a permanência de Moçambique como fonte de recursos naturais e rentabilidade para os países desenvolvidos.

2. MEGAPROJETOS E DESENVOLVIMENTO: ABORDAGENS CLÁSSICAS E CONTEMPORÂNEAS

Este capítulo está organizado em dois tópicos, procurando, desta forma, alcançar dois objetivos distintos, mas que de forma combinada vão auxiliar a compreender as dinâmicas socioeconômicas e a finalidade das políticas de desenvolvimento adotadas em Moçambique na atualidade. No primeiro tópico (Aspectos teóricos sobre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento), busca-se promover uma reflexão sobre os principais teóricos que discutiram a teoria do desenvolvimento através da leitura das principais obras de sete economistas que compõe as abordagens clássicas e contemporâneas da história do desenvolvimento econômico.

O objetivo do segundo tópico (Megaprojetos e o desenvolvimento das cidades) é apresentar o que a literatura de megaprojetos tem produzido sobre a temática enquanto uma estratégia utilizada para aumentar o crescimento econômico de grandes centros urbanos. Neste sentido, questões relevantes como a definição conceitual de megaprojetos, o papel desempenhado por esses empreendimentos nas economias contemporâneas, identificação e diagnósticos dos desafios e obstáculos enfrentados, bem como sugestões para torna-los mais eficientes serão detalhadamente discutidos. Temas relacionados a implementação de megaprojetos podem despertar interesses de pesquisadores, acadêmicos, engenheiros, economistas e planejadores urbanos devido ao tamanho (em números de projetos e sua dimensão), complexidade e riscos (econômicos, sociais e ambientais) que essas grandes obras envolvem, e uma vez que a presença de projetos nessas proporções tem se intensificado, torna-se necessário fomentar estudos e debates sobre eles.

2.1 Aspectos teóricos sobre Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Othman (2013) destacou diversas formas para classificar um país como desenvolvido ou em desenvolvimento. Normalmente os critérios utilizados para definir se um país é desenvolvido ou não estão relacionados:

- i. Aos aspectos sociais: como oferta e qualidade de educação e saúde disponível para a população; nível de desenvolvimento tecnológico; disponibilidade e acesso à infraestrutura e saneamento básico; expectativa de vida; taxa de mortalidade infantil; taxa de natalidade e desenvolvimento cultural;
- ii. Aos aspectos político-econômicos: estabilidade política; taxa de crescimento do PIB; geração de emprego; geração e distribuição de renda; nível e participação da indústria no PIB.

Pensando nestes elementos, o quadro abaixo foi construído, ainda que de forma genérica, com o objetivo de destacar como as nações seriam classificadas de acordo com seu grau de desenvolvimento e seguindo os critérios citados acima.

Quadro 1 - Classificação dos países desenvolvidos e países em desenvolvimento – Aspectos Gerais

Critérios		Países desenvolvidos	Países em desenvolvimento
Aspectos Sociais	Analfabetismo	Baixo	Alto
	Desenvolvimento Tecnológico	Alto	Baixo
	Disponibilidade e acesso à infraestrutura e saneamento básico	Alto	Baixo
	Expectativa de vida	Alto	Baixo
	Taxa de natalidade	Baixo	Alta
	Taxa de mortalidade infantil	Baixo	Alta
	Desenvolvimento cultural	Alto	Baixo
Aspectos Político-Econômicos	Estabilidade Política	Alta	Baixa
	Taxa de crescimento do PIB	Alta	Baixa
	Renda Per Capita	Alta	Baixa
	Distribuição de renda	Homogênea (em geral)	Heterogênea (em geral)
	Industrialização	Alta	Baixa

Fonte: Elaboração do autor

O Banco Mundial (2021), por sua vez, utiliza um critério próprio para definir o nível de desenvolvimento das nações, atribuindo à renda nacional bruta per capita (RNB) o elemento determinante para classificação. Dessa forma, os países são divididos em:

- i. Países de baixa renda: quando RNB per capita é inferior US \$ 1.036;
- ii. Países de renda média mais baixa: quando a RNB per capita varia de US \$1.036 a US \$ 4.045 per capita;
- iii. Países de renda média superior: quando a RNB per capital é varia de US \$ 4.046 a US \$12.535;
- iv. Países de alta renda: quando a RNB per capital é superior US \$ 12.535.

Ainda que sejam relevantes, os indicadores utilizados pelo Banco Mundial não são suficientes para categorizar o grau de desenvolvimento das nações, justamente porque a instituição enfatiza apenas a dimensão econômica. Diferentemente de crescimento, definir se um país é desenvolvido ou não deve englobar fatores sociais e econômicos, conforme explicado anteriormente, e por isso um critério estritamente econômico não pode ser considerado como

único fator para avaliação. Nesta perspectiva, a ONU criou o Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Este índice incorpora as dimensões sociais (como o padrão de vida da população, alfabetização, expectativa de vida) combinado as dimensões econômicas (como PIB de uma economia e renda per capita). Assim, segundo dados da ONU (2020), os países com:

- i. IDH $>$ 0,79 são nações com índice de Desenvolvimento Humano muito alto (desenvolvidas);
- ii. IDH entre 0,7 e 0,79 são nações com índice de Desenvolvimento Humano alto (desenvolvidas);
- iii. IDH entre 0,55 e 0,69 são nações com índice de Desenvolvimento Humano médio (em desenvolvimento);
- iv. IDH \leq 0,54 são nações com índice de Desenvolvimento Humano baixo (subdesenvolvidas).

Cardoso (2018) resgatou na sua obra *Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico*, o pensamento dos principais autores que contribuíram para estruturar o pensamento desenvolvimentista, desde o pioneiro Rosenstein-Rodan até a abordagem de autores cepalinos, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, um dos principais intérpretes da literatura desenvolvimentista brasileira.

A economia do desenvolvimento, conforme sinalizada pela autora, ganhou destaque no período pós-guerra e trata-se de um conjunto de ideias e estratégias coordenadas pelo Estado para geração de crescimento e desenvolvimento, e é comumente atrelada a uma crítica ao receituário universal de políticas liberais propostos pelo *mainstream* da economia (CARDOSO, 2018; BRESSER-PEREIRA, 2010). Abaixo discutiremos a abordagem de sete dos nove clássicos expostos pela autora.

2.1.1 Roseinstein – Rodan e a Teoria do Big Push

O primeiro teórico desenvolvimentista a ser abordado é Rosenstein-Rodan, economista polonês, considerado por Cardoso (2018) “o pioneiro dos pioneiros” a se debruçar sobre as características peculiares do subdesenvolvimento de países cujas economias eram consideradas atrasadas. Buscando compreender e caracterizar o subdesenvolvimento, o autor ressaltou o aspecto desequilibrado do processo de crescimento econômico, onde, em contraposição às ideias estáticas de equilíbrio das teorias econômicas tradicionais, Rosenstein-Rodan (1943) introduziu uma abordagem na qual o desenvolvimento econômico consiste em uma série de saltos qualitativos e na execução de investimentos em diferentes escalas de indústrias que gera

um grande estímulo na economia. O autor desenvolveu em 1943 um estudo titulado de “Teoria de Crescimento Equilibrado Para os Países Atrasados da Europa Oriental e o Sudeste Europeu”.

Neste modelo, o autor apontou como um grande obstáculo para alcançar o desenvolvimento de uma região atrasada, o excesso de mão de obra concentrado na agricultura em decorrência da centralização do processo industrial em áreas de renda mais elevadas – ou seja, nas nações desenvolvidas – que resultou no desemprego disfarçado, baixa produtividade, mercado restrito e baixo potencial de crescimento nas regiões atrasadas (Mantega, 1998). Neste sentido, para superar essa posição, Rosenstein-Rodan (1943) atribuiu à industrialização um papel de destaque para romper com a condição de atraso das economias periféricas. Para o autor, somente a transferência do excesso de mão de obra do campo para as cidades, resultado no processo de industrialização, levaria ao aumento no retorno crescente (tanto na agricultura quanto nas indústrias) e ao aumento da renda per capita, que por sua vez, resultaria no aumento do consumo da população e levaria a expansão do mercado e daria início a um processo de desenvolvimento.

A grande questão que surgiu para o autor é como romper com a concentração de indústrias nas regiões mais desenvolvidas e ampliar este processo para as regiões menos favorecidas. Embora o autor considere uma alternativa recorrer ao capital externo (CARDOSO, 2018), sua principal contribuição para a teoria desenvolvimentista é a formulação da Teoria do *Big Push*, o grande impulso da economia capaz de promover o crescimento econômico.

Uma outra contribuição importante de P. Rosenstein-Rodan foi a elaboração do conceito de *big push*, ou seja, um grande impulso que uma economia atrasada precisa para alcançar o desenvolvimento. Segundo ele, “lançar um país num crescimento auto-sustentado é, de algum modo, como fazer decolar um avião. Há, sobre a pista, uma velocidade crítica que deve ser ultrapassada antes que o aparelho se eleve. [...] Procedendo gradativamente, passo a passo, não se conseguirá um efeito igual à soma total dos passos isolados. Um *quantum* mínimo de investimento é condição necessária, embora não suficiente, para o êxito. [...] Essa teoria parece contradizer as conclusões da teoria tradicional do equilíbrio estático e contrariar seu famoso lema. (MANTEGA; 1998; p. 27)

Rosenstein-Rodan (1943) sugeriu que para conseguir promover o grande impulso é determinante a adoção de um elevado volume inicial de investimento e defendeu a necessidade de uma ação planejada, orientada e coordenada pelo Estado por meio da adoção de políticas e investimentos públicos em “setores-chave” da economia, que normalmente são complexos industriais integrados e complementares a outros, e que fazem parte do mesmo sistema econômico capazes de impulsionar a industrialização. Desta forma, Mantega (1998) destacou a demanda de:

[...] uma massa de recursos que viabilize a implantação de grandes empresas, de acordo com a escala mínima prescrita pelas modernas condições tecnológicas do capitalismo. Em segundo lugar, a massa de recursos que viabilize investimentos concomitantes em vários setores complementares ao mesmo tempo, de modo a engendrar uma demanda intersetorial suficiente para escoar a produção. E, por último, um volume de investimentos que garanta um tamanho mínimo do mercado que viabilize a escala mínima de produção das modernas empresas capitalistas. (MANTEGA; 1998; p. 27)

Por se tratar de investimentos que antecipam à sua demanda e com retorno de longo prazo, Rosenstein-Rodan introduziu que estes funcionam pelo conceito de economias externas – lucro social. A ideia é que existem algumas empresas que podem e devem operar gerando pouco lucro (ou até mesmo gerando prejuízo). Isso porque embora elas não gerem bons resultados, ao fornecer insumos baratos para outras empresas, estaria contribuindo para maximizar as suas margens de lucro, o que contribuiria para elevar a lucratividade do sistema econômico como um todo (MANTEGA, 1998). Nestes casos, o baixo (ou a falta de) lucro individual em detrimento do lucro social não só justificaria, mas tornaria indispensável a aplicação de investimentos nesses setores. Infraestrutura e serviços básicos, como energia e transporte, são os principais propulsores ao *big push*, pois – através de economias externas – normalmente a concentração de investimentos nessas atividades pode ampliar as oportunidades de investimento e geração de empregos em outras indústrias e diferentes ramos da economia, que levaria a “encadeamentos positivos transformadores” (CARDOSO, 2018, p. 34), retornos crescentes e ganhos de escala que poderiam sustentar o processo de desenvolvimento em economias subdesenvolvidas.

2.1.2 Lewis e a Oferta Ilimitada de Mão de Obra nas nações atrasadas

O próximo autor a ser explorado é Arthur Lewis, economista e primeiro negro a ganhar um Prêmio Nobel de economia em 1979, contribuiu com uma das principais teorias sobre Desenvolvimento Econômico atribuindo a hipótese de existência de oferta ilimitada de mão de obra⁸ como um elemento central para sua discussão. O autor não somente negou um dos principais pressupostos neoclássicos (o de pleno emprego da força de trabalho), mas incorporou em sua análise o pensamento clássico sobre o aumento da produção ao longo do tempo a partir da acumulação de capital e nas diferentes formas de distribuição da renda entre as classes. (BORJA, 2013).

⁸ LEWIS, A. O Desenvolvimento Econômico com oferta ilimitada de Mão de Obra, 1954

Conforme destacado por Borja (2013), Lewis procurou contribuir para uma melhor compreensão acerca do desenvolvimento econômico, elaborando uma teoria que desse conta de explicar o desenvolvimento nas economias atrasadas e que não poderiam ser encaixadas dentro dos modelos e das hipóteses neoclássicas e Keynesianas. “A nossa finalidade não é superar a economia neoclássica, mas, simplesmente, elaborar um esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas. (nem keynesianas)”. (LEWIS, 1954, p. 630)

Para fundamentar sua análise, Lewis (1954) evidenciou três características básicas dos países subdesenvolvidos. A primeira é de que nessas regiões onde a população é tão numerosa em relação ao capital e recursos naturais, o preço do trabalho é o salário de subsistência, e a esse preço a oferta excede a demanda de trabalho. Com isso, o autor chamou a atenção para a existência de oferta ilimitada de trabalho em uma gama de setores da economia onde é possível notar que a produtividade marginal do trabalho é nula, próximo de zero ou mesmo negativa. Assim como outros teóricos desenvolvimentistas que serão discutidos ao longo deste capítulo, o autor chamou a atenção para a existência de desemprego “disfarçado”, ou seja, abundância de trabalho não qualificado em países subdesenvolvidos. No entanto, como ele sinalizou,

O fenômeno não é de modo algum limitado ao campo. Outro amplo setor onde se verifica é o das ocupações eventuais: os carregadores do porto, carregadores de malas, os biscateiros, e outros. Estas ocupações apresentam em geral um número de pessoas muito maior do que o necessário e cada trabalhador ganha importâncias muito pequenas com este tipo de trabalho eventual; frequentemente, o número desses trabalhadores poderia reduzir-se a metade sem que o produto do setor diminuísse (LEWIS, 1954, p. 631).

A segunda característica é a dualidade estrutural presente nessas economias divididas entre o setor capitalista e o setor de subsistência (BORJA, 2013). Lewis chamou atenção para a existência de um hiato de produtividade significativo entre os setores produtivos, onde, em geral, tem-se um setor voltado para a exportação – com maior produtividade – e outro voltado para o abastecimento do mercado interno – com baixa produtividade.

A terceira e última característica refere-se à observação de que nesses países existem ilhas de modernidade em um mar de atraso de trabalhadores de subsistência, característica típica dos países que se encontram nas primeiras fases de desenvolvimento. Essas ilhas normalmente são desconectadas e resultam numa descontinuidade da potencialização dos efeitos multiplicadores e de autopropulsão para gerar crescimento e desenvolvimento sustentado. Sendo assim, a maior parte da mão de obra nos países subdesenvolvidos está vinculada a atividades de baixa ou baixíssima produtividade (CARDOSO, 2012).

Lewis identificou que o grande problema dos países que se encontram em estágio de subdesenvolvimento está relacionado ao fato de que a parcela de lucros nessas economias é muito pequena, pois a parcela da renda da terra é muito alta. “Em outras palavras, quando aumenta a parcela da renda da terra no produto líquido, diminui a própria base de acumulação de capital” (CARDOSO, 2012, p. 63). Assim, para aumentar a acumulação de capital, o autor recomendou que a parcela de lucro seja incrementada em detrimento da parcela da renda da terra. Neste sentido, A chave para a expansão econômica (ou da acumulação de capital) é o reinvestimento do excedente capitalista.

Para Lewis, com a ampliação do setor capitalista, o setor moderno se ampliaria, e com ela sua capacidade de absorção de mão de obra” [...] Portanto, para Lewis, a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital, sendo o seu problema crucial a distribuição da renda em benefício da classe que teria capacidade de poupar e, pelo raciocínio do autor, também de investir⁹ (CARDOSO, 2012, p. 63).

Ademais, Lewis (1954) destacou três fenômenos que, normalmente são observados atuando de forma conjunta e que viabilizam o desenvolvimento econômico, sendo eles: a poupança; o progresso técnico e sua aplicação; e a expansão do volume de capital. No entanto, embora esses fatores sejam necessários para configurar um processo de desenvolvimento, eles ainda não são suficientes por si só, isso porque o autor também destacou a necessidade de um ambiente favorável à eclosão dessas forças. Neste sentido, Lewis salientou o papel determinante desempenhado pelas instituições, que permitem aos agentes econômicos relativo grau de liberdade e funcionam como um retro alimentador positivo em prol do desenvolvimento (CARDOSO, 2012).

“Lewis destaca que o subdesenvolvimento pode ser definido a partir de ao menos três perspectivas, intimamente correlacionadas aqui. Comparada a outras nações, uma nação pode ser dita subdesenvolvida em relação à sua tecnologia atrasada, às suas instituições desfavoráveis ao investimento ou à sua baixa dotação de capital per capita, resultando em uma baixa renda per capita” (CARDOSO, 2012, p. 66).

O autor realçou que, para superar a condição de subdesenvolvimento nos países atrasados, os programas de desenvolvimento devem priorizar o crescimento simultâneo de todos os setores da economia para manter o equilíbrio adequado entre agricultura e indústria, e

⁹ Importante ressaltar que, para Lewis (1954), a classe poupadora é constituída por àqueles recebedores do lucro do capital, isto porque o autor afirma que, ainda que os trabalhadores se abstenham do seu consumo, o valor direcionado para poupança ainda assim seria muito baixo e não geraria os recursos necessários para investimento em capital.

entre a produção para o mercado interno e a produção para exportação. A necessidade de ajuda de financiamento externo nas nações atrasadas seria uma realidade, uma vez que os países pobres não encontram condições para satisfazer as suas necessidades de capital apenas com recursos próprios.

Por fim, com relação ao papel do Estado, Cardoso (2012) destacou que Lewis atribuiu ao Estado um papel estratégico para estimular o desenvolvimento. No entanto, o autor se mostrou ainda cauteloso e ponderou que o governo não deve intervir demais e nem de menos. Assim, não deve gastar nem pouco, nem muito. Além disso, não deve ser nem, pouco nem extremamente controlador. Não deve permitir a exploração de classes, tampouco a luta de classes. Não deve desencorajar o estrangeiro a investir no país, mas também não deve cair em suas mãos. Ou seja, o Estado não pode deixar de intervir quando necessário, mas também não pode exceder a iniciativa privada.

2.1.3 Singer e a distribuição de ganhos desigual entre as nações

Singer (1950) se dedicou a analisar a distribuição desigual de ganhos entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. O autor apresentou uma definição própria acerca da tendência à deterioração dos termos de troca nas nações primário-exportadoras, e colocou em xeque os alicerces que sustentavam a teoria das vantagens comparativas ricardianas ao evidenciar que o comércio internacional não é mutuamente benéfico para os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e que resulta em uma disputa que tem de um lado um ganhador e de outro um perdedor (CARDOSO, 2012). O argumento utilizado por Singer destacado por Mantega (1998) é de que o comércio internacional não possibilitou a transferência de progresso técnico do centro para a periferia capitalista. Pelo contrário, era a periferia que estava fornecendo a riqueza para o centro via comércio internacional.

Para Singer (1950), a economia dos países subdesenvolvidos apresentava uma estrutura econômica dualista, onde, de um lado se observava um setor de alta produtividade, produzindo para exportação (basicamente produtos primários) e de outro um setor de baixa produtividade, produzindo para o mercado interno. O autor advertiu que a especialização dos países subdesenvolvidos na exportação de alimentos e matérias-primas (bens primários em geral) para os países industrializados, em grande medida, foi um resultado da alocação de investimento das nações industrializadas e reproduziu efeitos negativos para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos por três motivos:

- i. Como o investimento era externo, os seus efeitos secundários e cumulativos eram transferidos para o país investidor, ou seja, país de origem do investimento;

- ii. Desviou os países subdesenvolvidos para tipos de atividades que oferecem menos espaço para o progresso técnico, ou seja, de baixa complexidade. Dessa forma, as nações subdesenvolvidas perderam a oportunidade de formar um fator central de radiação dinâmica necessário para que elas conseguissem se desenvolver de forma autônoma. (CARDOSO, 2012);
- iii. O último motivo que contribuiu para reduzir os benefícios do comércio exterior para os países subdesenvolvidos está relacionado a sua especialização primário-exportadora e divergências nos termos de troca. Conforme apontou Cardoso (2012), devido ao valor agregado e ao nível de complexidade, tanto os preços quanto a demanda por bens primários e bens manufaturados são diferentes e tem se mostrado menos favorável para os países exportadores de produtos primários e mais favorável aos exportadores de produtos manufaturados. E assim:

Os países industrializados tiveram o melhor dos dois mundos, tanto como consumidores de commodities primárias quanto produtores de artigos manufaturados, enquanto os países subdesenvolvidos tiveram o pior dos dois mundos, como consumidores de manufaturas e como produtores de matérias-primas (SINGER, 1950, p. 479).

Singer (1950) destacou a necessidade de superar a falta de dinamismo e de provocar mudanças estruturais (alterações na matriz produtiva) em economias atrasadas para transformá-las em nações industrializadas. O autor sinalizou a importância da industrialização para alcançar o desenvolvimento, não pelo seu produto imediato ou pelos efeitos sobre outras indústrias, mas devido ao seu efeito sobre a educação, tecnologia e padrão de vida. Nas suas palavras:

[...] a contribuição mais importante de uma indústria não é seu produto imediato (como é forçosamente assumido pelos economistas e estatísticos) e nem mesmo seus efeitos sobre outras indústrias e benefícios sociais imediatos (até agora os economistas foram levados por Marshall e Pigou a irem), mas talvez ainda mais seu efeito sobre o nível geral de educação, habilidade, modo de vida, inventividade, hábitos, armazenamento de tecnologia, criação de novas demandas, etc. E talvez seja precisamente esta a razão pela qual as indústrias manufatureiras são tão universalmente desejadas pelos países subdesenvolvidos; nomeadamente, que fornecem os pontos de crescimento para o aumento do conhecimento técnico, da educação urbana, do dinamismo e da resiliência que acompanha a civilização urbana, bem como das economias externas marshallianas diretas. (SINGER, 1950, p. 476)

Através de suas observações também mostrou uma ambivalência que prejudica e perpetua o subdesenvolvimento nas economias atrasadas representadas pelas relações de preços no comércio exterior para os países subdesenvolvidos. Ao elevar os preços e a demanda de suas *commodities* (o que posteriormente a literatura denominou efeito China), esses países vivem

um *boom* nas suas exportações, que em tese poderia fornecer aos países subdesenvolvidos os meios necessários para importar bens de capital e financiar seu próprio desenvolvimento industrial. No entanto, segundo o autor, o *boom* nas exportações, na verdade, tira deles o incentivo ao desenvolvimento industrial e o investimento é direcionado para a expansão da produção de *commodities* primárias sem deixar espaço para o investimento em bens de capital e para avançar no processo de industrialização. E, dessa maneira, “os países subdesenvolvidos correm o risco de cair em duas armadilhas: deixam de se industrializar em um *boom* porque as coisas estão tão boas, e falham em se industrializar em uma crise porque as coisas estão mal” (SINGER, 1950, p. 482).

O autor concluiu que, para superar os efeitos do subdesenvolvimento e equilibrar a distribuição dos ganhos entre as nações, os propósitos do investimento estrangeiro e do comércio internacional deveriam ser redefinidos para a produção de mudanças graduais na estrutura de vantagens comparativas e da dotação comparativa dos diferentes países, em vez de desenvolver e reforçar um sistema de comércio mundial baseado nas vantagens comparativas e na distribuição de dotações existentes (SINGER, 1950). Ou seja, o fator chave para superar o subdesenvolvimento estaria na contribuição do comércio internacional e dos investimentos externos em transformar a estrutura produtiva das nações subdesenvolvidas. É necessário assegurar que os resultados do progresso técnico sejam retidos nos países subdesenvolvidos, de maneira análoga ao que ocorre nos países industrializados.

Segundo Cardoso (2012), Singer elencou as razões pelas quais o volume de investimentos nos países subdesenvolvidos é limitado e sinalizou que: a) a capacidade tecnológica própria para produzir bens de capital não está disponível e mediante a isso incrementa-se a dificuldade no balanço de pagamentos que podem impedir que esses bens sejam importados; b) sinalizou que a pressão sobre os preços dos bens de salário – sobretudo os alimentos – pode impedir ou limitar a expansão do investimento. “Singer destacou que, por serem as rendas muito baixas nas nações subdesenvolvidas, impunham-se limites bastante estrito ao volume de poupança potencial” (CARDOSO, 2012, p. 44). A autora também citou o papel das instituições e explicou que “a falta de confiança nas instituições domésticas faz com que os investidores potenciais também transfiram seus recursos para o exterior” (*ibidem*).

Assim, para superar esses fatores que impedem o incremento dos investimentos nos países subdesenvolvidos, Singer (1950) indicou que a medida mais importante necessária é o reinvestimento dos lucros nos próprios países subdesenvolvidos ou a absorção dos lucros por medidas fiscais e sua utilização para o financiamento do desenvolvimento econômico, e a absorção da produtividade crescente na produção primária (na ascensão dos salários reais e nas

outras rendas reais), desde que o incremento seja utilizado para aumentar a poupança interna e o crescimento dos mercados de um tipo adequado ao desenvolvimento das indústrias domésticas. Além disso, seria também importante que nos programas de desenvolvimento fosse concedido prioridade aos projetos de investimento com maior potencial de retenção e multiplicação interna de recursos, o que continuaria a viabilizar novos investimentos por meio do aproveitamento dos efeitos de complementariedade dos investimentos (CARDOSO, 2012).

Por fim, Singer (1950) argumentou que:

[...] um fluxo de investimento internacional para os países subdesenvolvidos só contribuirá para o seu desenvolvimento econômico se for absorvido por seu sistema econômico; ou seja, se uma boa dose de investimento doméstico complementar for gerada e os recursos domésticos necessários forem encontrados (SINGER, 1950, p. 485).

2.1.4 Nurkse: o círculo vicioso da pobreza

Segundo Mantega (1998), Nurkse trabalhou com a noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento a partir da identificação de dois problemas básicos existentes nos países subdesenvolvidos: a falta de capital e a limitação do mercado nessas regiões. Nurkse argumentou que esses países vivem um círculo vicioso da pobreza, isto é, um país é pobre pois a pobreza é causa, consequência e se retroalimenta, formando uma relação circular que dificulta a formação de capital (tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda) e, por consequência, se reflete em baixa produtividade nos países atrasados (CARDOSO, 2012).

O círculo vicioso da pobreza se faria sentir na interação entre oferta e demanda: uma elevação contínua do investimento é inibida pela limitada dimensão do mercado, cuja origem estaria na falta de integração dos transportes e das comunicações e na baixa produtividade, que por sua vez teriam explicação na baixa utilização de capital na produção, novamente inibida pelo mercado (BORJA, 2013, p. 123).

A resultante deste processo é um círculo envolvendo investimento, mercado e produtividade que somente poderá ser rompido através da aplicação de capital de forma planejada em diferentes indústrias, de forma que a adoção de uma nova onda de investimentos em diversos ramos de produção permita ampliar ou constituir novos mercados em prol do desenvolvimento e da acumulação de capital para diversos setores da economia (CARDOSO, 2012; MANTEGA, 1998; BORJA, 2013).

Contudo, além da limitação de mercado e da escassez de capital nos países subdesenvolvidos, o autor verificou, por meio do efeito demonstração, que ainda que a renda

interna desses países aumente, a capacidade de gerar poupança nessas regiões tende a diminuir mesmo diante desse aumento da renda, isto se deve a maior propensão a consumir, pois os países mais pobres tendem a seguir os hábitos de consumo dos países desenvolvidos. Assim, nas economias atrasadas existe uma tendência de desequilíbrio na balança de pagamento que é agravada por meio da pressão sobre as importações. Dessa maneira, o efeito demonstrado seria mais um fator que alimentaria o funcionamento do círculo vicioso da pobreza e também seria mais um elemento responsável por aprofundar ainda mais a disparidade entre as nações ricas e pobres (CARDOSO, 2012).

Diante disso, como é possível superar o subdesenvolvimento para Nurkse? Segundo Mantega (1998), o autor sugeriu que:

Por um lado, devesse ampliar a poupança interna, comprimindo o nível de consumo da população, que tende a ter uma elevada propensão a consumir devido à imitação dos padrões de consumo dos países avançados. E, por outro lado, a abertura das portas do país para o ingresso de capital estrangeiro, de modo a não exigir tanto da poupança local (MANTEGA, 1998, p.34).

Mas vale ressaltar, conforme apontado por Cardoso (2012), que para Nurkse a resposta para alavancar a acumulação de capital nas economias subdesenvolvidas não pode ser obtida sem esforço interno. Destaca-se, assim, o papel do Estado que deve ter participação ativa e deve auxiliar na condução dos planos de investimentos e na promoção de políticas para capturar e direcionar recursos para esse fim. “É necessário a criação de uma coalização nacional para o desenvolvimento além de uma ampla participação dos agentes econômicos internos” (Cardoso, 2012, p; 57) não havendo uma fórmula ou receita universal. Cada país precisa entender seus desafios, necessidades e oportunidades e criar suas próprias medidas para superação da pobreza.

Essa observação é importante, pois evidencia a crucialidade das especificidades das nações que, mesmo apresentando a característica comum do subdesenvolvimento, são heterogêneas, o que pode lhes implicar dinâmicas e necessidades completamente distintas. Cada nação passou por um processo de evolução, ou uma trajetória socioeconômica particular, o que faz de cada uma delas um sistema adaptativo repleto de idiosincrasias (CARDOSO, 2012, p. 57).

2.1.5 Hirschman e os efeitos de encadeamento (para frente e para trás)

A partir da década de 1950, autores como Perroux (1955), Myrdal (1957) e Hirschman (1958) se dedicaram a compreender o fenômeno do crescimento regional utilizando conceitos relacionados às economias de aglomeração, resultando posteriormente nas teorias de “Polos de

crescimento” de Perroux; “Causação circular e acumulativa” de Myrdal; e os “Efeitos de ligações” de Hirschman (CAVALCANTE, 2008). Neste momento, a discussão se aprofundará sobre os efeitos de ligações e a abordagem de desenvolvimento econômico elaborada pelo economista alemão Albert Hirschman.

Hirschman (1958), com o objetivo de estudar os determinantes do desenvolvimento regional, destacou que os fatores econômicos levam a diferentes efeitos de retroalimentação – os encadeamentos para frente e para trás –, alertou que o sistema econômico se caracteriza como desequilibrado, e o crescimento econômico não é estimulado de forma espontânea no sistema econômico, apresentando-se, portanto, de forma descontínua no tempo e no espaço, e resultando em desequilíbrios que constituem poderosas engrenagens para o desenvolvimento (Cardoso, 2012; Da Costa, 2010). Não considerar e não saber extrair o potencial que essa dinâmica apresenta, segundo Cardoso (2012), é uma das grandes falhas dos agentes econômicos que sugerem políticas para superação do subdesenvolvimento estão submetidas. Desta maneira, Hirschman (1958) destacou que o desenvolvimento se apresenta “por uma série de círculos viciosos entrelaçados” (HIRSCHMAN, 1958, p. 18) e indicou que o “desenvolvimento equilibrado representa o resultado final de uma série de avanços desiguais de um setor, seguido pelos outros setores que o procuram alcançar” (HIRSCHMAN, 1958, p.102).

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento e o progresso econômico não ocorrem ao mesmo tempo e nem de forma homogênea em todo espaço geográfico, o autor argumentou que o desenvolvimento, uma vez ocorrido, faz com que forças poderosas (forças centrípetas) provoquem uma concentração espacial do crescimento econômico, em torno dos pontos onde ela se inicia. Assim, “[...] o desenvolvimento inicia-se em um ou poucos centros regionais economicamente fortes” (CARDOSO, 2018, p. 79) e as desigualdades internacionais e inter-regionais levam a processos de crescimento distintos entre regiões, e se caracterizam como uma condição inevitável para o próprio processo de crescimento. Neste sentido, o processo de crescimento desequilibrado provocaria pressões e tensões que poderiam potencialmente estimular o crescimento em outras regiões. (CARDOSO, 2018; DA COSTA, 2010).

Assim como outros autores, Hirschman (1958) sinalizou que para que uma nação supere a condição de subdesenvolvimento e escape do papel tradicional da divisão internacional do trabalho é necessário (e ao mesmo tempo inevitável) a promoção da industrialização. O que o difere dos demais autores é a utilização dos conceitos de encadeamento para trás e para frente, elaborado por ele para construir sua teoria econômica. Com relação aos efeitos de encadeamento para trás, tratam-se das atividades que induzirão esforços para suprir os insumos

necessários para produção da atividade principal. Por outro lado, os encadeamentos para frente são aqueles referentes a qualquer atividade que não atenda de forma exclusiva as demandas finais e que vão induzir esforços para que se utilizem seus produtos como insumo na produção de outras atividades (CARDOSO, 2012; HIRSCHMAN, 1958).

Assim, para exemplificar, quando uma indústria é instalada em determinada região, para a sua operação torna-se necessário a demanda por insumos ou fatores de produção que se encontram a montante (atrás da indústria principal) da cadeia produtiva. Estes são os chamados encadeamentos para trás. Ao mesmo tempo, a instalação dessa mesma indústria vai produzir e ofertar insumos que se tornam viáveis para os setores que se encontram à jusante (à frente) da cadeia produtiva. Aqui temos os encadeamentos para frente.

Com isso, Hirschman (1958) apontou que nos países subdesenvolvidos, o investimento deve ser priorizado em indústrias onde os efeitos de encadeamento podem ser potencializados e apresentam maior grau de interdependência, pois a partir delas pode-se estimular o surgimento de várias outras, as denominadas indústrias satélites. Ademais, o autor também sugeriu que o sistema econômico fosse mais dinâmico e interligado, pois quanto mais dinâmicos e conectado às demais atividades produtivas - por meio dos encadeamentos - maior será o nível de crescimento e desenvolvimento econômico.

Por fim, cabe salientar que “como bem ressalta o autor, grande parte da resolução do problema do subdesenvolvimento encontra-se no seu claro entendimento, do que implica que, se houver ação estatal, ela deve estar plenamente consciente e orientada” (CARDOSO, 2012, p.83) e nesta lógica, o elemento chave para superar as desigualdades regionais é o intervencionismo do Estado por meio de um planejamento estatal.

2.1.6 A contribuição cepalina para o subdesenvolvimento na América Latina e Caribe

Para finalizar este tópico, os próximos autores a terem suas obras debatidas neste capítulo fizeram parte do quadro seleta de economistas da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – e se dedicaram a estudar a peculiaridade do desenvolvimento latino-americano, sendo eles: Celso Furtado e Raul Prebisch. O primeiro, economista brasileiro e um dos principais intérpretes que discutiu a formação econômica brasileira. O segundo, um dos maiores economistas argentinos, nas palavras de Cardoso (2012), conhecido como “Keynes latino-americano” e “pai do desenvolvimento”. Esses autores se destacaram por propor uma nova abordagem ao desenvolvimento econômico da América Latina, a partir de um modelo teórico específico capaz de diagnosticar e propor soluções para os seus próprios problemas

através de uma leitura sobre a América Latina, e não de modelos prontos construídos a partir da experiência de países desenvolvidos.

Segundo Borja (2013), Celso Furtado, durante o seu percurso para formação de uma teoria capaz de dar conta do subdesenvolvimento na América Latina, transitou desde as teorias clássicas do desenvolvimento até a sua própria abordagem que se caracteriza pela construção de um método histórico-estrutural e na controvérsia entre desenvolvimento e subdesenvolvimento nos países periféricos. Em suas obras, o autor criticou severamente a percepção de desenvolvimento sob o olhar dos países centrais, caracterizando o subdesenvolvimento como uma etapa pela qual os países devem passar para alcançar o desenvolvimento. Sua crítica está no argumento de que essa concepção não compreende a dimensão histórica, nem o contexto social e reprodutivo que lhes são particulares e aos quais os países estão submetidos no sistema capitalista. Em suas palavras,

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a essência do problema das atuais economias subdesenvolvidas necessário se torna levar em conta essa peculiaridade (FURTADO, 1968, p.154).

O economista verificou também que a armadilha do subdesenvolvimento está na forma como seu deus o progresso técnico (modernização) nas economias periféricas, que resultou numa mudança no estilo de vida da sociedade sem ter provocado grandes transformações na sua estrutura produtiva. A este respeito, a modernização teria resultado num agravamento da concentração de renda e riqueza tornando quase inevitável a formação do dualismo ou heterogeneidade estrutural das economias periféricas (CARDOSO, 2012). Apontou também o subemprego estrutural como uma das principais características das economias subdesenvolvidas, que resulta em baixo nível de produtividade e pouco excedente disponível para consumo e investimento para colocar em marcha um processo endógeno de acumulação de capital, isto devido à escassez de capital que causa a subutilização do fator trabalho (BORJA, 2013). Assim,

O subdesenvolvimento passa a ser compreendido, então, como um caso especial, onde existe um grande excedente de mão de obra e o estímulo externo se mostra relativamente fraco, sendo parte do fruto do aumento de produtividade transferido para o exterior pela queda dos preços. Assim, o aumento de produtividade não se traduz em aumentos de salário, mas agrava a extrema concentração de renda pela elevação dos lucros, de forma que se perde o mecanismo de interação entre a diversificação da estrutura de demanda e a estrutura de produção: o consumo de altas rendas destina-se em maioria para a importação, sem que se fomente o consumo da massa assalariada, ou seja, não há formação do mercado interno. (BORJA, 2013, p. 158).

Nesse sentido, Furtado (1968) sugeriu, para superar a condição de subdesenvolvimento, a adoção de reformas estruturais ou de base que sejam capazes de alterar a estrutura de poder, apropriação e distribuição do excedente econômico (CARDOSO, 2012). Cardoso (2012) sinalizou que:

Essa conclusão de Furtado relaciona o modelo de crescimento, a forma de absorção do progresso tecnológico e as desigualdades e disparidades iniciais e resultantes na periferia. A resultante dos efeitos de retroalimentação desses fatores conduziu a uma conformação estrutural, que acabou bloqueando o alcance do desenvolvimento, mesmo diante de crescimento econômico. Para tentar reverter essa situação, as reformas estruturais, relacionadas tanto do lado da oferta quanto do lado da demanda, comporiam condições necessárias (CARDOSO, 2012, p. 147).

Ademais, Furtado (1968) apontou também a necessidade de implementação da industrialização planejada e liderada pelo Estado, pois a “fase superior do subdesenvolvimento é alcançada quando se diversifica o núcleo industrial e este se capacita para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento” (FURTADO, 1968, p. 160).

Prebisch (1949), por sua vez, partiu de um conceito amplamente difundido na atualidade e característico do pensamento estruturalista cepalino, o chamado Centro – Periferia. O conceito foi formulado sob a perspectiva da origem do progresso tecnológico. Se por um lado existem os detentores de conhecimento, poder e capital (os quais o autor denomina de centro) por outro tem-se a periferia que absorve, na forma de importação, os bens de consumo final ou máquinas para a criação de capacidade produtiva dos países centrais. Nesse esquema, a divisão internacional do trabalho foi colocada de maneira que os países centrais correspondem aos fornecedores de bens industriais e a periferia do sistema econômico mundial ficou com o papel específico de fornecer os bens primários (alimentos e matérias primas) para os grandes centros industriais. Por conta disso, as nações periféricas se aprisionaram em um modelo econômico primário exportador que é responsável por aprofundar ainda mais seu estágio de subdesenvolvimento (CARDOSO, 2012; PREBISCH, 1949).

É nesta lógica que o autor cepalino construiu sua principal crítica aos modelos de desenvolvimento anteriores, especialmente a Teoria das Vantagens Comparativas. Nela, o autor contesta a validade teórica do modelo ricardiano no que concerne aos benefícios econômicos advindos da divisão internacional do trabalho. Segundo a teoria ricardiana, os frutos do progresso técnico tendem a ser distribuídos de maneira equitativa entre as nações integradas ao comércio internacional, seja por meio da queda de preços ou pelo aumento correspondente da renda. Neste raciocínio, os países produtores de bens primários não precisam se industrializar,

pois mediante ao intercâmbio internacional, essas nações se beneficiariam dos frutos do progresso tecnológico originados pelas nações industrializadas. Contudo, Prebisch (1949) indicou que:

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida parável àquela que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela, assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização, uma vez que a massa de poupança depende primordialmente do aumento da produtividade (PREBISCH, 1949, p.72).

O autor percebeu que, com o avanço do comércio internacional e das relações comerciais entre o centro e a periferia, os termos de troca se mostravam majoritariamente desfavoráveis para as nações periféricas sendo elas consideradas a parte perdedora nesta disputa econômica. A explicação para a deterioração dos termos de troca sinalizada por Prebisch (1949) foi fundamentada na diferença na elasticidade-renda da demanda entre produtos exportados oriundos de países centrais e dos países periféricos. O autor verificou que os bens produzidos pelos países centrais (bens industriais ou de consumo de luxo) e importados pela periferia têm a elasticidade-renda da demanda maior que 1, que significa dizer que quando as nações periféricas elevam a renda nacional, é de se esperar um incremento na quantidade de bens demandados, ou seja, a importação de bens do centro para a periferia tende a aumentar.

Por outro lado, os bens primários, produzidos pelos países periféricos e exportados para o centro, têm a elasticidade-renda da demanda menor que 1, o que o levou a notar que, ainda que o centro eleve sua renda, a demanda por esses bens não seria muito impactada, por conseguinte, as mudanças no volume exportado da periferia em direção ao centro não seriam tão significativas. E assim, o autor observou que “enquanto os centros preservaram integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países periféricos transferiram para eles uma parte do fruto do seu próprio progresso técnico” (PREBISCH, 1949, p.83).

Deste estudo, o cepalino atribuiu a importância fundamental (e inevitável) da industrialização para estabelecer um novo padrão de desenvolvimento capaz de substituir o anterior, que deve captar uma parte do fruto do progresso técnico, elevar progressivamente o padrão de vida das massas e eliminar a tendência à deterioração dos termos de troca na periferia capitalista. Em seu argumento, o autor postulou que a industrialização impactaria positivamente os países atrasados, pois ao alavancar este processo o excedente de mão de obra antes empregado em setores de baixa produtividade se deslocaria para o setor industrial, resultando no aumento da produtividade e no dinamismo de outros setores econômicos. Entretanto, alertou

que o avanço da industrialização não significa sacrificar o desenvolvimento eficaz da produção primária,

Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa ir cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida é que se disponha dos melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência. Necessitamos de uma importação considerável de bens de capital e também precisamos exportar produtos primários para consegui-la. [...] A solução não está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico (PREBISCH, 1949, p. 73).

Seguindo este raciocínio, o autor apontou a importância da cooperação internacional ainda que transitória, especialmente no que diz respeito aos investimentos estrangeiros, para contribuir no processo de desenvolvimento econômico da periferia, pois estas nações não possuem a disponibilidade de recursos internos suficientes para impulsionar e sustentar a industrialização e o desenvolvimento econômico, pois elas vivem num ciclo onde

a produtividade desses países é muito baixa, porque falta capital. E falta capital por ser muito estreita a margem de poupança em virtude dessa baixa produtividade. Para romper esse círculo vicioso, sem deprimir exageradamente o atual consumo das massas, em geral muito baixo, é necessária a ajuda transitória do capital estrangeiro. (PREBISCH, 1949, p.109)

Com isso, segundo Prebisch (1949), a atividade exportadora deve ser desenvolvida o suficiente para fornecer mais divisas para cobrir as importações essenciais ao processo de industrialização e desenvolvimento. Contudo, também alertou que, ao aumentar a renda per capita nas nações periféricas (considerando que este aumento é concentrado em uma determinada parcela da população), este incremento será responsável por alterar o perfil de demanda da população em direção aos bens de luxo, pressionando o volume de bens importados nessas nações. Assim, dado que os recursos em dólares na periferia são limitados, o autor destacou a necessidade de equacionar quanto (em volume) e o que (em relação ao tipo de bens) importar de modo que não prejudique o seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, salientou a indispensabilidade de uma mudança profunda na pauta de exportação da periferia para o centro, tornando a matriz produtiva mais complexa, pois “a requalificação do padrão de inserção externa acaba tornando o país mais apto a enfrentar as restrições externas que lhe implicavam dificuldades de aproveitamento dos esperados efeitos positivos ao desenvolvimento do progresso técnico” (CARDOSO, 2012, p. 127).

Prebisch (1949) chamou atenção também para os problemas históricos e estruturais enraizados nas economias periféricas, que não só limitavam, mas aprofundavam o subdesenvolvimento, as desigualdades e as disparidades socioeconômicas nessas regiões. Posto desta forma, em sua visão, a política de desenvolvimento deve evidenciar os interesses gerais da economia, e para que as nações periféricas alcancem um desenvolvimento sustentável, é necessário um plano estratégico desenvolvido e conduzido pelo Estado que seja capaz de eliminar a pobreza característica das economias periféricas, transformar as formas de produção e a estrutura econômica e institucional dessas nações e absorver uma proporção adequada do progresso técnico oriundo do centro.

No caso das nações atrasadas, não haveria outra maneira de resolver a questão da desigualdade senão por meio do enfrentamento direto de uma das contradições mais marcantes do subdesenvolvimento latino-americano: a acumulação insuficiente de capital, por um lado, e o padrão de consumo emulador das elites, por outro. [...] para tal seria imprescindível as transformações estruturais e mudanças institucionais, a começar pela contenção do consumo dos grupos de mais alta renda. De acordo com o autor [Prebisch], a combinação de uma política de restrição ao consumo de luxo, com aporte de recursos internacionais, permitiria incrementar a acumulação de capital e promover uma política redistributiva capaz de dirimir a desigualdade (CARDOSO, 2012, p. 126).

No que se refere às indústrias, para que sejam eficientes e capazes de romper com o círculo vicioso da produção baixa e dos custos elevados, o autor destacou a necessidade de acesso a um mercado amplo, que deve ser buscado nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento e de medidas protecionistas. Prebisch (1964) destacou que para além do mercado interno, esses países necessitam de proteção nos mercados estrangeiros sob forma de um tratamento preferencial, e sugeriu que os países em desenvolvimento deem preferência em seus mercados às importações procedentes de outros países em desenvolvimento e que os países desenvolvidos deem preferência em seus mercados às importações procedentes dos países em desenvolvimento.

Em síntese, Prebisch destacou a importância da transformação social que deve ser gerada por meio de mudanças institucionais profundas e o papel crucial do Estado como elaborador e condutor de um plano estratégico de desenvolvimento direcionado para melhorar o padrão de vida da população, diversificar e complexificar a estrutura da matriz produtiva e alavancar o processo de industrialização para gerar o desenvolvimento nas nações atrasadas. Somente a partir desses elementos cruciais pode-se obter os benefícios advindos do progresso técnico, reduzir as desigualdades e disparidades estruturais existentes e superar a condição de subdesenvolvimento na periferia do sistema econômico global.

2.2 Megaprojetos e Desenvolvimento das cidades

Nas últimas décadas, autoridades governamentais acompanhadas (ou não) do setor privado apostaram na construção de megaprojetos de desenvolvimento em grande escala como um dos principais motores para alavancar o desenvolvimento e crescimento local, além de utilizá-lo como uma excelente oportunidade para tornar as cidades mais competitivas e capazes de fortalecer o avanço do capitalismo e acumulação de capital (SWYNGEDOUW et al., 2002).

Nesta segunda etapa deste capítulo, propõe-se:

- i) Contribuir conceituando e definindo o que são megaprojetos através da discussão presente na literatura atual;
- ii) Problematizar os efeitos (positivos e negativos) relacionados a construção dessas obras;
- iii) Desvendar as suas causas, e assim, sugerir meios para superá-los.

2.2.1 Sobre o conceito

Os estudos acadêmicos sobre megaprojetos se concentram em pesquisas de autores predominantemente de língua inglesa. Um dos grandes pesquisadores sobre esta temática é Flyvbjerg, um especialista internacional na área de gerenciamento e planejamento de megaprojetos urbanos com expertise em gerenciamento e planejamento de projetos de infraestrutura / obras públicas, financiamento e gerenciamento de risco de projetos e análise de custo-benefício.

O autor definiu megaprojetos como projetos complexos de grande escala que custam US\$ 1 bilhão ou mais, que costumam ter um planejamento de longo prazo, envolvem partes interessadas das esferas pública e privada, são transformacionais (no sentido de mudar de forma ambiciosa a estrutura da sociedade) e impactam (positiva ou negativamente) milhões de pessoas. Além disso, eles se diferenciam pela empregabilidade de um elevado grau tecnológico e se justificam por gerar benefícios, como a criação e manutenção de empregos, melhorias na produtividade, na competitividade (a partir da redução de custos de produção) e qualidade de serviços prestados e, na medida em que novas infraestruturas construídas utilizam os princípios sustentáveis, podem tornar o ambiente em torno do megaprojeto mais sustentável (FLYVBJERG, 2014).

Swyngedouw et al. (2002), destacou que esses projetos funcionam como uma expressão material de uma lógica de desenvolvimento, que utiliza a implementação de megaprojetos e o marketing oriundo deles como forma de projetar as cidades internacionalmente, e funcionam como um meio necessário para cada vez mais gerar crescimento econômico e atrair novos

investimentos. Alertou também que na medida em que a construção de megaprojetos se expande, eles se direcionam para o atendimento das demandas das elites, tornando-os pouco democráticos e provocando especulação imobiliária nos grandes centros urbanos. Com isso, a polarização e a desigualdade socioeconômica nas regiões receptoras desses investimentos tornam-se mais presentes.

Há uma outra versão, de Gellert e Lynch (2003), onde os autores se concentraram em definir os megaprojetos como fenômenos criativos e ao mesmo tempo destrutivos. Em sua abordagem, os autores reforçaram a transformação das paisagens e do meio ambiente em geral, e os deslocamentos humanos e suas comunidades. Além disso, também ressaltaram a utilização de equipamentos de alta tecnologia e a necessidade de aplicações coordenadas de capital e de poder Estatal para viabilizar suas construções. Os autores se destacam por ter dividido os megaprojetos em quatro grupos, conforme quadro abaixo.

Quadro 2 - Classificação dos megaprojetos

Tipos de Projetos	Exemplos
Projetos de Infraestrutura	Construção de portos; Construção de ferrovias; Construção de sistemas hídricos e de esgoto.
Projetos de Extração	Extração de recursos minerais; Extração de petróleo; Extração de gás; Extração de carvão.
Projetos de Produção	Plantações de árvores industriais; Zonas de processamento de exportação; Parques de manufatura (grandes complexos e polos industriais em geral).
Projetos de Consumo	Construção de grandes instalações turísticas Shoppings centers Parques temáticos; Empreendimentos imobiliários.

Fonte: Elaboração do autor com base em Gellert e Lynch (2003)

Enquanto Crosby (2014) se concentrou em caracteriza-los como projetos orçados em milhões (ou podendo ultrapassar e atingir bilhões) de dólares, que necessitam de um planejamento de longo prazo, que atraem atenção pública e/ ou política e são altamente dotados de novas tecnologias e engenharia de ponta, Capka (2004), por sua vez, enfatizou a questão do tamanho e da complexidade envolvidos nos megaprojetos. Para o autor, não se trata apenas de projetos grandes e caros, tratam-se de projetos que atraem pressão de diversas partes para minimizar impactos adversos durante a construção e pós construção, na qualidade de vida da população local e no meio ambiente. Assim, o autor sugeriu a necessidade de um alto nível de

gerenciamento e planejamento na sua execução e destacou que a palavra “Mega” também simboliza o nível da habilidade e atenção necessária por parte dos planejadores para gerenciá-los com sucesso.

A abordagem sobre megaprojetos não é considerada um fenômeno recente oriundo das novas dinâmicas econômicas do mundo globalizado. Refere-se, então, a um “novo fenômeno que reproduz características do passado” (SILVA, 2015, p.36), onde a palavra “novo” se relaciona à escala conflitual e a dimensão desses projetos na atualidade (SILVA, 2015). Flyvberg (2014) argumentou que os megaprojetos têm se expandido aceleradamente tanto em termos de quantidade como em valor agregado, estando presente em diversas obras de construção de linhas ferroviárias de alta velocidade, aeroportos, portos marítimos, rodovias, hospitais, sistemas de tecnologia de informação e comunicação, na realização de Jogos Olímpicos, na construção de barragens, parques eólicos, extração de offshore, petróleo e gás, fundições de alumínio e etc.

Embora não seja considerada uma nova abordagem, Flyvberg, em diversas pesquisas (2002, 2003, 2005, 2014), procurou mostrar que nem mesmo os erros do passado serviram como aprendizado para as experiências recentes. Ao longo dos seus estudos, o autor mostrou que antigos erros (que em tese já deveriam ser superados devido ao avanço tecnológico e conhecimento sobre o que não deu certo) não impediram que eles fossem cometidos na atualidade e estes foram responsáveis por gerar um grande problema econômico e social. Conforme destacado por Alexander (2015), vivemos uma nova “Era de Megaprojetos” e estes se tornaram o maior boom de investimento na história da humanidade, fazendo-se presentes tanto em países desenvolvidos quanto nos países subdesenvolvidos. Diante desse novo cenário que viabiliza a construção desses empreendimentos, destaca-se a necessidade de minimizar os riscos e prevenir erros que podem resultar em mais malefícios do que benefícios para a sociedade.

2.2.2 Principais desafios e obstáculos na atualidade

Othman (2013) pesquisou cerca de 36 megaprojetos em países subdesenvolvidos e alertou para a ocorrência de 45 desafios que devem ser superados com o objetivo de contribuir para que essas nações implementem os megaprojetos adequadamente de modo a mitigar os riscos sociais e ambientais envolvidos. Os desafios foram classificados em 4 grupos distintos, sendo eles: Desafios de Engenharia; Desafios de Desenvolvimento Humano; Desafios Gerenciais e Políticos e Desafios de Sustentabilidade.

Com relação aos desafios de engenharia, tratam-se de deficiências que, segundo o autor, podem impactar negativamente o projeto, ao atribuir materiais desatualizados e que podem ser substituídos por outros que utilizem novas tecnologias já disponíveis no mercado durante a construção do projeto. Alguns exemplos que estão relacionados a estes desafios são a falta de capacidade de pesquisa e inovação empresarial, o nível inadequado de conhecimento científico e tecnológico, a falta de experiência profissional e a desconsideração da consulta de especialistas durante o processo de tomada de decisão.

Os desafios de desenvolvimento humano se relacionam a falta de fornecimento e gestão de recursos humanos altamente qualificados, falta de trabalhadores qualificados no local onde o projeto será implementado e falta (ou baixa qualidade) de treinamento profissional e programas de educação. Já os desafios gerenciais e político se relacionam ao quadro regulatório desfavorável, a existência de burocracia e práticas de corrupção, implementação inadequada de processos de gerenciamento de projetos, fraca governança e presença de tensão política entre os países.

Por fim, os desafios de Sustentabilidade se referem a análise de risco ingênua ou inadequada das consequências do projeto, inclusive no que diz respeito aos requisitos ambientais, preservação de locais históricos e reserva natural, ausência de política nacional para reassentamento das pessoas afetadas negativamente pela construção dos projetos e falta de gestão da complexidade social em termos de aceitação do projeto pela comunidade à qual ele se destina a servir.

Por meio de estudos sobre projetos de infraestruturas e serviços urbanos no Paquistão, Bangladesh, Índia e Etiópia, Flyvbjerg (2005) problematizou o principal argumento utilizado para justificar e materializar essas construções: a ideia de que o crescimento e desenvolvimento local pode ser impulsionado através da construção de grandes projetos, que geram empregos e outros benefícios econômicos locais. O problema destacado pelo autor, e que o levou a desmistificar essa ideologia, apontando-a como uma falsa promessa, é que na verdade os empregos criados, em suma, são aqueles de caráter temporário preenchidos por trabalhadores que terão seus contratos encerrados na medida em que as obras são finalizadas. Além disso, tratam-se de empregos que necessitam de trabalhadores altamente qualificados, e que a depender do local onde o projeto vai ser construído, as vagas não são preenchidas por trabalhadores locais, podendo inclusive ser importada de países desenvolvidos.

Flyvbjerg (2005) também alterou que muitos problemas verificados no planejamento de grandes projetos de infraestrutura¹⁰ estão associados ao alto nível de desinformação sobre custos e benefícios à que os tomadores de decisões estão sujeitos na hora de decidir ou não pela construção dos projetos. Assim, o autor apontou que, em síntese, os problemas enfrentados seguem as seguintes características:

- i. são projetos altamente arriscados, devido ao longo período de planejamento e sua complexidade;
- ii. a tecnologia utilizada geralmente não é padronizada;
- iii. a tomada de decisão e o planejamento geralmente envolvem vários atores que possuem interesses conflitantes;
- iv. o escopo ou nível de ambição do projeto pode mudar significativamente com o tempo;
- v. eventos não planejados muitas vezes não são contabilizados e podem resultar em orçamentos inadequados. Por conta disso, a ocorrência de desinformação sobre custos, benefícios e riscos se torna frequente e pode gerar estouros de custo e / ou redução de benefícios na maioria dos projetos.

Após analisar 258 megaprojetos, Flyvbjerg (2005) verificou que 9 em cada 10 excederam seus custos. Assim, em suas análises, o autor enfatizou a predominância do fenômeno de subestimação de custos e déficits de benefícios na construção de megaprojetos, e ressaltou que quanto mais complexo ele for, maior será a chance de não apresentar um bom desempenho (FLYVBJERG et al., 2002;, 2014, 2005), pois esse projeto poderá ser “marcado por derrapagens financeiras, transformações irreversíveis no meio ambiente, impactos negativos nas populações locais, e em processos de tomada de decisão antidemocráticos” (SILVA, 2015, p. 37).

2.2.3 A natureza e as causas dos desafios enfrentados pelos megaprojetos.

Inicialmente Flyvbjerg (2005) sinalizou que as principais causas identificadas e apontadas para os problemas citados acima estão relacionadas às:

- i. Explicações técnicas: o aumento de custos e déficits de benefícios estão relacionados a utilização de dados inadequados, aos problemas inerentes em prever o futuro e falta de experiência por parte dos analistas, que resultam em erros “honestos”;

¹⁰ Embora Flyvbjerg (2015) tenha concentrado suas análises nos projetos de infraestrutura, suas pesquisas mostraram que os estudos podem ser ampliados e aplicados para diferentes tipos de projetos, como projetos de extração, consumo e produção.

- ii. Explicações psicológicas: Quando os planejadores dos projetos tomam decisões com base em sua composição mental e no seu otimismo no momento da execução do projeto. Em vez de fazer uma ponderação racional de ganhos e perdas, as decisões são tomadas de forma enviesada;
- iii. Explicações político-econômicas: Nesta definição, os planejadores, de forma deliberada, proposital e estrategicamente superestimam os benefícios e subestimam os custos para aumentar a probabilidade de aprovação de seus projetos e para que obtenham financiamento para sua execução.

Contudo, o autor se propôs a analisar detalhadamente a veracidade desses fenômenos e concluiu que, com relação às explicações técnicas, a pesquisa empírica realizada o levou a rejeitar esse fator como causa para erros de precisão, pois se as técnicas são imperfeitas, os dados são inadequados, e se existe a possibilidade de inexperiência dos profissionais na implementação desses projetos, na medida em que os erros são sinalizados, suas fontes tratadas, a coleta de dados refinadas e a técnica ajustada (devido a empregabilidade de tecnologias, avanço de pesquisas científicas e etc.), seria possível minimizar as falhas e os erros.

As explicações psicológicas também foram confrontadas, pois a perspectiva do otimismo somente seria aceita se as estimativas fossem produzidas por profissionais inexperientes, que estariam estimando os custos e benefícios pela primeira vez e, portanto, que não poderiam saber sobre a realidade da construção de megaprojetos de infraestrutura. Na medida em que esses profissionais melhoram as suas técnicas e aprendem com suas ações no passado, eles irão reduzir o viés de otimismo.

Ao testar a veracidade das explicações político-econômicas, o autor verificou que existe um cenário de competição entre os projetos e entre as autoridades políticas, e essa competição cria um cenário de pressões e incentiva os líderes e desenvolvedores dos projetos a superestimar os benefícios e subestimar os custos, apresentando riscos cada vez maiores e orçamentos cada vez menores, que não refletem a realidade das futuras construções. Neste sentido, Flyvbjerg (2005) detectou que o cenário citado funciona como parte de um jogo político para obter maiores chances de financiamento e fundos para a sua execução, e consequentemente, viabilizá-los. Com isso, um projeto que parece altamente benéfico no papel tem mais probabilidade de obter financiamento do que outro, que aparentemente não traz tanto benefício quanto o anterior, mas que na realidade é o projeto com maior potencial para ser o melhor e que gera benefícios mais relevantes para a comunidade (FLYVBJERG, 2005). Assim, para o autor, os profissionais utilizam a seguinte equação para garantir a aprovação e fundos para construção de megaprojetos:

custos subestimados
+
receitas superestimadas
+
impactos ambientais subestimados
+
efeitos supervalorizados de desenvolvimento econômico
=
aprovação do projeto

Fonte: Silva, 2015, p. 43

A fórmula acima evidencia o que Flyvbjerg (2005) detectou como “darwinismo invertido”, que nada mais é do que a sobrevivência de projetos menos aptos e com maior probabilidade de problemas orçamentários, ambientais e sociais, mas que se justificam por se enquadrarem e atenderem os interesses políticos e econômicos das partes interessadas (FLYVBJERG, 2005, p.15).

2.2.4 As soluções

Finalizamos este capítulo com três instrumentos fundamentais citados por Flyvbjerg (2002, 2005) que viabilizam e contribuem para a implementação de megaprojetos de forma adequada. Destacam-se: i) transparência; ii) utilização de melhores métodos de previsibilidade, o chamado “*Reference Class Forecasting*”; iii) definição de responsabilidade dos setores público e privado.

Com relação à transparência, parte-se do princípio de que o governo deve representar e proteger o interesse público. Nesta perspectiva, o autor sugeriu que os documentos e demais informações governamentais devem ser amplamente divulgadas e disponibilizadas para o público. Os diversos meios de comunicação entre governo e a população devem ser utilizados em todas as fases de desenvolvimento dos projetos (inclusive desde o início da sua construção) de modo a expandir e diversificar o espaço para discussão e participação social e para discutir as limitações e possíveis alternativas para os obstáculos que devem ser superados.

Referente ao segundo instrumento, o autor destacou um novo método de previsão, que, segundo ele, reflete em projeções mais assertivas ao reduzir as falhas de imprecisão e o enviesamento dos métodos convencionais. O “*Reference Class Forecasting*” proporciona uma

visão externa (estabelecida com base nas informações de uma classe de projetos semelhantes) no projeto que está sendo desenvolvido, e é composto pelas seguintes etapas:

- i. Identificação de uma classe de referência de projetos anteriores, que deve ser ampla o suficiente para ser estatisticamente significativa, e ao mesmo tempo limitada o suficiente para ser verdadeiramente comparável com o projeto específico em desenvolvimento;
- ii. Estabelecimento de uma distribuição de probabilidade para a classe de referência selecionada. Importante destacar que o autor enfatizou que dados empíricos confiáveis sobre os projetos que compõe a classe de referência sejam disponíveis para que conclusões estatisticamente significativas possam ser realizadas.
- iii. Comparação entre o projeto específico e a distribuição da classe de referência para estabelecer o resultado mais provável para o projeto específico em desenvolvimento.

Com isso, o objetivo é colocar o projeto em uma distribuição estatística de resultados de classes de projetos de outras referências onde a base para as previsões fundamenta-se em precedentes históricos de projeto semelhantes. Vale realçar que a utilização deste método não é imune a falhas. Flyvbjerg (2005) citou que eles podem até falhar, no entanto, normalmente as falhas estão relacionadas aos eventos que estão fora de todos os precedentes históricos, mas ainda assim, assegurou que a utilização do *Reference Class Forecasting* aumenta a probabilidade de produzir resultados mais precisos.

O último ponto a ser citado diz respeito às responsabilidades dos setores público e privado, dentre os apontamentos feitos pelo autor, destacam-se os argumentos abaixo:

- i. As previsões devem ser submetidas à revisão por pares independentes. Uma vez que a construção de grandes obras envolve um valor significativo de dinheiro dos contribuintes, o autor sugeriu que seja feita uma revisão, realizada por escritórios de contabilidade e auditorias que tenham independência e experiência no assunto;
- ii. Previsões, análises e todos os tipos de documentos relevantes e que sejam relacionados aos projetos devem ser amplamente disponibilizados ao público na medida em que eles são produzidos;
- iii. Projetos com custo-benefício inflacionados devem ser reconsiderados e interrompidos caso os custos e benefícios recalculados não justifiquem a sua implementação. Além disso, devem ser substituídos por projetos com estimativas realistas de benefícios e custos;

- iv. Aplicações de penalidades profissionais e até mesmo criminais devem ser consideradas aos profissionais que insistem em produzir previsões enganosas;
- v. Deve-se evitar o financiamento público total ou o financiamento total com algum tipo de garantia soberana. A ideia é que os riscos devem ser compartilhados entre os setores público e privado;
- vi. As organizações (empresas públicas, privadas ou mista) dos projetos devem compartilhar a responsabilidade financeira por cobrir estouros de custos e déficits de benefícios resultantes de previsões falsas e enviesadas.

Por fim, Crosby (2014) também contribuiu sugerindo o estabelecimento de uma reserva de contingência contra custos que envolvam algum risco que não foi previsto anteriormente e de forma combinada a esta ação, propôs a construção de um painel de força tarefa que deve ser mantido em prontidão com o objetivo de fornecer diretrizes (baseadas em conhecimento científico e especializado) contra imprevistos.

A fim de concluir esta discussão, ressalta-se que havendo uma fiscalização eficaz e adoção dos instrumentos citados acima pelos responsáveis (planejadores e tomadores de decisões) pela construção dos megaprojetos e grandes obras (sejam de infraestrutura, extração, produção e consumo) o risco de imprecisão, as falhas nas estimativas de custo e benefícios podem ser mitigados e com isso aumentar não somente a qualidade de vida da população onde o projeto vai ser construído, mas os benefícios gerados por eles serão melhor desfrutados e seu objetivo cumprido. O contrário disso resultaria na continuidade das deturpações, desperdício de dinheiro, elevados riscos sociais e ambientais e construção de projetos antidemocráticos.

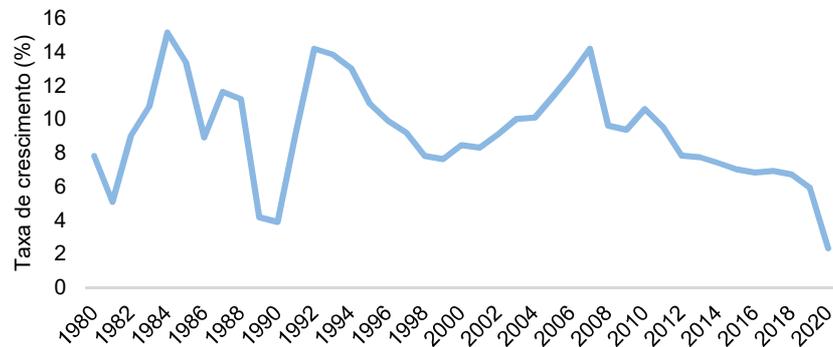
3. A COOPERAÇÃO CHINESA EM MOÇAMBIQUE: INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS, COMÉRCIO EXTERIOR E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL.

A combinação de três décadas acumulando forte crescimento econômico, expansão e fortalecimento do processo de urbanização e mudanças no padrão de consumo da população foram fatores que contribuíram para que a China trocasse o posto de maior exportador de petróleo da região Leste Asiático desde os anos de 1980, para a posição de maior importador do produto no mundo, além de fomentar a busca incessante por recursos naturais como alumínio, cobre, níquel e minério de ferro em diversas regiões do globo. (ALVES, 2010).

Com o aprofundamento das reformas liberais, o país experimentou ao longo da década de 1990 um novo ciclo econômico, liderado pelo aumento da taxa de investimento em capital fixo (a partir da entrada expressiva de IED), intensificação da política de abertura comercial, diversificação da pauta exportadora, elevação da produtividade da indústria e expansão do consumo. Nos anos seguintes, o país experimentou um novo ciclo de crescimento econômico, agora caracterizado pelo aumento da inserção externa, fortalecimento de medidas de redução da desigualdade regional, esforço no desenvolvimento da capacidade de inovação, ampliação da indústria pesada, expansão do processo de urbanização e elevação do consumo de bens duráveis (RIBEIRO, 2013).

Desde 1990 a 2011, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto chinês saltou de 3,92% para 9,55% ao ano, com pequenas oscilações para cima ou para baixo. Recentemente, conforme destacado pelo gráfico 7, o país manteve uma taxa de crescimento em torno de 7% ao ano (com exceção dos anos de 2019 e 2020 – devido à pandemia do Covid-19). Como resultado deste ciclo de expansão e devido ao crescimento industrial, o país testemunhou sua economia se tornar cada vez mais dependente de recursos primários essenciais e presenciou o aumento da demanda por energia para manter o funcionamento de suas indústrias. Esses fatores levaram a China a intensificar os investimentos em fontes alternativas e buscar acesso a esses recursos em diferentes regiões.

Gráfico 7 – Evolução da taxa de crescimento do PIB chinês (1980-2020)



Fonte: Banco Mundial, 2021

Segundo Alves (2010), o Ministério da Defesa da China proclamou em 1998 a segurança energética como aspecto fundamental da segurança nacional, e desde então, o país se tornou um grande competidor de recursos energéticos e matérias-primas ao lado das potências econômicas Estados Unidos, União Europeia e Japão. Diante da limitação e da necessidade crescente de recursos energéticos e matéria prima para manter as elevadas taxas de produção industrial e impulsionar os investimentos em infraestrutura que sustentaram o processo de urbanização chinês, as empresas chinesas (sobretudo as estatais) intensificaram a sua busca por contratos de exploração e fornecimento da matriz energética e colocou a África como alvo de uma expansão natural, por meio da utilização de diversas manobras e artifícios como oferta de crédito de longo prazo, cancelamento de dívidas, oferecimento de ajuda humanitária e investimentos em infraestrutura.

Este capítulo tem como objetivo discutir a presença chinesa no continente africano e em Moçambique. Para tal, foi dividido em cinco etapas. No primeiro tópico será abordada a trajetória do país asiático no continente africano, desde o período colonial até os anos recentes. Em seguida, será analisada a participação da China na África Subsaariana, a partir de estudos sobre a presença chinesa em três países: Angola, África do Sul e Zâmbia. O terceiro tópico abordará a parceria entre a China e Moçambique a partir dos investimentos em infraestruturas e no desenvolvimento territorial do país africano. No quarto tópico será feita uma exposição dos principais resultados da inserção da China em Moçambique: os efeitos (positivos ou negativos), oportunidades e ameaças. O capítulo será encerrado com uma introdução do que seria uma nova alternativa para fomentar o desenvolvimento socioeconômico para Moçambique.

3.1 Relações Sino-Africanas: como tudo começou

Os primeiros sinais de contato entre a China e a África, segundo Pereira (2006), é datado no século X a.C, a partir de relações entre comerciantes chineses e egípcios. Contudo, os movimentos migratórios chineses em direção à costa oriental africana começaram a ser desenvolvidos com mais intensidade a partir do século X d.C. Nos últimos 70 anos, os laços sino-africanos evoluíram de forma acelerada, com destaque para o início do século XXI, que, dada a corrida chinesa por bens energéticos, matéria prima e terras pra produção agrícola, estreitou o relacionamento com países africanos em vista de consolidar uma parceria estratégica com os principais países abundantes nesses recursos.

A reaproximação chinesa no continente africano é dividida em três períodos. O primeiro refere-se às relações que foram estabelecidas entre a China e os estados-nação africanos na medida em que estes conquistavam suas independências. Esse período remonta ao início da década de 1950, e foi caracterizado pela busca de reconhecimento internacional, aliados políticos e na esperança de fortalecer alianças internacionais contra o Ocidente capitalista e a União Soviética (MWANAWINA, 2008).

Ribeiro (2013) sinalizou que nesta etapa ocorreu a Conferência de Bandung, em 1955, reunindo países asiáticos e africanos que buscavam instrumentos de apoio e cooperação capazes de confrontar os movimentos imperialistas dos Estados Unidos e da União Soviética. Utilizando um discurso de oposição ao regime colonial, a China foi um dos principais fornecedores de armas, treinamento militar de guerrilha e ajuda financeira para criação de infraestrutura em países como Zimbábue, Angola e Moçambique – nações envolvidas nos conflitos de libertação nacional – e dessa forma conseguiu fortalecer os laços com as nações africanas recém-independentes sob os cinco princípios de coexistência pacífica que moldaram os discursos diplomáticos da China com o resto do mundo. (LOOY, 2006; PEREIRA, 2006; RIBEIRO, 2013). De acordo com Mendonça (2011) e Ribeiro (2013), os cinco princípios são:

- a. respeito mútuo a soberania e integridade territorial;
- b. não agressão mútua;
- c. não interferência em assuntos internos;
- d. igualdade e vantagens recíprocas;
- e. coexistência pacífica.

Em seguida, tem-se o período em que as nações africanas contribuíram para que a China viesse a obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU em 1971. Nesta

ocasião, o país asiático, com a finalidade de impedir o reconhecimento de Taiwan como país independente, buscou o apoio dos africanos para alcançar este objetivo. Dos 76 votos a favor da representação Chinesa 26 foram concedidos por países Africanos. Neste sentido, conforme destacado por Ouriques e Schmidt (2015), uma das justificativas para o interesse chinês em reestabelecer relações diplomáticas com o continente africano está relacionada a arena política internacional.

[...] esses países [africanos] eram vistos como uma fonte de apoio para alcançar seus objetivos. Entre os objetivos perseguidos pela China, destacam-se: (i) barrar o estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan; e (ii) acumular apoios na Assembleia Geral da ONU. Quando, em 1971, o país asiático conquistou um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, ficou evidente a influência chinesa e a importância dos aliados africanos. (OURIQUES, SCHMIDT; 2015; p. 37).

Nos anos seguintes (década de 1980) observou-se uma diminuição das relações entre a China e África. Tal fato relacionou-se a aproximação de instituições como o FMI e Banco Mundial nos países africanos, como consequência das reformas estruturais nas economias africanas, devido às transformações políticas internas na China (disputas políticas, contestação e movimentos dissidentes internos e transição econômica) e o redirecionamento do governo chinês para questões relacionadas ao desenvolvimento econômico no próprio país (RIBEIRO, 2013). Diante dessa situação, a assistência econômica, a ajuda humanitária e a aproximação chinesa na África via comércio bilateral foram reduzidas. Com o afastamento chinês, países ocidentais, como os Estados Unidos, se tornaram mais presentes na África e muitos governantes africanos cederam às pressões do ocidente e aceitaram a proposta de ajustes estruturais baseando-se no Consenso de Washington (RYSZYK, 2010).

Após o Massacre da Praça da Paz Celestial, em 4 de junho de 1989, suspeitas sobre as operações do governo chinês em assuntos relacionados a violação de direitos humanos foram levantadas e a morte de civis, resultado do massacre, provocou uma forte crise diplomática e o isolamento entre o ocidente e a China. Os exemplos de medidas adotadas contra o governo chinês são: a) críticas de violação dos direitos humanos; b) embargos de armas e imposição de impostos pelos Estados Unidos e a União Europeia. Neste contexto, a China se viu forçada a concentrar seu relacionamento comercial com os países subdesenvolvidos, sobretudo Estados africanos, para garantir a continuidade do crescimento econômico e a abertura de mercado dos produtos chineses manufaturados.

A estratégia da cúpula do PCC para resistir às críticas do Ocidente foi enviar seus diplomatas em busca de parcerias nos países em desenvolvimento, os quais também

estavam sofrendo pressão para democratizar seus regimes políticos. Entre 1989 e 1992 o Ministro das Relações Exteriores chinês, Qian Qichen, realizou quatorze visitas à África, com o objetivo de explicar a posição de Beijing diante do episódio de Tiananmen, reforçar a ideia da cooperação Sul-Sul e reafirmar os cinco princípios da política externa formulados na década de 1950, com ênfase no princípio de não interferência em assuntos internos de outras nações (RYSZYK, 2010, p.27).

Por outro lado, as reformas apresentadas pelo Consenso de Washington não foram capazes de reduzir a pobreza e conduzir os países africanos ao desenvolvimento e à inserção internacional. Considerando a insatisfação dos governos africanos com as imposições e as interferências nos assuntos internos de seus países, a possibilidade de reaproximação e aumento da presença da China no continente foi vista como uma alternativa para uma nova estratégia de crescimento econômico (RIBEIRO, 2013). Desde então, a cooperação Sul-Sul foi priorizada e visitas oficiais chinesas foram feitas à África enfatizando o princípio de não interferência nos assuntos internos de cada país como uma base para nova ordem internacional emergente (LOOY, 2006). Nestas circunstâncias, medidas começaram a ser estimuladas para aumentar a cooperação comercial e a expansão dos investimentos na África.

Segundo Ryszyk (2010) e Mendes (2010), a reaproximação entre nações africanas e a China deve-se sobretudo aos interesses econômicos entre ambos os países. Por um lado, os líderes chineses precisaram investir em zonas geográficas estratégicas e tradicionalmente consideradas marginais, buscando na África parceiros que pudessem garantir o suprimento de recursos energéticos e insumos para manter as aceleradas taxas de crescimento, e mercado consumidor para escoar seus produtos manufaturados. E por outro lado, os países africanos enxergavam a China como um novo modelo de desenvolvimento a ser seguido, além de um importante fornecedor de investimento, ajuda econômica, humanitária e tecnológica.

O terceiro momento das relações diplomáticas entre China e África tem início nos anos 2000. Esta fase abrange o período pós-maoísta e é caracterizada pela liberalização e subsequente crescimento da economia chinesa, expansão dos investimentos em infraestrutura, indústria pesada e construção, e também aumento da dependência de insumos primários, como minério de ferro, cobre e recursos energéticos (RIBEIRO, 2013). Ao longo dos anos 2000, visando suprir a demanda por bens primários, esferas institucionais foram criadas a fim de consolidar e fortalecer as relações sino-africanas sob uma aliança denominada Cooperação Sul-Sul (CSS), uma cooperação política destinada a reforçar as relações bilaterais e/ou formar coalizões em fóruns multilaterais que permite aos países do Sul Global reforçar a sua capacidade de negociação e maior autonomia nas tomadas de decisão frente aos problemas comuns. Estão presentes nos discursos relacionados à CSS: o princípio de horizontalidade, a

ausência de condicionalidades políticas e o compartilhamento de desafios ao desenvolvimento econômico (MENDES, 2010; LOPES, NASCIMENTO, VADELL, 2013).

O marco do aprofundamento das relações sino-africanas se deu por meio da criação do FOCAC (Forum on China-Africa Cooperation). O I FOCAC aconteceu em 10 de outubro de 2000 reunindo o então presidente chinês Jiang Zemin, 80 ministros da China, representantes de 44 países africanos e 17 enviados de Organizações Regionais e Internacionais. Nesta ocasião foram assinados dois importantes documentos que consolidavam as novas formas de atuação da China na África: o Programa de Cooperação China-África Sobre o Desenvolvimento Econômico e Social, onde a China se comprometia com as áreas de comércio e investimento na África, por meio do incentivo às empresas chinesas para dar preferência à importação de produtos africanos. O outro documento foi o estabelecimento do Conselho Empresarial Conjunto China-África, que faz referência ao investimento mútuo empresarial, à troca de experiência em gestão de negócios, à criação de *joint ventures* e a participação de empresas chinesas em projetos de desenvolvimento econômico e infraestrutura no continente africano (LOPES, NASCIMENTO, VADELL, 2013).

O FOCAC, em geral, é considerado um passo importante para a revitalização e o fortalecimento da relação sino-africana, e foi criado para promover uma alternativa aos mecanismos tradicionais de assistência ao desenvolvimento, onde o diálogo, a assistência e a cooperação funcionariam como alicerces da diplomacia entre a China e África. Guiado pelos princípios de igualdade e benefício mútuo e busca de progresso comum, o FOCAC propõe o estabelecimento de uma nova ordem internacional que deve refletir as necessidades e interesses da China e dos países africanos (MENDONÇA, 2011; BRICS POLICY CENTER, 2022; FOCAC, 2022). De acordo com o governo chinês, o FOCAC possui cinco objetivos principais: Consulta igualitária; melhorar a compreensão; consenso em expansão; fortalecer a amizade; promovendo a cooperação entre a China e os países africanos entre a China e países africanos. Em seu *website* oficial, pode-se verificar no discurso chinês sobre a relevância do fórum a utilização de palavras como solidariedade, cooperação, desenvolvimento e prosperidade para África e China (FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION, 2023).

Alguns dos compromissos selados durante o fórum: a) no âmbito da política: o aumento das visitas diplomáticas entre China e países africanos; b) desenvolvimento social: tecnologia e treinamento médicos; aumento de bolsas de estudos para estudantes africanos e escolas construídas na África; pesquisa ambiental conjunta; c) economia: Aumento do comércio, investimento externo e assistência oficial ao desenvolvimento. Compartilhamento de tecnologia e conhecimento sobre agricultura, com foco nos programas da FAO (Organização das Nações

Unidas para Alimentação e Agricultura); d) cultural: Aumento do turismo chinês para a África; intercâmbio cultural por meio da arte e de festivais de juventude; e cooperação entre mulheres; e) segurança: assistência militar, intercâmbio de inteligência; pesquisa de direito internacional; prevenção de crimes transnacionais e ações antiterrorismo (BRICS POLICY CENTER, 2022).

Para Lopes, Nascimento e Vadell (2013), o FOCAC se tornou a principal plataforma de diálogo e coordenação China-África. Os discursos e documentos oficiais discutidos no fórum destacam que a reaproximação da relação entre o gigante asiático e as nações africanas “representou a base para o desenvolvimento de uma renovada aliança estratégica Sul-Sul, fundamentada na igualdade política, confiança recíproca, na cooperação econômica *win-win* e no intercâmbio cultural” (LOPES, NASCIMENTO e VADELL, 2013, p. 82). A única condição política imposta por Pequim, além é claro do respeito aos princípios de não interferência nos assuntos domésticos e os princípios de coexistência pacífica, é o respeito à política “One China”, que assegura a existência de uma única China e o Taiwan fazendo parte do país asiático (MENDES, 2017). Desta relação, resultou em aumento na balança comercial, no volume de investimentos e na provisão de recursos de ajuda da China em direção à África.

Sobre os resultados do fórum, Mendonça (2011) e Rysdyk (2010) destacaram o fornecimento de treinamentos profissionais para milhares de africanos, incentivo ao turismo e investimentos de empresas privadas chinesas na África e o cancelamento de dívidas de 31 países africanos. Além disso, o FOCAC surgiu como promessa de representação dos interesses africanos em organizações multilaterais e distribuiu 1.200 bolsas de estudos por ano para estudantes africanos em instituições de ensino chinesas, enviou por volta de 16.000 doutores para trabalhar em áreas rurais entre 2000 e 2005, e centenas de professores para escolas rurais no continente africano. A China também se comprometeu com a criação de centros de demonstração da tecnologia agrícola, fornecimento de empréstimos preferenciais e viabilização de empréstimos especiais para as pequenas e médias empresas africanas. Enfatizando a questão do desenvolvimento sustentável, os chineses prometeram conceder assistência em projetos de energia limpa e desenvolvimento de programas e parcerias científicas e tecnológicas. O quadro abaixo resume os tipos de assistências fornecidos pela China à África.

Quadro 3- Assistência chinesa à África por país

País	Tipos de assistência
Angola	Alívio da dívida, empréstimo de US\$ 2 bilhões
República do Benin	Construção de estádio, prédio do governo, centro de conferências, hospital
Burundi	Construção de fábrica têxtil, usina hidrelétrica, rodovia
Camarões	Construção de edifício de conferências, usina hidrelétrica, hospitais
Cabo Verde	Construção de prédio de escritórios do governo, sala de conferências
República Centro Africana	Construção de estação tecnológica agrícola, estação de rádio, centro de treinamento, clínicas
Congo	Construção de estádio, usina hidrelétrica, estação de transmissão, hospital, fábrica
República do Congo	Construção de estádio, centro comercial, palácio do povo, fábricas
Comores	Construção de prédio do governo, projeto de abastecimento de água, palácio do povo
Djiboti	Construção de estádio, prédio do governo, palácio do povo, projeto habitacional
Eritreia	Ajuda humanitária e construção de hospitais
Guiné Equatorial	Construção de usina hidrelétrica, estação de rádio, rodovias
Etiópia	Construção de autoestrada, centro veterinário, central elétrica, projeto de abastecimento de água
Gabão	Construção de centro de saúde, escola primária, edifício de montagem
Gambia	Construção de estádio, albergue, centros de saúde
Gana	Construção de teatro nacional, projeto de irrigação, centro de formação profissional, hospital
Guiné	Construção de palácio do povo, usina hidrelétrica, cinema, palácio presidencial
Guiné Bissau	Construção de projeto habitacional, equipamentos de geração de energia, cooperação técnica
Costa do Marfim	Construção de teatro, projeto de conservação de água
Lesoto	Investimentos em plantio de hortaliças, centro de convenções, parque industrial
Libéria	Investimentos em usina de açúcar, projeto de arroz, construção de estádio esportivo, reforma hospitalar, prédio de escritórios
Mali	Construção de estádio, prédio de conferências, fábrica têxtil, refinaria de açúcar, fábrica de processamento de couro, farmácia
Maurício	Construção de estádio, pontes, edifício do terminal do aeroporto
Moçambique	Construção de fábrica têxtil, navio de carga de passageiros, projeto de abastecimento de água, fábrica de calçados, edifício do parlamento, projeto habitacional
Namíbia	Construção de projeto de abastecimento de água, projeto de habitação civil
Níger	Construção de estádio, projeto de abastecimento de água, fábricas têxteis, projeto habitacional
Nigéria	Atualização ferroviária
Ruanda	Construção de rodovia, fábrica de cimento, escola de veterinária
Senegal	Construção de estádio, projeto de conservação de água

Fonte: Looy (2006)

Com respeito à Moçambique, o FOCAC é uma importante plataforma utilizada para além dos interesses econômicos a China. A diplomacia chinesa por meio deste fórum está presente em Moçambique nas questões sociais e humanitárias. Recentemente, Pequim anunciou

a doação de lotes de mantimentos às populações afetadas pelas inundações causadas pelas intensas chuvas e o ciclone Freddy na região sul de Moçambique. Foram doados 50 toneladas de cereais, e 6.200 litros de óleo alimentar e outros produtos como alimentos sólidos, vestuário e cobertores através do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Calamidades, que prevê ainda a distribuição de kits alimentares para atender as famílias durante o período de um mês, além do fornecimento de sementes e insumos agrícolas (FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION, 2023).

Outro instrumento importante que busca fortalecer a integração trans regional entre a China e países africanos colonizados por Portugal (MENDES, 2014) é o Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Também conhecido como “Fórum Macau”, foi criado em outubro de 2003 pelo Governo Central da China, organizado pelo Ministério do Comércio da China em colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, o Fórum conta com a participação de nove países de Língua Portuguesa, sendo eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Seu objetivo, para além de consolidar o intercâmbio econômico e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, é dinamizar o papel de Macau enquanto plataforma de cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fomentando o desenvolvimento comum do Interior da China, dos Países de Língua Portuguesa e da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Neste sentido, o Fórum funciona como um mecanismo multilateral de cooperação intergovernamental que foca no desenvolvimento econômico e comercial. Desde sua criação, foram realizadas seis conferências ministeriais (em 2003, 2006, 2010, 2013, 2016 e 2022), que buscavam discutir e aprovar Planos de Ação para a Cooperação Econômica e Comercial, definir objetivos e traçar estratégias para promover a cooperação nas áreas de comércio, investimento e cooperação empresarial, capacidade produtiva, agricultura, floresta, pesca e pecuária, infraestruturas, energia, recursos naturais, educação e recursos humanos, área financeira, cooperação para o desenvolvimento, turismo, transportes e comunicações, cultura, rádio, cinema e televisão, desporto, saúde, domínio do mar e cooperação entre províncias e municípios e criação de oportunidades de estágio em países de língua portuguesa aos graduados e profissionais de Macau com o objetivo de promover a formação e o aperfeiçoamento do conhecimento da língua portuguesa. (MENDES, 2010, 2014; BRICS POLICY CENTER, 2017; FORUM DE MACAU, 2022). Para Mendes (2011) o Fórum Macau também funciona como um instrumento de reconstrução de identidade ou governança cultural e expansão uma vez que

contribuiu na promoção do internacionalismo entre países da Europa, África e América Latina que têm ligações à Macau e à China¹¹.

No entanto, conforme sinalizado por Mendes (2014), os Estados Membros encaram o Fórum Macau sob diversas formas diferentes, “enquanto alguns percebem o Fórum Macau como uma instituição política, para outros é um instrumento econômico e comercial ou um mecanismo de atração de investimentos” (MENDES, 2014, p.235, tradução do autor). Segundo Mendes (2013),

A relevância que os países de língua portuguesa atribuem ao Fórum Macau pode ser em parte avaliada pela forma como se fazem representar nas Conferências Ministeriais, no Secretariado Permanente e nas atividades por estes organizadas. A ausência de normas objetivas relativamente à representatividade dá margem de manobra aos Estados-membros (...). Na primeira e na segunda [Conferência Ministeriais], participaram Ministros de variadas pastas, sobretudo Economia, Comércio e Negócios Estrangeiros - o facto de o Brasil ter enviado um Secretário foi muito notado (...) Em relação a permanência, cinco dos países de língua portuguesa têm representantes que trabalham fisicamente no Secretariado: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor Leste. Entre eles, apenas os representantes cabo-verdiano, guineense e timorense estão a tempo inteiro nos seus gabinetes: o delegado angolano acumula funções no Consulado de Angola em Macau e a delegada de Moçambique gere uma agenda paralela no plano bilateral, fazendo deslocações regulares a Pequim e outras cidades chinesas.

Portugal e o Brasil optaram por não ter delegados permanentes, evitando ter um representante, a quem nem sequer seria concedido estatuto diplomático, financiado pela RAEM e subordinado a funcionário do Ministério do Comércio da China - o Secretário-Geral do Secretariado Permanente (MENDES, 2013, p. 285).

Outro fato que mostra como os países de Língua Portuguesa encaram o Fórum de Macau de maneira diferente está no fato de que países como Angola, Brasil e Moçambique decidiram que fazia mais sentido para essas nações ter o ponto focal do Fórum no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e outros países, por outro lado, optaram por nomear um funcionário do Ministério da Economia (Portugal e Timor), da Agência de Promoção de Investimento (Cabo Verde) e Bissau, que inicialmente tinha seu ponto focal no Ministério dos Negócios Estrangeiros e posteriormente entregou a pasta para o Ministério da Economia (MENDES, 2013). Portanto, conforme sinalizam os autores, trata -se de uma "forma diversificada e aleatória como os Estados-membros escolhem seus pontos focais"(MENDES, 2013, p. 87) no Fórum Macau. A pesquisadora (MENDES, 2014) afirmou ainda que os países de língua portuguesa possuem diferentes expectativas no que diz respeito à relevância do Fórum nas suas relações com o país asiático, e a China, por sua vez, encarou como meta para a criação do Fórum Macau a reaproximação com a África Lusófona e Timor-Leste, isto porque Portugal e Brasil são os

¹¹ Para mais informações sobre a importância do Fórum Macau, recomenda-se a leitura de “Macau 500 anos depois: a plataforma da China para o mundo lusófono” (Mendes, 2013) e Lusofonia em Macau: Que contributos para o reforço das relações sino-brasileiras (Cardoso e Mendes, 2012).

países com economias mais desenvolvidas e diversificadas do Fórum e além disso, China e Brasil, por exemplo, possuem fortes relações comerciais fora do contexto do Fórum Macau. Entretanto, a plataforma de Macau pode ser benéfica, especialmente aos países africanos, na medida em que

Para Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, o Fórum de Macau pode facilitar negociações e tomada de decisão no nível bilateral e têm resultados mais específicos do que FOCAC por várias razões [...] enquanto o Fórum de Macau está oficialmente focado na cooperação econômica e comercial, o FOCAC lida com diferentes dimensões – política, econômica, comercial, educação e segurança (Xinhua 2006). Em segundo lugar, o Fórum de Macau tem apenas oito membros, não cinquenta. Em terceiro lugar, os membros do Fórum de Macau estão representados em Macau diariamente, partilhando a mesma língua e cultura, o que garante uma relação mais próxima (MENDES, 2014, p. 236, tradução do autor).

Recentemente, em 10 de abril de 2022, foi realizada a Reunião Extraordinária Ministerial (REM) do Fórum Macau, organizada pelo Governo Popular Central da República Popular da China, realizada pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau com a colaboração do Secretariado Permanente do Fórum. O encontro ocorreu em formato híbrido, online e presencial, em Beijing e Macau, e os líderes reforçaram a necessidade de aprofundar a relação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, defesa da paz e estabilidade em prol do desenvolvimento e prosperidade. Ademais, foram destacados também temas voltados para a promoção da recuperação econômica no pós pandemia Covid-19 e o desejo de dinamizar ainda mais o papel de Macau enquanto Plataforma, inclusive no que diz respeito à cooperação sino-lusófona no combate à pandemia. Os ministros dos países participantes da REM também assinaram a Declaração Conjunta da Reunião Extraordinária Ministerial e emitiram a Declaração sobre a aprovação da adesão oficial da República da Guiné Equatorial ao Fórum Macau como o 10º país integrante (FÓRUM MACAU, 2022). Por fim, ainda vale ressaltar

[...] o papel de Macau enquanto plataforma, as empresas podem entrar nos mercados europeus através de Portugal, explorar os mercados da América do Sul através do Brasil, os mercados africanos através de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, bem como os mercados da ASEAN através de Timor-Leste (FÓRUM MACAU, 2022¹²).

Embora a participação chinesa na África tenha sido muito importante no que diz respeito à restauração da infraestrutura, construção de escolas e hospitais e fornecimento de assistência médica, líderes de comunidades, estudiosos e setores da sociedade civil africana demonstram

¹² Papel de Macau como plataforma. Disponível em: <https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/papel-de-macau-como-plataforma-2/>. Acesso em: 08/01/2023

preocupação com a estrutura da aliança entre China e África, temendo que, em longo prazo, a sua presença no continente africano possa provocar resultados negativos para o desenvolvimento dessas nações (RYSDYK, 2010). Garcia, Kato e Fontes (2012) sinalizaram que no caso da Angola, as transações do país com a China são garantidas por meio do comprometimento de recursos naturais, em especial o petróleo, e destacaram que essas transações podem representar uma nova forma de endividamento Sul-Sul, lastreadas em recursos minerais e expostas a uma elevada volatilidade. Dessa maneira, segundo os autores, o país africano está cada vez mais especializando sua cadeia produtiva em atividades primário-exportadoras, e expondo a sua economia a uma maior instabilidade, dado que os preços dos produtos primários são definidos pelo mercado internacional. Além disso, colocaram em questão também o risco de esgotamento do petróleo, colocando em xeque a sustentabilidade econômica do país.

Outras críticas estão relacionadas ao impacto da inserção da China na indústria e no comércio do continente, pouca integração chinesa com organismos regionais africanos, baixo nível de transferência de tecnologia da China para a África, substituição de trabalhadores africanos por mão de obra chinesa, e dado o princípio de não interferência em assuntos internos, critica-se a relação comercial da China com países que sofrem sanções internacionais e que têm graves problemas de violação de direitos humanos, como o Sudão (RYSDYK, 2010; OURIQUES e SCHIMIDT, 2015; ALVES, 2010). Alves (2010) defendeu que uma vez que a política externa seguida pela China não abre espaço para moralidade, o país não discrimina os parceiros por conta das políticas adotadas internamente. Portanto, as acusações de desrespeito aos direitos humanos e as acusações de governos antidemocráticos não são levadas em consideração ao fechar negócios.

Contudo, a percepção dos líderes africanos no que diz respeito ao relacionamento com a China é vista como benéfica, na medida em que constitui uma alternativa à tradicional relação Norte-Sul, que pode remeter às lembranças de um passado imperialista. Nesse sentido, alguns líderes africanos veem a China como parceiro para fugir de sanções ocidentais e do controle sobre questões de direitos humanos e boa governança, e além disso, um excelente parceiro para obter linhas de crédito para construção de infraestruturas com facilidade (perdão da dívida e taxa de juros atrativas, por exemplo) em troca de recursos naturais. Enquanto os líderes chineses se apresentam na condição de maior país subdesenvolvido do mundo, e por partilhar da mesma condição, quer ajudar os seus parceiros rumo ao desenvolvimento, além de enfatizar o princípio sagrado do respeito pela soberania dos estados em prol da paz internacional, o Ocidente tem se mostrado preocupado na medida em que atores ocidentais procuram estimular a boa governança

no mundo em desenvolvimento e acusam Pequim de ignorar as violações de direitos humanos em países que lhe têm garantido acesso aos recursos energéticos (MENDES, 2009 e 2010)

3.2 A influência chinesa na África Subsaariana

Nesta seção, tem-se como objetivo analisar brevemente a presença chinesa na África subsaariana a partir de estudos sobre a China em três países africanos: Angola, África do Sul e Zâmbia. A escolha desses países levou em consideração, além do relacionamento com a China, a questão geográfica - dado que dois últimos países (África do Sul e Zâmbia) são vizinhos de Moçambique - e a questão cultural, visto que a Angola foi um país colonizado por Portugal e ambos lutaram contra o colonialismo português e nesta luta tiveram apoio militar e financeiro da China. Pretende-se a partir disso fornecer, ainda que resumidamente, informações para o leitor se situar sobre a cooperação chinesa na África Subsaariana antes de adentrarmos no objeto desta pesquisa, Moçambique.

3.2.1 Angola

Desde o fim da Guerra Civil que assolou o país por 27 anos (1975-2002), a Angola é um dos países situados na África Subsaariana que apresentou crescimento mais robusto durante os anos 2000. Com uma população estimada em aproximadamente 32 milhões e 886 mil habitantes (Banco Mundial, 2020) em uma extensão territorial de cerca de 1,2 milhão de km², durante o período de 2002 até 2012, o país exibiu taxas de crescimento anuais do PIB próximo ou superior a dois dígitos, embora o crescimento anual do país tenha declinado desde então.

Pesquisadores (RIBEIRO, 2017, 2013, 2010; ALVES, 2010; GARCIA, KATO e FONTES, 2012; PEREIRA, 2006) relacionam o crescimento da economia angolana no início do século XXI à exploração do petróleo, ao crescimento do setor de construção, infraestrutura e transportes e à aproximação da China. O estreitamento diplomático entre China e Angola, em teoria, parece beneficiar ambos os lados e a razão para tal afirmativa está associada à complementariedade econômica entre eles. A Angola é rica em reservas naturais (petróleo, gás e diamante), recursos altamente demandados pelos chineses, e o país africano foi condenado a uma guerra civil que destruiu a infraestrutura local, escolas e hospitais. Sendo assim, a Angola contribuiria para o crescimento econômico chinês via exportação de bens primários para a China, e este contribuiria para o crescimento de Angola via recuperação e construção de infraestrutura.

Após o fim da guerra civil, ficou-se evidente a necessidade de reconstrução do país, contudo, o país precisaria de ajuda financeira externa para obter um grande volume de

empréstimo para este fim. Neste sentido, os bancos chineses tiveram um papel importante representando uma fonte alternativa de financiamento para Angola. O diferencial dos empréstimos concedidos pelo governo chinês é que estes estavam vinculados à projetos de longo prazo em áreas de infraestrutura (como aumento das redes de transportes, rodovias, ferrovias, além de construção de escolas e hospitais no interior do país e construção de aeroportos e portos) com taxas mais atrativas e sem condicionalidades, em contraposição aos tipos de financiamento que instituições bilaterais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, oferecem (RIBEIRO, 2013).

A título de exemplo, os empréstimos concedidos via EximBank no valor de U\$ 12 bilhões foram negociados para serem pagos em 17 anos, com taxa de juros de 1,5%. Como contrapartida, a China teve o direito a compra de 10 mil barris de petróleo por dia e estabeleceu nos termos do acordo que os primeiros U\$ 2 bilhões liberados fossem aplicados no desenvolvimento de projetos de construção em que 70% deles deveriam ser destinados às empresas chinesas, o que causou uma grande frustração para empresários angolanos e pouco contribuiu para criar oportunidades para a população local (MENDONÇA, 2011; LOOY, 2006). Outras formas de ajuda também foram observadas por parte do governo chinês, sendo elas: cancelamento de dívidas, garantias e projetos de cooperação, assistência técnica e programas de treinamento, projetos de assistência médica, melhorias de serviços de fornecimento de água e saneamento básico e envio de 10 mil técnicos agrícolas para África para províncias do interior de Angola.

A presença chinesa na África Subsaariana, em especial Angola, e a exportação de petróleo em volumes elevados para a China desde o início dos anos 2000, forneceram uma base importante para a redução da vulnerabilidade externa do país, além de contribuir para a ampliação do gasto público e dos investimentos no setor de construção e infraestrutura. Mas por outro lado, verificou-se, como consequência desta nova parceria sino-angolana o aumento da dependência econômica angolana no setor de energia e petróleo, além de condenar a Angola a manter a sua economia assentada em commodities.

3.2.2 África do Sul

A África do Sul é uma das maiores economias da região da SADC (Southern African Development Community), com um PIB de cerca de 335.442 bilhões de dólares em 2020. Com extensão territorial de 1,2 milhão de km² e população de 59.308.000 habitantes, sendo aproximadamente 67% dela residindo nas cidades, o país tem também o segundo maior PIB per capita da SADC: USD 5.090,72, em 2020, atrás somente de Botswana com 6.710,99 (BANCO

MUNDIAL, 2020). Com relação à sua estrutura econômica, pode-se considerar uma das mais diversificadas no contexto do continente africano. Segundos dados da UNCTAD (2020), 31% do que é exportado pelo país é referente a minérios e metais, 37% relacionado aos produtos manufaturados, 12% produtos pertencentes ao grupo de alimentos, 8% relacionado à exportação de combustíveis e 12% referente a outros. Contudo, ainda que o país apresente uma das economias africanas mais diversificadas, nota-se que a África do Sul ainda tem sua pauta de exportação muito concentrada em produtos primários e importações concentrando-se em produtos com maior valor agregado e mais sofisticados, tais como veículos, máquinas, equipamentos eletrônicos e produtos químicos e farmacêuticos (UNCOMTRADE, 2021).

As relações diplomáticas entre a China e a África do Sul, segundo Ribeiro (2013), existem desde antes do regime do *Apartheid*, período o qual o Partido Comunista Chinês concedeu ajuda aos membros da ANC (African National Congress) na luta contra o regime segregacionista. No entanto, o aprofundamento desta relação se deu durante a década de 2000. Em 2006 o parlamento sul africano assinou junto ao parlamento chinês o acordo *Chinese National People's Congress* formalizando a parceria entre os países. Na visão de Ribeiro (2013), o recente interesse chinês na África do Sul relaciona-se ao seu potencial de exploração de recursos naturais (investimentos relacionados à exploração das grandes reservas de minerais, como as de alumina, cromo, cromita, cobalto, cobre, ouro, ferro e aço, manganês, zinco, diamantes e carvão) e devido ao vasto e potencial mercado de consumo.

A África do Sul foi considerada pelos chineses como uma porta de entrada para as empresas chinesas interessadas em expandir investimentos no continente africano. Ribeiro (2013) mostrou que, em 2007, o *Industrial and Commercial Bank of China* comprou 20% do *South Africa Standard Bank*, o maior banco da África, em um investimento que alcançou US\$ 5,5 bilhões de dólares. Outro setor explorado foi a área de telecomunicações. Grandes empresas chinesas do setor, como a ZTE e a *Huawei*, expandiram suas atividades na África do Sul, não apenas para venda de produtos, peças e equipamentos, mas também com o objetivo de construir centros de treinamento e pesquisas nas cidades sul africanas (RIBEIRO, 2013). Com relação às críticas da diplomacia entre África do Sul e China destacam-se os efeitos contraditórios da expansão chinesa, especialmente no que concerne ao impacto nas indústrias têxteis. Foram elencados o risco de aumento de desemprego e o declínio da indústria têxtil sul-africana como uma das maiores preocupações diante do aumento da participação dos produtos chineses nos mercados globais, sobretudo, após o aumento das exportações chinesas para os Estados Unidos, onde as os produtos de vestuário e têxtil sul-africanos dominavam as importações ((RIBEIRO, 2013, 2017; PEREIRA, 2006; LOOY, 2006; RYSDYK, 2010).

Para Looy (2006), o declínio nas exportações africanas está relacionado ao fim do Acordo Multi-Fibra – que ficou em vigor de 1974 a 2004, e foi concebido para estabelecer quotas sobre os níveis de importação de têxteis e vestuário de países em desenvolvimento para países desenvolvidos, salvaguardando as indústrias nos países industrializados e controlando o nível de acesso ao mercado para importações de países em desenvolvimento – e nas mudanças impostas no *United States Africa Growth and Opportunity Act* (AGOA). Nos anos 2000, os EUA e 48 estados africanos criaram este acordo (AGOA) com o objetivo de disponibilizar aos africanos acesso total e preferencial ao mercado americano, e assim, criar uma grande oportunidade de crescimento para os países da África Subsaariana. Contudo, dado o fim do acordo de Multi-Fibra em janeiro de 2005, e as mudanças propostas no AGOA – em 2004 foi incluída uma série de revogações, dentre elas, a permissão e a abertura do mercado americano para a China – a exportação de têxteis sul-africanos começou a ser substituída pelos produtos têxteis chineses. Como consequência, os exportadores africanos não conseguiram sobreviver a essa competição e começaram a perder espaço no comércio internacional (LOOY, 2006; RIBEIRO, 2013). Segundo Carmody e Owusu (2011), “o resultado foi que as exportações de vestuário da África do Sul para os Estados Unidos caíram de US\$ 26 milhões no primeiro trimestre de 2004 para US\$ 12 milhões no primeiro trimestre de 2005, o que resultou em uma eliminação de 30 mil postos de trabalho” (CARMODY e OWUSU, 2011, p.249).

Empresas africanas estabelecidas ou que tinham grande potencial enfrentaram sérios desafios, não somente pela redução da exportação para terceiros mercados, mas também devido ao aumento da competição no mercado interno, devido aos preços mais baixos dos produtos chineses. Neste sentido, a ascensão chinesa mostrou ser um grande obstáculo aos sistemas de produção regional na África do Sul, especialmente quando são analisados os setores de mão de obra intensiva e menor valor agregado. Nem mesmo a criação de medidas pelo governo sul-africano¹³ que buscavam proteger a indústria têxtil local por meio do estabelecimento de quotas para os tecidos provenientes da China foi capaz de reverter este cenário (RYSZYK, 2010).

A experiência sul-africana mostra que, embora a conjuntura interna tenha melhorado e o país tenha experimentado o aumento das exportações (especialmente de bens primários e com

¹³ Como a criação do documento “Memorandum of Understanding” (MOU) no qual estabeleceu a proibição de 31 categorias de produtos exportados pela China de entrar na África do Sul por pelo menos 2 anos. Seu objetivo era dar mais tempo para a indústria têxtil nacional se reestruturar e se preparar para competir com os produtos chineses. Contudo, após a criação do *Memorandum*, alguns varejistas começaram a importar os produtos chineses através de mercados diferenciados, a exemplo de Dubai (Ribeiro, 2013).

destino à China), o aumento da entrada de investimentos chineses no país e a alavancada no crescimento econômico ao longo dos anos 2000, esses fatores não foram suficientes para diminuir majoritariamente a taxa de desemprego e a pobreza de parte da população. Pelo contrário, para Alves (2010) perdura a manutenção de um quadro gravíssimo de concentração de renda, que faz com que o país continue como um dos mais desiguais do mundo e a manutenção do modelo de desenvolvimento adotado tendo a China como um parceiro chave pode não contribuir para reverter este quadro.

3.2.3 Zâmbia

O relacionamento entre a Zâmbia e a China remonta ao período de independência do país africano, em 1964. Nesta ocasião, a Zâmbia estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China sob a forma de assistência financeira e material (envio de material bélico e treinamento militar) na luta pela libertação e independência do país. Contudo, foi ao longo da década de 1970 que a aproximação entre os dois países foi aprofundada, pois, se por um lado a Zâmbia, junto a outros países africanos, desempenharam um papel crucial ao apoiar o assento da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas, por outro, ela também foi beneficiária de um dos maiores projetos chineses no continente, a linha ferroviária Tanzânia-Zâmbia. A construção da linha férrea foi um projeto estratégico para ambos os países. A Zâmbia precisava da linha férrea para diminuir sua dependência dos países vizinhos, a África do Sul e Rodésia do Sul, e esse projeto abriria caminho para a China reafirmar sua presença na África (LESLIE, 2016; MWANAWINA, 2008).

De acordo com Kamwanga e Koyi (2009), os investimentos chineses na Zâmbia se concentram no setor de mineração. No entanto, há investimentos em outros segmentos, como agricultura, construção, telecomunicação, transporte, infraestrutura, têxtil e assistência no setor de saúde e educação. Como em outras regiões africanas, os autores destacaram que o volume dos investimentos chineses na Zâmbia tem aumentado ao longo do século XXI e se caracterizam por serem realizados em grande medida por empresas estatais ou *joint ventures*. Assim, muitas empresas chinesas que operam na Zâmbia ou são de propriedades estatais ou são fortemente apoiadas pelo Estado chinês.

No setor de transportes, como mencionado acima, o projeto de construção da Tazara é apontado por Eliassen (2012) como o marco dos investimentos chineses no território da Zâmbia. Com a construção da ferrovia, esperou-se fornecer uma alternativa para redirecionar as exportações e importações do país pela Tanzânia via porto de Dar-es-Salaam. A ferrovia foi construída no âmbito de um acordo bilateral entre a China e a Zâmbia assinado em 1965, no

entanto, sua implementação começou apenas em 1970 sendo concluída em 1976. A construção tornou-se não somente um símbolo do desenvolvimento do país, mas também se destaca por ser o primeiro grande projeto regional com presença da China na África (ELIASSEN, 2012). A China também financiou a construção da estrada Lusaka - Kaoma, iniciada em 1969 e concluída em 1975 e em 2006 o país asiático manifestou interesse em ajudar a Zâmbia na construção da Ponte Chembe sobre o Rio Luapula em Província de Luapula (MWANAWINA, 2008). Segundo Eliassen (2012), as construções são símbolos dos projetos de desenvolvimento em infraestrutura chinês no território zambiano no contexto de pós independência do país, e a assistência chinesa a partir dos investimentos no setor contribuíram para impulsionar a expansão da infraestrutura, “fornecendo elemento importante para dinamizar a economia e promover a manutenção do crescimento econômico” (RIBEIRO, 2013, p. 191).

No setor de energia, destaca-se o investimento entre o *China Development Bank* e o governo da Zâmbia, com objetivo de desenvolver uma estação de geração de energia (*Kafue Gorge Lower*) através da empresa chinesa *Sinohydro Corporation*. Quanto ao setor de telecomunicação, a *Zambia Telecommunications Company Limited* (ZAMTEL) celebrou um contrato de empréstimo bonificado financiado pelo *EximBank* sob a garantia do governo da Zâmbia. O objetivo deste projeto é prover o fornecimento, instalação e comissionamento de 14 centrais telefônicas digitais e equipamentos de transmissão para o país. No setor agropecuário, a China esteve presente no estabelecimento de uma empresa para produção de algodão, caroço de algodão e outros produtos similares – a *Chipata Cotton Company* – e contribuiu também fornecendo treinamento para a população local nas áreas de produção de arroz, máquinas agrícolas, alimentos e agro processamento e controle de doenças (MWANAWINA, 2008; RIBEIRO, 2013).

Além desses tipos de investimentos, a China fornece assistência na área da saúde e educação. Na área da saúde, a China tem contribuído através do fornecimento de médicos, equipamentos médicos e remédio para a Zâmbia. Com relação à educação, a China está presente por meio do fornecimento de bolsas de estudo aos estudantes da Zâmbia e oferece grande número de professores para o país (RIBEIRO, 2013).

No que se refere às críticas da presença chinesa na Zâmbia, os autores (ALVES, 2011; ELIASSEN, 2012; KAMWANGA e KOVI, 2009; LESLIE, 2016; MWANAWINA, 2008) parecem concordar que as relações sino-zambianas resultaram em efeitos parecidos oriundos do envolvimento chinês com outros países africanos. Com relação aos benefícios, os autores destacaram, em suma, oportunidades de emprego e fonte de produtos baratos (especialmente àqueles de maior valor agregado), embora Kamwanga e Koyi (2009) tenham alertado que os

tipos de empregos criados são de baixa qualidade e que investidores de mineração chineses oferecem más condições de serviço, falta de aderência às normas de segurança nos locais de trabalho e desrespeito às leis e regulamentos trabalhistas (incluindo maior carga horária de trabalho, salários e padrões de segurança baixos) e ambientais. Tratam-se de práticas negligentes no local de trabalho, que resultam em inúmeros acidentes nas minas de propriedade chinesa e em greves dos trabalhadores mineiros em busca de melhores condições de trabalho. Existe também o risco de aprofundar o modelo de desenvolvimento primário-exportador, agravando o quadro de baixa diversificação na estrutura produtiva e econômica da Zâmbia, principalmente quando se argumenta que a aproximação chinesa não se refletiu em transferência tecnológica pelos investidores para a população local. Além disso, Mwanawina (2008) sinalizou também a proliferação de trabalhadores causais chineses e investidores que se tornaram pequenos comerciantes no país africano e, paulatinamente, ao perder espaço para os chineses, os trabalhadores locais se deslocaram para os empregos informais, contribuindo para o aprofundamento da precarização do trabalho na Zâmbia.

3.3 Cooperação sino-moçambicana no século XXI: dilemas, realidades e o envolvimento chinês em Moçambique.

Conforme destacado por Feijó (2012) e Garcia (2020), a presença chinesa em Moçambique não se constitui como um fenômeno recente. Para os autores trata-se, então, de uma relação de longa data, onde os primeiros registos da aproximação entre os dois países datam do final do século XIX, enquanto Moçambique ainda se constituía como uma colônia portuguesa, e a partir do estabelecimento de trabalhadores chineses na cidade de Lourenço Marques e Beira. Naquela ocasião, a chegada dos chineses em solo moçambicano estava relacionada ao fornecimento de mão de obra qualificada barata - comparativamente com o alto custo da mão de obra europeia - para construir infraestruturas como prédios públicos, ferrovias e portos marítimos e outros empreendimentos coloniais.

Entretanto, foi na década de 1960 que se verificou uma maior interação diplomática entre os dois países. Roque (2012) e Feijó (2012) sinalizaram que as relações diplomáticas sino-moçambicanas se estreitaram a partir do envolvimento e apoio chinês via suporte militar e diplomático à FRELIMO e ao movimento de libertação do país. Nesta circunstância, além de fornecer importante apoio militar, a China concedeu treinos de guerrilha e formação de guerrilheiros para os membros da FRELIMO. Em 1975, dado o fim da luta armada, a China foi o primeiro país a reconhecer a independência de Moçambique, e embora este tenha se declarado um estado marxista-leninista, atestando sua aproximação da União Soviética, a diplomacia

sino-moçambicana permaneceu consistente e os dois países não só formalizaram os laços diplomáticos, como estabeleceram acordos de apoio e cooperação técnica e financeira para reconstrução das infraestruturas destruídas durante a luta armada, além de fornecer apoio alimentar ao país para lidar com os efeitos da fome em Moçambique em 1983 (GARCIA, 2020; ROQUE, 2009; ILHÉU, 2010).

No tocante ao relacionamento entre China e Moçambique nos anos 2000, o início do novo milênio trouxe um impulso para as relações sino-moçambicanas. Segundo Ilhéu (2010), nos anos que sucederam ao FOCAC 2000, a presença chinesa em Moçambique foi intensificada via aumento de empréstimos e investimento estrangeiro direto, cancelamento de dívidas moçambicanas, cooperação técnica e projetos de infraestrutura e subvenções para obras públicas, como os edifícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Centro de Conferências Joaquim Chissano e o Parlamento Nacional em Maputo, construídos pela empresa chinesa Sogecoa. Nesta conjuntura, para Feijó (2012), a China no século XXI vem reforçando um conjunto de relações diplomáticas em Moçambique e em todo o continente africano com motivações não só políticas, mas bem mais económicas.

Para Roque e Alden (2012), a reaproximação entre a China e Moçambique nas últimas duas décadas é caracterizada pelo maior envolvimento nos assuntos económicos e estreitamento dos laços comerciais entre os dois países, sendo eles reflexos do aumento de visitas diplomáticas e intercâmbios entre órgãos legislativos, partidos políticos e agências do Governo, coordenação da política externa nas questões regionais e internacionais e no desenvolvimento da cooperação económica e comercial na área de infraestruturas, agricultura e extração de recursos naturais. Em termos de comércio internacional, embora a China seja constantemente acusada de violação da lei e práticas ilegais (relacionadas ao corte ilegal de madeira e pesca ilegal de crustáceos) que ocasionam danos ambientais, aceleração da desertificação e destruição do ecossistema marítimo em Moçambique, o país é um dos seus maiores parceiros comerciais concentrando suas exportações em areias pesadas, areias naturais, semente, frutos oleaginosos, carvão, crustáceos e madeira serrada.

Paralelamente ao fortalecimento do comércio bilateral entre China e Moçambique, a consolidação da relação sino-moçambicana é marcada também pelo aumento do fluxo do investimento chinês em Moçambique. O IED chinês em Moçambique aumentou de 10 milhões de dólares em 2003 para 60 milhões de dólares em 2007, nessa altura, a China se tornava o 6º maior investidor em Moçambique (ROQUE e ALDEN; 2012). Em 2011 e 2016, a China foi o maior investidor em Moçambique, conforme mostra o quadro 4, o fato deveu-se a combinação da relativa segurança sociopolítica e macroeconómica vivenciadas no país nas últimas décadas,

da abundância em recursos naturais, tais como minerais, florestais e recursos pesqueiros, o seu posicionamento geográfico estratégico enquanto nação com saída para o mar, possibilitando acesso fácil ao interior do continente africano (facilitando o transporte entre o Oceano Índico e os países do interior como a Zâmbia, a Suazilândia, o Zimbábue e as zonas do noroeste da África do Sul), e por fim, devido à preferência das elites políticas que, desde as primeiras eleições em 1994, promovem uma economia voltada para o aumento de IED no país (BARBOSA, 2021; EKMAN, 2012) e parecem receber de forma positiva o IED chinês em território moçambicano como sinônimo de desenvolvimento e cooperação entre os países, conforme sinaliza Ilhéu (2010):

Luisa Diogo, ex-primeira-ministra de Moçambique, afirmou na reunião Global China Business, em Novembro de 2009, em Lisboa: “os chineses não investem em Moçambique por causa dos belos olhos dos moçambicanos, mas sim pela convergência e complementaridade de interesses entre os dois países” (ILHÉU, 2010, p. 8, tradução livre).

Quadro 4 - Principais países de origem do IED em Moçambique (2010- Primeiro semestre de 2016)

Posição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portugal	China	Emirados Árabes Unidos	África do Sul	Emirados	França	China
2	África do Sul	África do Sul	Portugal	China	Maurícias	China	África do Sul
3	Itália	Portugal	África do Sul	Portugal	África do Sul	Emirados	Maurícias
4	Bélgica	Maurícias	Maurícias	Suíça	Portugal	Portugal	Reino Unido
5	China	Estados Unidos	China	Alemanha	China	África do Sul	Portugal
6	Espanha	Reino Unido	Reino Unido	Emirados Árabes Unidos	Reino Unido	Índia	Turquia
7	Reino Unido	Emirados Árabes Unidos	Brasil	Uganda	Macau	Maurícias	Itália
8	Singapura	Noruega	Índia	Maurícias	Turquia	Singapura	Índia
9	Quênia	Austrália	Itália	Itália	Quênia	Austrália	Espanha
10	Suécia	Índia	Lesoto	Reino Unido	França	Turquia	Estados Unidos

Fonte: MASSANGAIE (2017), p. 171.

De acordo com Roque e Alden (2012), desde a década de 1990, Moçambique tem atraído IED para grandes projetos de mineração e energia como estratégia para acelerar a recuperação econômica no país. Dentre eles, os autores destacaram a construção de megaprojetos como a MOZAL – fundição de alumínio; a Kenmare – areias pesadas; a SASOL – gás natural; as minas de carvão de Moatize; e o projeto do Corredor de Titânio e Areias (*Corridor Sands Titanium*). Além disso, o setor agrícola também tem despertado bastante atenção, uma vez que Moçambique conta com uma superfície estimada em 36 milhões de

hectares de terra arável, aproximadamente 60 rios e uma grande diversidade de tipos de solos e condições climáticas, tornando o setor agrícola atrativo. Contudo, por se tratar de um setor pouco desenvolvido, a atividade predominante é a agricultura de subsistência. Zonas Econômicas Especiais (ZEE) – zonas industriais e parques científicos e de tecnologia – também estão sendo criadas em Moçambique à exemplo do modelo chinês, com vistas para atração e captação de investimentos estrangeiros (ROQUE e ALDEN, 2012; ROQUE, 2009). Em Moçambique, conforme apontado por Mendes (2017), sob o comando da *Chinas's Dingsheng International Investment Company (Sogecoa Group)* estabeleceu-se uma ZEE em Manga-Mugassa em 2012 e em 2014 foi anunciada a criação de outro parque científico em Mocuba.

Com relação às relações comerciais, Ilhéu (2010) observou um aumento acentuado no comércio bilateral entre Moçambique e China ainda ao longo dos anos 2000, atingindo o valor de U\$ 422 bilhões em 2008. Naquela ocasião, a autora notou que tanto as exportações quanto as importações aumentaram, embora as exportações de Moçambique tenham aumentado a um ritmo mais rápido (51% ao ano) do que as importações (35% ao ano). Contudo, também reforçou que àquela altura, o saldo bilateral já se mostrava negativo para Moçambique, uma vez que as principais exportações de Moçambique para a China constituíam de minerais e recursos naturais, têxteis, peixes e frutos do mar, enquanto as importações de Moçambique provenientes da China eram veículos e peças, eletrodomésticos e artigos de ferro e aço, materiais de construção e maquinário e bens manufaturados (calçados, bolsas, produtos eletrônicos). Em 2020, segundo o Boletim do Banco de Moçambique (2020), o total exportado de Moçambique para a China foi de U\$ 261.2 milhões, enquanto o total importado da China para Moçambique foi de U\$ 631 milhões. Com relação ao padrão de comércio, pode-se afirmar que não houve mudanças significativas desde os estudos de Ilhéu (2010), a China concentrou suas exportações em areias pesadas, sementes e frutos oleaginosos, areais naturais, carvão, madeira serrada e crustáceos. Já as importações moçambicanas de origem chinesa se concentraram em tratores, materiais têxteis e tecidos, pneumáticos e automóveis para transporte de mercadorias. Trata-se de um padrão de comércio que é característico das relações comerciais entre as nações subdesenvolvidas e desenvolvidas com termos de troca negativos. Enquanto as nações subdesenvolvidas enviam matéria-prima para os países desenvolvidos, essas nações compram produtos manufaturados de maior valor agregado deles (ILHÉU, 2010).

Já a cooperação bilateral entre China e Moçambique se concentra em áreas como defesa e segurança (que incluem assistência técnica militar, fornecimento de material logístico e de comunicações ao exército e à polícia moçambicana - viaturas, computadores, uniformes, botas, entre outros - , formação de quadros moçambicanos em academias chinesas e construção de

habitações para diferentes quadros deste setor), saúde e educação (envio de médicos e profissionais de educação para Moçambique, doação de medicamentos, investimentos em centros médicos, construção de escolas, concessão de bolsas de estudos na China para estudantes moçambicanos), agricultura, transportes e infraestruturas, além do apoio concedido sob a forma de donativos e de assistência técnica, de empréstimos sem juros ou com juros bonificados (concessão de empréstimos com taxa de juros mais atrativas do que as disponíveis no mercado). Assim como em outros países africanos, a cooperação chinesa à Moçambique conta com o financiamento de alguns projetos que, a priori, dificilmente seriam financiados pelos doadores “tradicionais” (FMI e Banco Mundial) devido às pré-condições estabelecidas por eles. É exatamente por essa razão que a China se tornou um país apreciado pela elite política moçambicana (CHICHAVA, 2012).

Em virtude do crescimento de IED chinês em direção à Moçambique, mais de 100 empresas chinesas estão operando no país em diversas áreas, como nos setores de energia, agricultura, pesca, florestal, imobiliário, materiais de construção, turismo, transportes, telecomunicações, comércio, mineração e na reconstrução da infraestrutura no país (GARCIA, 2020). Com relação ao último setor citado, a destruição da infraestrutura nacional causada pelo período de independência e agravada pelos anos de guerra civil minou o desenvolvimento no país além de torna-lo ainda mais vulnerável. Neste sentido, projetos direcionados para reconstrução da infraestrutura tem desempenhado um papel importante para alavancar o desenvolvimento e crescimento econômico em Moçambique, e Pequim e empresas de construção chinesas ganharam um grande destaque ao desempenhar um papel importante na reconstrução de estradas, edifícios públicos, construção de estádios, aeroportos, centros de conferências, hidroelétricas e conjuntos habitacionais de baixo custo no país.

De acordo com o *Centre for Chinese Studies Stellenbosch University* (2006), os contratos no exterior celebrados por empresas chinesas podem ser categorizados como: Projetos financiados por meio de empréstimos do governo chinês ou ajuda financeira aos países em desenvolvimento; Projetos financiados por empréstimos do Banco Mundial, Banco de Desenvolvimento Africano, Banco Islâmico de Desenvolvimento e outras instituições; Projetos obtidos através de acordos governamentais de comércio bilateral; Projetos conquistados por meio de licitação internacional; Projetos obtidos através de clientes locais, e projetos obtidos através de filiais locais de empreendimentos chineses. As motivações de corporações chinesas para expandir seus negócios em Moçambique são: a) presença e abundância de recursos naturais demandados pela China, especialmente em termos de silvicultura e pesca; b) oportunidade para conquistar um novo mercado em vários setores, como têxteis, calçados e eletrônicos; d)

abundância em terras para fins de desenvolvimento do setor agrícola; c) presença de ativos energéticos, no caso moçambicano, reservas de carvão.

A partir dos estudos de Garcia (2020), Roque e Alden (2012), Jansson e Kiala (2009), Roque (2009), e Schiere e Rugamba (2011) foi possível listar (vide quadro abaixo) alguns projetos de infraestrutura e transporte construídos em parceria com o governo e/ou empresas chinesas em Moçambique.

Quadro 5 - Construções chinesas em Moçambique (2003-2018)

Construção	Ano	Valor (US\$)	Região	Agencias de financiamento	Setor
Centro de Conferências Joaquim Chissano	2003	5 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros	2004	12 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Barragem de Mphanda Nkuwa	2006	2,3 bilhões	Rio Zambeze	Export-Import Bank of China	Infraestrutura
Barragem de Moamba-Major	2006	300 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Infraestrutura
Aeroporto Internacional de Maputo	2007	75 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento
Procuradoria-Geral da República	2007	40 milhões	Maputo	China National Complete Plant Import & Export Corporation	Infraestrutura
Estádio Nacional de Zimpeto	2011	70 milhões	Zimpeto	Governo chinês	Infraestrutura
Maputo Ring Road (Estrada Circular de Maputo)	2012	300 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento
Maputo-Katembe Bridge	2012	1,1 bilhão	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento
Gloria Hotel	2014	300 milhões	Maputo	Parceria entre o governo de Moçambique e empresa chinesa AFECC	Infraestrutura
Aeroporto de Xai-Xai	2017	70 milhões	Gaza	Instituição governamental chinesa não especificada, agência governamental	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo Katambe	2018	700 milhões	Maputo	Export-Import Bank of China	Transporte e Armazenamento

Fonte: Elaborado pelo autor¹⁴

Se utilizarmos o referencial teórico de Flyvbjerg discutido no capítulo anterior e que diz respeito à literatura de megaprojetos, pode-se considerar que apenas 2 dos projetos elencados constituem megaprojetos de infraestrutura chineses em Moçambique, uma vez que apenas a barragem de Mphanda Nkuwa e a ponte Maputo Katembe tiveram orçamento de US\$ 1 bilhão ou mais. Contudo, para fins desta pesquisa, enfatizaremos as abordagens de Crosby (2014) – associa os megaprojetos como projetos orçados em milhões (ou mais) de dólares, que necessitam de um planejamento de longo prazo, que atraem atenção pública e/ ou política e são dotados de novas tecnologias e engenharia de ponta, e de Capka (2004), que enfatizou a questão do tamanho e da complexidade envolvidos nos empreendimentos, tratando-se de projetos que impactam na qualidade de vida da população local e no meio ambiente em que se inserem. Ademais, cabe ressaltar que um país como Moçambique (que combina baixo desenvolvimento socioeconômico e extrema pobreza), projetos de infraestrutura que envolvem milhões de dólares podem ter um impacto maior do que projetos mais caros em países desenvolvidos, devido à escala e as transformações sociais que eles podem gerar.

¹⁴ Com base em Garcia (2020), Roque e Alden (2012), Jansson e Kiala (2009), Roque (2009), e Schiere e Rugamba (2011), Wan (2018), Moçambique (2015), Balago (2018), Banco MAIS, Moçambique (2017) e Fórum Económico e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (2021)

Outros projetos que não foram listados no quadro acima também são frutos da cooperação China-Moçambique e foram destacados por Ilhéu (2010), como: projeto habitacional nos arredores de Maputo desenvolvido pela *China Internal Trade Engineering Design & Research Institute* e *China Shandong Foreign Economic & Technical Cooperation Group*; uma ponte sobre o rio Incomati e uma rede de distribuição de água às cidades de Inhambane e Maxixe; a remodelação de Sistema de abastecimento de água de Maputo concluído em 2008 pela *China Metallurgical Construction Group* (MCC) com custo estimado de US\$ 145 milhões. A autora também citou a construção do novo Gabinete do Auditor-Geral desenvolvido pelas empresas chinesas COMPLANT e Nanjing Construction CCM, no qual, o projeto de US\$ 40 milhões recebeu um empréstimo concessional do governo chinês. No local foram empregados 250 trabalhadores locais e 100 trabalhadores chineses. Além disso citou também outros projetos em Moçambique financiados pelo governo chinês e desenvolvidos pelas empresas CMMe a COMPLANT a incluir um projeto habitacional, o centro de justiça, tribunais criminais, uma prisão e um centro anticorrupção (ILHEU, 2010).

A construção de estradas e pontes através do apoio chinês é tão significativa que, Schiere e Rugamba (2011) em seu artigo *Chinese Infrastructure Investments and African Integration* estimaram que cerca de um terço de toda a construção de estradas, (o que se aproximaria a 600 km de estradas), em Moçambique foram realizadas por empreiteiros chineses. Destaca-se também que empresas do setor de construção também se envolveram em obras de reabilitação dos sistemas urbanos de abastecimento de água em Beira e Quelimane, reconstrução do sistema hídrico de Maputo e construção de projetos habitacionais em Zimpeto, projetos importantes para o estabelecimento de infraestrutura básica no país.

Recentemente, o Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (Macau)¹⁵ anunciou a construção de um edifício de escritórios para servir a barragem de Macarretane, localizada no sul de Moçambique, no distrito de Chokwe, Gaza, pelo grupo *Power Construction Corp. of China Ltd* (*PowerChina*). Segundo o grupo estatal chinês, a justificativa para a construção do edifício de dois andares baseia-se na promessa de melhorias de condições de trabalho para os funcionários da barragem. A *PowerChina* também lançou um projeto que pretende acabar com a escassez de água portátil para 250 mil habitantes de Pemba, Cabo Delgado, no norte de Moçambique. O projeto prevê a construção de três reservatórios de uma rede de distribuição de 185 km e a

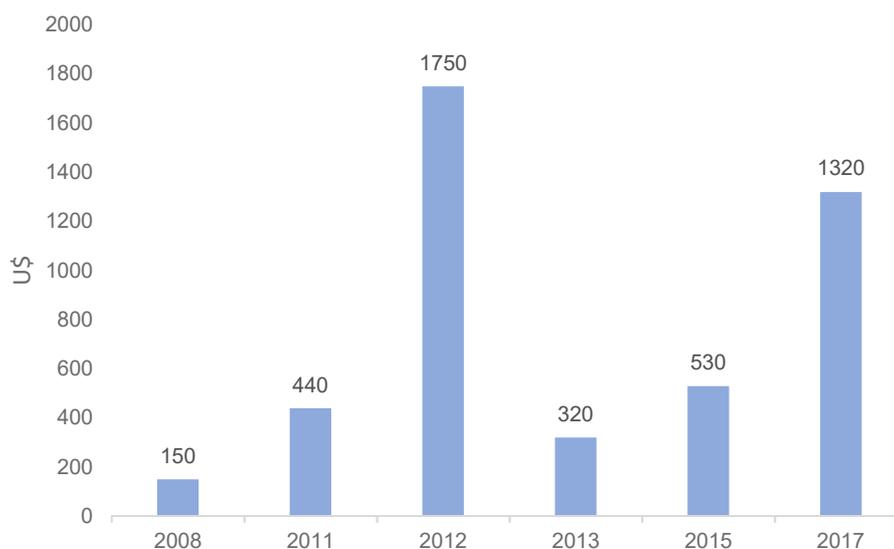
¹⁵ Disponível em < [Empresa chinesa completa edifício de escritórios para barragem no sul de Moçambique - Forum Macao | 中葡論壇 | 中葡论坛 | Fórum de Macau \(forumchina.org.mo\)](http://forumchina.org.mo) >

reparação de quatro reservatórios. As obras estão previstas para serem concluídas em junho de 2023. Em 2019, outro conglomerado chinês, o *China Energy Engineering Corporation*, anunciou a construção de uma barragem hidroelétrica no rio Megaruma para reforçar o abastecimento de água também em Pemba¹⁶.

Conforme Barbosa (2021), desde 2006 a China adquiriu uma posição de relevância dentro do setor de construções em Moçambique. De acordo com os dados da *China Global Investment Tracker*, entre 2008 a 2017, a China investiu aproximadamente US\$ 6 bilhões em projetos de infraestrutura (majoritariamente transporte e construção) no país, conforme gráfico 8, sendo as multinacionais *China Communications Construction* e a *China State Construction Engineering* as principais empresas atuantes no setor. O autor salientou que, para superar a forte concorrência de empresas ocidentais e sul-africanas operantes em Moçambique,

a China adotou uma estratégia focada em suas vantagens econômicas comparativas. Isto é, na oferta de baixo custo, por meio da utilização de mão de obra barata e custos gerenciais baixos. Assim, a utilização de mão de obra chinesa pouco qualificada é uma das diferenças centrais entre as multinacionais do país asiático e as empresas multinacionais ocidentais e sul-africanas, na África. O governo chinês também utiliza uma diplomacia simbólica e econômica para garantir seu espaço no mercado africano e, conseqüentemente, moçambicano. Isso se concretiza através uma ampla atenção diplomática, apoio a projetos de prestígio e assistência ao desenvolvimento por meio juros baixos e doações diretas (BARBOSA, 2021, p. 89).

Gráfico 8 – Investimento chinês no setor de infraestrutura em Moçambique –US\$ milhões (2008-2017)



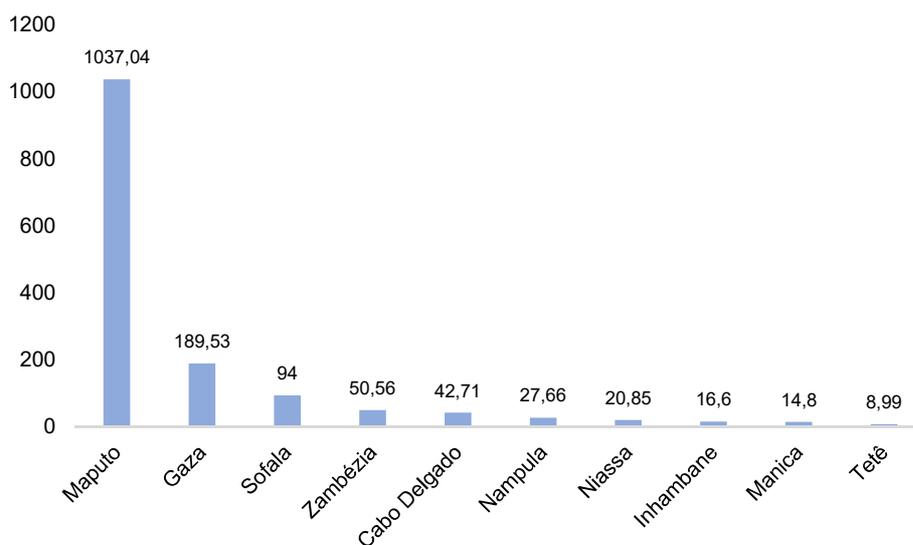
Fonte: China Global Investment Tracker

¹⁶ Disponível em < <https://hojemacau.com.mo/2022/02/10/grupo-chines-quer-levar-agua-a-mais-de-250-mil-habitacoes-em-pemba/>>

A reabilitação da infraestrutura em Moçambique é importante tanto para o fortalecimento do setor de turismo – que é um setor potencial, dado que a China listou o país como destino turístico, além de apoiar e recomenda-lo como destino de férias para os cidadãos chineses – quanto para escoamento, transporte e logística de alimentos, para promover a integração regional no país e reabilitar os sistemas de fornecimento de água urbano em Maputo, Beira e Quelimane (GARCIA, 2020). Em Maputo, segundo Barbosa (2021), os investimentos em turismo e hotelaria chegam a 17%, sendo o setor que mais concentra os investimentos chineses o de construção e obras públicas, com 46% do total destinado para a região.

Com relação à disposição geográficas dos investimentos chineses em Moçambique, grande parte dos IEDs tem destino para a capital Maputo. O gráfico abaixo mostra a concentração de investimentos na região sul do país, na medida em que as províncias de Maputo e Gaza (região sul) aparecem como os maiores receptores dos IED – cerca de 82% dos investimentos estão concentrados nessa região. Em seguida, tem-se as províncias de Sofala e Zambézia (região central) e Cabo Delgado (região norte) compondo os cinco maiores receptores de IED em Moçambique. Por conta disso, alerta-se para o aprofundamento das desigualdades regionais entre o sul e o norte do país.

Gráfico 9 - Distribuição do IED chinês em Moçambique por província – em U\$ milhões (2006-2017)



Fonte: Barbosa (2021)

3.4 Expansão chinesa em Moçambique: críticas, desafios e perspectivas para o futuro.

Como pode-se observar, para consolidar sua presença nos países africanos, o governo chinês procurou recorrer ao que a literatura denomina de *soft power* (poder brando), ou seja, a capacidade de influenciar pela persuasão, e não pela coerção, fazendo-o por meio da ajuda humanitária, cultural, diplomacia bilateral e multilateral e via Investimento Direto Estrangeiro (MENDES, 2010). Através da discussão anterior, pode-se observar que nas duas últimas décadas o IED chinês em Moçambique teve uma alavancada liderada por investimentos pesados na reconstrução da infraestrutura nacional, que, segundo Garcia (2020), tende a continuar crescendo no país. O autor citou que, de acordo com o embaixador chinês em Maputo, Jsu Jian, a intenção da China de continuar a investir em Moçambique foi reiterada. E lembrou ainda da existência de vários outros projetos numa lista compilada pelo governo moçambicano num memorando de entendimento assinado em 2017 abrangendo várias áreas prioritárias, sendo elas construção de parques industriais, estradas, agricultura, exploração de recursos naturais e energéticos e portos.

Certamente, o setor de construção é importante e lucrativo, considerando um país de economia emergente e que carece de serviços essenciais e de infraestrutura (devido ao cenário de pós-guerra experimentado por Moçambique). Em razão disso, ele se tornou uma das áreas visadas para a cooperação pela China. Por outro lado, Moçambique se posiciona muito interessado em manter boas relações com o país asiático, na medida em que explora as oportunidades oferecidas pelo governo chinês e por se beneficiar do fornecimento de vários projetos de construções chinesas com custos mais competitivos, além disso, considera-se que a cooperação chinesa contribui para reduzir a dependência da ajuda dos países ocidentais. Assim, os dados indicam que Moçambique e China parecem estar interessados em explorar novas formas de Cooperação Sul-Sul, em que os ganhos e benefícios sejam mutuamente compartilhados para ambos os governos e atores envolvidos.

Contudo, o estreitamento das relações diplomática entre os dois países tem despertado opiniões diferentes entre diversos pesquisadores. Robinson (2012) destacou que, para Large (2008), a China é motivada principalmente pela extração de recursos, e não se preocupa com a prosperidade econômica da África a longo prazo. Além disso, alegou também que os projetos de ajuda chinesa existem para atender os interesses da China, na medida em que o país encara Moçambique como uma oportunidade para expandir o mercado de produtos chineses e um excelente meio para construção de grandes projetos capazes de fornecer emprego para a mão de obra chinesa, pois além de tais projetos exigirem a contratação de empreiteiros e empresas

chinesas para o seu desenvolvimento, muitas vezes as suas construções empregam os próprios chineses devido à mão de obra barata chinesa, permitindo que as empreiteiras operem “a uma taxa de lucro mínima de 3%, ao contrário dos 15% europeus” (VISENTINI, 2014, p. 46).

Neste sentido, o aumento da presença chinesa em Moçambique tem manifestado um sentimento anti-China e anti-chineses, sob o argumento de que o país atuaria como um “novo imperialista” (RIBEIRO, 2010, 2013) em território moçambicano, que para Feijó (2012), “Trata-se de movimentos, por vezes de pendor populista, que comparam a presença chinesa na África a processos neocoloniais, responsabilizando-a pela exploração e degradação das economias locais” (Feijó, 2012, p.145). Mas o fato é que a expansão extraterritorial chinesa ao longo dos anos 2000 representa, de um lado, um momento chave do crescimento econômico chinês, que para continuar ampliando a sua acumulação interna busca fontes de matéria prima e energia para além de suas fronteiras (Ribeiro, 2010), e por outro, confirma a hipótese de que o estreitamento diplomático e a cooperação sino-moçambicana simboliza um declínio das relações diplomáticas e da importância de países e instituições Ocidentais em Moçambique, alterando assim, o equilíbrio de poder mundial (VISENTINI, 2014).

Para Bosten (2006), ambos os países estão inclinados a explorar novas formas de Cooperação que sejam benéficas para os moçambicanos empreendedores. A autora defendeu que enquanto os parceiros moçambicanos colaboram com a disponibilidade de recursos, como terras aráveis, terras ricas em recursos minerais ou trabalho, os investidores chineses dispõem de capital, conhecimento e tecnologia. Ilhéu (2010) citou que pesquisadores como Jansson and Kiala (2009) e Bosten (2006) mostraram em suas pesquisas que existem membros da sociedade civil moçambicana que estão entusiasmados com os projetos chineses devido à construção de escritórios governamentais de prestígio, e ainda afirmam que erros que foram cometidos nos estágios iniciais das suas operações foram reparados e que os chineses estão dispostos a aprender e corrigi-los rápido (Bosten, 2006). Ilhéu (2010) destacou algumas frases citadas por membros da estrutura política de Moçambique, onde:

[...] Henrique A. Banze, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, afirmou ainda IIM (2009) que “China é muito bem-vinda”; o interesse do povo moçambicano é garantido na exploração de matérias-primas “não há motivos de preocupação, em todos os acordos há cláusulas que estão sendo respeitadas e nossa principal estratégia é em primeiro lugar os interesses dos moçambicanos”. [...] Mario Machungo disse ao IIM (2009) que “o setor da construção é o mais notório para o envolvimento chinês no desenvolvimento econômico de Moçambique com efeitos e sem as condições que alguns pacotes de desenvolvimento ocidentais exigem...”. [...] [embaixador de Moçambique em China, António Inácio Junior em entrevista ao Jornal Tribuna de Macau], ele também rejeitou a ideia de que a China só está interessada em beneficiar dos recursos nacionais para o continente asiático dizendo que a cooperação bilateral tem sido mutuamente benéfica (ILHÉU, 2010, p. 56 e 57; tradução da autora).

No entanto, Ilhéu (2010), destacou também uma versão que contradiz a euforia dos moçambicanos destacados pelos pesquisadores citados no parágrafo anterior ao afirmar que:

A proporção de chineses expatriados para a população local em projetos de infraestrutura chineses em Moçambique tem sido fortemente criticada pela sociedade civil e sindicatos, e a imprensa internacional aponta-o como um contributo negativo para o emprego, uma vez que apenas 30% dos trabalhadores nestes projetos eram de Moçambique. Em 2008, O Ministério das Obras Públicas e Habitação alterou a Lei do Trabalho do país e instituiu uma cláusula obrigando as empresas estrangeiras a empregar 10 trabalhadores locais para cada trabalhador estrangeiro (ILHÉU, 2010, p. 55 e 56; tradução da autora).

Sambo (2019), por sua vez, salientou que, o IED chinês deveria beneficiar a diversificação, além de criar ligações duradouras com as economias locais para que seja possível promover a maximização do emprego e melhor transferência de conhecimento e da tecnologia. Para o autor, o caso particular do IED chinês em Moçambique, não só gera empregos residuais com baixos salários e elevada carga laboral, mas também não encoraja a transferência de conhecimento e de tecnologia. Chichava e Durán (2012) além de citar as dificuldades de relacionamento entre moçambicanos e chineses, oriundas e exacerbadas pela barreira linguística, expuseram as dificuldades em estabelecer boas relações de trabalho e em estabelecer a cooperação e intercâmbio técnicos, que resultam na desconfiança e dificuldade de aproximação entre as partes. Neste sentido, o autor salientou a ocorrência de constrangimentos que têm origem na dificuldade de comunicação entre chineses e moçambicanos. Em suas pesquisas não é difícil encontrar testemunhos de trabalhadores locais que revelaram não compreender o que os chineses falam e que também não são compreendidos por eles. Nas palavras de Chichava (2014),

Os trabalhadores moçambicanos, no entanto, vêem os chineses como gestores rudes e autoritários que pensam que as suas ideias são melhores e acreditam que trabalham mais do que os moçambicanos. Entretanto, os chineses vêem os moçambicanos como: (1) ladrões que roubam materiais e equipamentos; (2) trabalhadores preguiçosos e lentos, que não gostam de trabalhar horas extras mesmo quando lhes é prometido pagar; e (3) irresponsáveis porque, uma vez pagos no final do mês, desaparecem e só voltam depois de terem gasto seus salários, e pouco se preocupam com o sustento de suas famílias (CHICHAVA, 2014, p.4).

Ilhéu (2010) pontuou a pouca absorção de mão de obra moçambicana nas construções chinesas ao mencionar que a construção do Estádio Nacional de Futebol Zimpeto em Maputo contou com cerca de 600 trabalhadores para sua construção, sendo que 1/3 da mão de obra era chinesa. Para Bosten (2006), a contratação de recursos humanos para operar em obras chinesas

funcionam da seguinte forma: para ocupar a gestão e cargos importantes são trazidos funcionários da China, para funções menos críticas são contratados funcionários locais, neste sentido, o impacto no mercado de trabalho é menor para os trabalhadores locais e não é tão atrativo como é defendido pelos governos chinês e moçambicano. Há também evidências de que quando trabalhadores locais são contratados por empresas chinesas, estas não agem de acordo com os padrões trabalhistas moçambicanos, desrespeitando as leis e normas existentes no país. Há relatos de diferença salarial e de tratamento entre trabalhadores estrangeiros e nacionais; ausência de sistemas e equipamentos de segurança no ambiente de trabalho, resultando na ocorrência de diversos acidentes de trabalho; condições precárias de trabalho, não pagamento de subsídios de férias e horas extras que levam a descontentamento, protestos e greves; e inexistência de contratos formais de trabalho para os trabalhadores moçambicanos (CHICHAVA, 2012; NIELSEN, 2012; GARCIA, KATO e FONTES, 2012).

Chichava (2014) também apontou que projetos chineses atendem apenas às necessidades das elites e investidores chineses e não beneficia populações locais, a exemplo do investimento da *Wanbao*¹⁷, que é encarado como "apropriação de terras" por parte dos chineses. Segundo o autor, o projeto afetou cerca de 38.000 pequenos agricultores e provocou deslocamentos impulsionados pela sua construção. Mendes (2010) parece concordar com a crítica de Chichava ao afirmar que:

parte dos benefícios resultantes do envolvimento chinês vão directamente para as elites e não para as populações, não apenas porque se trata de governos centralizadores e corruptos (principalmente no caso africano) mas porque a China leva a sua própria mão-de-obra e invade os mercados locais com produtos baratos, levando à falência muitas fábricas e agravando o desemprego (MENDES, 2010, p.43).

A questão da corrupção nos projetos de construções chinesas também foi alvo de crítica de Chichava (2010). O autor indicou que empreiteiros moçambicanos têm demonstrado descontentamento com a presença de empreiteiros chineses no país, pois os concursos públicos e licitações para este setor têm sido obtidos por empresas chinesas envolvidas em esquemas pouco transparentes com as autoridades moçambicanas. Já Ilhéu (2010) além destacar que a abordagem chinesa em Moçambique ignora os abusos de direitos humanos (críticas que envolvem proteção social precária, má utilização da força de trabalho local e desrespeito aos direitos trabalhistas), também denunciou a presença de esquemas de corrupção nos contratos entre as empresas chinesas e o governo moçambicano, além do fornecimento de subsídios

¹⁷ Projeto financiado através da parceria entre a empresa Wanbao e Moçambique no qual busca aumentar a produtividade agrícola, nomeadamente a produção de arroz irrigado na região do regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza

governamentais chineses injustos às empresas chinesas, riscos para o meio ambiente e transferência de tecnologia insuficiente. Sobre essa questão, Chichava (2015) destacou:

[...] um dos traços do investimento chinês em Moçambique, são as alianças deste com as elites políticas moçambicanas, o que muitas vezes tem gerado certa controvérsia dado o facto de alguns destes empreendimentos estarem envolvidos em algumas actividades ilícitas. Entretanto, é preciso realçar que esta característica não é apenas específica ao investimento chinês. Com efeito, a aliança com o capital estrangeiro tem sido uma das fórmulas usadas pela elite política moçambicana ligada ao partido Frelimo para entrar no mundo dos negócios (CHICHAVA, 2015, p. 109).

Com relação aos ricos ambientais, Robinson (2012) destacou que as empresas chinesas que operam na África podem representar riscos para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, isso porque além da insuficiência de recursos para fiscalizar as operações chinesas, as regulamentações moçambicanas são mal aplicadas e os projetos chineses podem causar destruição acidentalmente e/ou intencionalmente ao ignorar os impactos ambientais, ou diretamente por meio de atividades como desmatamento predatório. Essa é a situação da pesca predatória e da exploração da madeira em Moçambique. Com relação ao primeiro, Chichava e Alden (2021) destacaram que navios de pesca chineses atuam de forma ilegal e descontrolada, sob o risco de agravar os danos ambientais e inclusive colaborar para extinção de espécies naturais da região. Citando o jornal Carta de Moçambique, Chivava e Alden (2021) alertaram que a atividade feita por essas embarcações aumentava o risco de dizimar a pesca local, pois verificou-se que os peixes eram capturados inclusive durante os períodos de defeso e eram utilizados equipamentos e táticas de pesca proibidas. O Porto de Pesca da Beira é um exemplo do desenvolvimento de pesca ilegal por parte de navios chineses que corre o risco de agravar os danos ambientais numa área vulnerável a desastres naturais, e que inclusive já fora atingida por dois ciclones devastadores entre 2019 e 2021. Os autores também citaram que essa situação era apoiada pelas elites políticas locais.

Na questão da madeira, por sua vez, Chichava (2010) acredita que o crescimento econômico da China fez o país se tornar um dos grandes consumidores de hidrocarbonetos e de recursos florestais. No que diz respeito especificamente à madeira, o aumento da sua exportação em direção a China é um desafio para os países africanos, pois essas regiões são mais fáceis de explorar (devido à baixa ou precária fiscalização ou até mesmo presença de governos corruptos) e não há a necessidade de empregar tecnologia de ponta. A madeira se tornou, nesse sentido, em pouco tempo no principal produto de exportação de Moçambique para a China.

Em 2006, a madeira cobria mais de 90% das exportações de Moçambique a este país asiático. Neste mesmo ano, Moçambique, ocupando o sexto lugar, fazia parte dos dez principais exportadores de madeira para a China, numa lista liderada pelo Gabão (Canby et al., 2008). Na Comunidade dos Países da África Austral (SADC), Moçambique era apenas ultrapassado pela Suazilândia (ibid). Para além de ser o principal produto de exportação para a China, a madeira também faz parte da lista dos principais produtos de exportação de Moçambique (CHICHAVA, 2010, p. 342).

Na visão de Ilhéu (2010), a extração de madeira é um dos aspectos mais problemáticos das relações sino-moçambicanas, na medida em que ocasionalmente, acusações por parte de empresas chinesas que estão explorando de forma ilegal a madeira em regiões como Zambézia, Cabo Delgado, Nampula e Niassa, são verificadas em suas pesquisas de campo. A autora, e também Chivava (2010), mencionaram que essa atividade tem o apoio, inclusive, de parte da população local, em conjunto com empresas moçambicanas e empresários chineses e membros do governo de Moçambique (ligados à elite política do país, ao partido que está no poder, e também à oposição). Nesse sentido, o governo de Moçambique, ao permitir que o país tenha se tornado um grande fornecedor de madeiras para a China, sendo elas exportadas ilegalmente como toras não processadas, gerou uma série de controvérsias no seio da sociedade moçambicana, onde organizações da sociedade civil têm-se mostrado indispostas com a forma como este recurso está sendo explorado, pois além de não contribuir com o desenvolvimento socioeconômico, o avanço da exploração ilegal pode acelerar o processo de desertificação no país, além de agravar outros problemas ambientais (CHICHAVA, 2010). Chichava (2010) mencionou que:

Em 2006, um relatório encomendado pelo Fórum das Organizações não governamentais da Zambézia (FONGZA) intitulado *A Chinese take away* e consagrado à província da Zambézia, uma das regiões mais ricas em recursos florestais, (...) afirmava que elementos ligados à Frelimo vendiam as suas licenças a estrangeiros, ganhando dinheiro sem nada fazerem. Esta situação não é específica à Zambézia, pois um pouco por todo lado são reportados casos de violação das leis (exploração de madeira para além dos limites estabelecidos por lei, exportação de madeira em toras e não processada infringindo a lei), corrupção e tráfico e contrabando de madeira. Estas situações levaram grupos de cidadãos moçambicanos a escreverem publicamente ao Presidente da República, Armando Guebuza ele próprio com interesses na madeira pedindo a sua intervenção (CHICHAVA, 2010, p. 343).

Adicionou ainda que:

É preciso salientar também que o que tem sido criticado não é o investimento em florestas em si, mas a maneira como, com a cumplicidade da elite política e estatal moçambicana, subordinada ao capital externo, este tem sido feito, sem o respeito da legislação sobre a matéria, exportando madeira não processada, explorando para além dos limites estabelecidos por lei, sem obviamente criar mais-valia senão para um pequeno grupo de privilegiados (CHICHAVA, 2015, p. 109).

O autor citou ainda que a fragilidade do Estado moçambicano é uma das causas que explicam a atuação da China no contrabando da madeira moçambicana, pois segundo Chichava (2010), faltam meios para controlar a sua exploração, vontade política (uma vez que este negócio envolve altas figuras do Estado e do partido da Frelimo e também a polícia e os serviços aduaneiros). O autor acredita ainda que o país deveria apostar numa industrialização forte do setor madeireiro combinado à legislação firme contra todo o tipo de abusos ambientais e tal fato dever ser encarado como uma prioridade pelo Estado.

Moçambique pode seguir o exemplo de alguns países africanos bastante avançados na indústria florestal, nomeadamente os Camarões. Embora nos Camarões ainda haja madeira saindo ilegalmente, a obrigação de se criar fábricas de processamento e tratamento de madeira em cada unidade de exploração florestal desde 1997 bem como a interdição de exportar madeira em toro à partir de 1999, fez da indústria madeireira camaronesa cuja floresta é considerada a segunda mais importante de África depois da floresta da República Democrática do Congo um dos sectores mais importantes da economia deste país, e muito contribuiu para reduzir a deflorestação (CHICHAVA, 2010, p.345).

No que diz respeito aos desafios e às perspectivas para as relações sino-moçambicanas, Chichava (2010) pontuou que um dos desafios que se coloca a Moçambique é que, dado que o país é um Estado fraco e sem grande capacidade de controle do seu território e das suas fronteiras, controlar o tráfico ilegal da madeira se torna um grande problema. Adicionalmente, para o autor, o país passa por um momento que os interesses particulares de pessoas ligadas à elite política local por vezes são contraditórios aos interesses nacionais e da população local e conciliar isso pode colocar em ameaça a estabilidade política do país, bem como o seu desenvolvimento.

Sambo (2019) apontou que o setor de Construção e Obras Públicas pode ser considerado como o motor da economia, e pode ser utilizado em políticas fiscais expansionistas que visem o incremento do emprego e o consequente efeito multiplicador da economia, que favorece o crescimento económico. No entanto, o autor também sinalizou que, ao olhar para as características do IED chinês, a utilização de uma política fiscal expansionista, em que o Governo aumenta os gastos públicos em construções, pode não surtir o efeito desejado dada a qualidade dos empregos que possam ser gerados e a preferência das empresas chinesas por trabalhadores chineses devido aos fatores culturais e linguísticos que funcionam como barreiras para a contratação de moçambicanos. Além disso, apontou também a limitação de aprendizagem e a transferência de tecnologia e a fraca propensão que os projetos chineses têm em gerar ligações com a economia nacional, limitando o potencial de desenvolvimento

econômico de Moçambique. Outro fator também mencionado pelo autor é que a elevada concentração em termos geográficos e setoriais dos investimentos chineses podem constituir um importante fator de vulnerabilidade de Moçambique em relação aos interesses da China. Chichava (2010) apontou que, no passado, quando a Frelimo condenou a invasão chinesa ao Vietname e não condenou a invasão soviética ao Afeganistão, Pequim agiu de forma a retirar o embaixador chinês de Moçambique, junto de uma comitiva de médicos chineses na década de 1980. Nestes termos, Sambo (2019) destaca que a elevada vulnerabilidade de Moçambique face à China pode perigar a sua soberania, e conforme salientado por Chichava (2010, p. 346), “O apoio chinês à luta contra o colonialismo não pode, pois, constituir argumento para hipotecar o futuro do país”.

Com base no que foi discutido acima e nas análises de Tembe e Xu (2013), Garcia, Kato e Fontes (2012), Nielsen (2012), foi montada uma análise *SWOT* (*Strengths, Weakness, Oportunities, Treats*) da cooperação sino-moçambicana com o objetivo de evidenciar os efeitos (positivos ou negativos), as perspectivas e as limitações da presença chinesa no país, e com o suporte desse mapeamento torna-se possível analisar e propor medidas que possam contribuir para melhorar as relações sino-moçambicanas e levar ao desenvolvimento e crescimento econômico para ambas as partes.

- i. Forças: a aproximação entre China e Moçambique promoveu e ampliou o acesso à educação de alto nível para estudantes moçambicanos via bolsas de estudos chinesas e investimentos chineses na criação de centros tecnológicos e construções de escolas em Moçambique; a melhora nas infraestruturas em Moçambique facilitou o acesso aos serviços financeiros, de transporte, hotelaria e infraestrutura básica no país; a partir da vendas de bens de consumo popular mais baratos e produzidos pela china, possibilitou o acesso desses bens à população moçambicana.
- ii. Fraquezas: Moçambique dispõe de instalações precárias para empresas chinesas operarem no país; faltam pessoas qualificadas em Moçambique para lidar com a tecnologia chinesa; há baixa utilização de mão de obra local (moçambicana) nos projetos que a China desenvolve no país; a barreira linguística impede o intercâmbio de conhecimento e técnicas entre moçambicanos e chineses; e críticas referente à baixa qualidade das obras chinesas (que podem ser frutos da falta de conhecimento específico

sobre a localidade e/ou atrelados a baixa qualidade dos insumos utilizados para construção) são persistentes¹⁸.

- iii. Oportunidades: Moçambique é visto como um grande mercado consumidor para produtos chineses; prevalência de amplo e diversificado recursos naturais existentes em Moçambique e que podem ser explorados pelo país asiático; devido ao déficit de infraestrutura causada pela guerra civil, a região se tornou oportuna para os chineses no setor de construção e conveniente para Moçambique no que diz respeito à reconstrução da infraestrutura local;
- iv. Ameaças: ambiguidade ou falta de clareza na interpretação das leis moçambicanas; entrada ilegal de chineses em território moçambicano para práticas de atividades ilícitas (como exploração ilegal de madeiras e a pesca ilegal na costa de Moçambique); a concentração de megaempreendimentos urbanísticos desenvolvidos em regiões específicas (a exemplo da capital Maputo, que concentra grande parte do IED chinês), pode provocar o aprofundamento da desigualdade regional, tornando-se um risco para o desenvolvimento territorial do país; risco de corrupção, instabilidade política e econômica; ausência de um planejamento entre as diversas vertentes do governo e de um projeto político nacional para Moçambique que favoreça o crescimento econômico em conjunto com o desenvolvimento.

O setor da construção é um setor importante e lucrativo especialmente considerando o cenário pós-guerra de uma economia emergente, como Moçambique, contribuindo para que seja uma das áreas visadas para a cooperação pela China, uma excelente porta de entrada para o envolvimento chinês. O governo de Moçambique parece estar bastante interessado em manter boas relações com a China e explorar as oportunidades oferecidas pelo governo chinês tanto em termos de projetos de construção com custos mais atrativos, como também no reequilíbrio da dependência da ajuda dos países ocidentais (BOSTEN, 2006). No entanto, como pôde-se observar ao longo deste capítulo, a relação sino-moçambicana tornou-se ao longo dos anos 2000 mais profunda e complexa. O realinhamento de Pequim às nações africanas é oriundo da necessidade urgente de recursos energéticos, como o petróleo, e de diversos tipos de matérias-primas essenciais para alimentar a fome da economia chinesa. Alguns autores resumem a abordagem da China da seguinte forma: os países africanos vendem matérias-primas à China e a China exporta produtos manufaturados. O resultado disso é o crescimento de uma balança

¹⁸ Vide publicação de Garcia, Kato e Fontes (2012): A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique e Nielsen (2012): Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconômicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique.

comercial desfavorável para muitas nações africanas, além de retardar e limitar um possível processo de industrialização nessas nações (MENDES et al., 2011).

Neste sentido, alerta-se para o questionamento feito por Mendes (2010) onde a autora indaga se o modelo de desenvolvimento chinês pode constituir uma alternativa para o mundo em desenvolvimento e se de fato as relações entre a China com o Sul global realmente são mutuamente benéficas. Para a autora, alguns fatores podem sugerir que, na prática, esta cooperação reproduz a típica relação Norte-Sul:

De facto, se a presença chinesa na África e na América Latina pode ser percebida por alguns como positiva – China enquanto parceira no desenvolvimento, transmitindo a sua experiência e o seu modelo de sucesso económico – noutros suscita visões negativas: concorrente, que não tem em conta as necessidades locais e apenas se preocupa com a obtenção de recursos a curto prazo, ou ainda um neocolonizador, com uma estratégia de longo prazo para substituir a tradicional orientação ocidental das duas regiões (MENDES, 2010, p. 43).

3.5 Indústrias sem chaminés: uma nova abordagem para o desenvolvimento territorial em Moçambique?

Esta seção tem o objetivo de discutir brevemente uma nova abordagem para promover o desenvolvimento de forma sustentável e inclusiva em Moçambique. Questiona-se, neste sentido, o papel do setor de turismo como um importante motor para o desenvolvimento e crescimento econômico através da perspectiva das indústrias sem chaminés. Ressalta-se que se trata de uma abordagem inicial, que precisará ser complementada e aprofundada em estudos posteriores.

Page e Newfarmer (2018) atribuem o termo Indústrias sem chaminés (*IWOSS-Industries without smokestacks*) como aquelas que são comercializáveis, permitem que os produtores acessem as cadeias de valor global e também contribuem com elasticidade-renda da demanda mais alta do que as exportações tradicionais. Além disso, as IWOSS também podem oferecer alto valor agregado por trabalhador (relativo à produtividade média de toda a economia), tem forte capacidade de mudança tecnológica e, uma vez que essas indústrias se beneficiam da economia de aglomeração, podem empregar um grande número de trabalhadores de baixa ou média qualificação. Nesse sentido, um projeto desenvolvimentista que utiliza a abordagem da indústria sem chaminé pode ser uma alternativa atraente no território moçambicano, pois pode se tornar uma solução (ou parte dela) para os problemas relativos ao desemprego/ emprego informal na atualidade (que atinge cerca de 17.5% da população¹⁹) e no futuro, dado a o seu crescimento populacional ascendente, conforme tabela 3, capítulo 1.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/noticias/dados-do-iof-servirao-de-base-para-avaliacao-da-pobreza>>

Dessa forma, Page (2020) destaca quatro tipos de IWSS potenciais no âmbito dos países africanos: i) agro processamento e horticultura; ii) serviços empresariais, de tecnologia e comunicação; iii) transporte e logística; iv) turismo. Daly e Gereffi (2018) definiram turismo a partir de dois conceitos. O primeiro trata-se do turismo de lazer, que são viagens (internacionais ou não) para fins de lazer e se subdividem em: visitas às praias, práticas de *surf*, turismo ambiental ou ecológico, turismo cultural, gastronômico, esportivo e outros. Por outro lado, quando o turista decide viajar por motivos estritamente profissionais, como visitar clientes, discutir e analisar oportunidades de investimento, participar de conferências e etc., os autores classificaram essa atividade como turismo de negócios. Para Daly e Gereffi (2018) e Cruz e Mafambissa (2018), a indústria do turismo é considerada um importante motor de crescimento econômico devido à capacidade de diversificar a economia, seu potencial de expansão das exportações, geração de emprego e renda e aprendizado de novas habilidades. Em Moçambique, o número de chegadas de turistas em 2019 foi de 2 milhões de visitantes e o setor gerou 324 milhões de dólares, representando cerca de 2% do seu PIB (BANCO MUNDIAL, 2022). A tabela 6 mostra a evolução do setor em Moçambique ao longo dos anos 2000. Embora o turismo tenha crescido ao longo do tempo, pode-se considerar que este setor tem capacidade de incrementar ainda mais a sua participação no PIB moçambicano.

Tabela 6 - Evolução do Turismo em Moçambique 2001-2019

Ano	Número de Turistas	Receita	% do PIB	Receita por Turista
2019	2.030.000	324M \$	2.1 %	159 \$
2018	2.870.000	331M \$	2.2 %	115 \$
2017	1.510.000	164M \$	1.2 %	108 \$
2016	1.720.000	114M \$	0.96 %	66 \$
2015	1.630.000	202M \$	1.3 %	124 \$
2014	1.750.000	225M \$	1.3 %	128 \$
2013	1.970.000	228M \$	1.3 %	116 \$
2012	2.210.000	224M \$	1.4 %	102 \$
2011	2.010.000	171M \$	1.2 %	85 \$
2010	1.84.0000	135M \$	1.2 %	74 \$
2009	1.710.000	217M \$	1.8 %	127 \$
2008	1.440.000	213M \$	1.7 %	148 \$
2007	1.260.000	182M \$	1.7 %	145 \$
2006	1.100.000	145M \$	1.6 %	132 \$
2005	954.000	138M \$	1.6 %	145 \$
2004	711.000	96M \$	1.3 %	135 \$
2003	726.000	106M \$	1.7 %	146 \$
2002	943.000	65M \$	1.1 %	69 \$

Fonte: World Data, 2019

No que diz respeito aos setores envolvidos nesta atividade, o turismo conta uma variedade de bens e serviços prestados pelos mais diversos setores, como transportes, alojamento, agências de viagens, atrações turísticas, gastronômica, cultural e outros. Nesse sentido, múltiplos atores participam desse mercado em expansão (PAGE, 2020). O quadro 6 destaca os tipos de empregos gerados no setor e mostra as qualificações exigidas para cada ocupação. Como pode-se observar, o turismo pode gerar empregos que não exigem alto nível de qualificação profissional, como funcionários de restaurantes e bares, guias locais e motoristas/ serviços de *transfer*. É importante ressaltar a importância das duas últimas ocupações, pois devido ao desconhecimento geral dos turistas internacionais sobre o continente africano, a fraca sensação de segurança em regiões específicas e dificuldades associadas à organização de transporte doméstico e outros serviços de forma independente, essas ocupações podem ser requisitadas no cenário africano (DALY e GEREFFI, 2018).

Quadro 6 - Principais perfis de trabalho e níveis de habilidade nas cadeias de valor do turismo

Posição	Descrição do cargo	Nível de habilidade de educação	Treinamento
<i>Global Tour Operator</i>	Fabricantes e atacadistas. Eles compram serviços de fornecedores individuais e os transformam em produtos de turismo de lazer.	Certificação técnica/Bacharelado grau para proprietário ou gerente	Médio/ Alto
Operador de turismo	As operadoras de turismo podem agregar serviços domésticos e vender para intermediários de distribuição estrangeiros.	Ensino médio/ ensino técnico	Médio/Alto
Agente de viagens	Varejistas que vendem em grande parte pacotes turísticos.	Programa de certificação/educação técnica	Médio
Gestão de Hospedagem	Responsável pelas operações hoteleiras, orçamentos, supervisão dos padrões de qualidade, contratação e treinamento, etc.	Bacharelado/ GestãoTreinamento	Médio/Alto
Agentes de companhias aéreas	Responsável por vendas e atendimento ao cliente, incluindo reservas, <i>check-in</i> e bagagem perdida.	Ensino médio completo ou em exercício/ Treinamento	Médio
Recepção de Hospedagem	Responsável pelo <i>check-in</i> e <i>check-out</i> , <i>feedback</i> dos clientes e assistência e gestão de reservas e atribuição de quartos.	Diploma técnico ou programa de certificado/treinamento no trabalho	Médio
Funcionários do restaurante/bar	Operam restaurantes locais e fornecem serviços de atendimento aos clientes.	Diploma técnico ou programa de certificado/treinamento no trabalho	Médio/ Baixo
<i>Retail</i>	Oferecem produtos turísticos como artesanato e souvenirs para os turistas.	Sem educação formal/treinamento no trabalho	Médio/ Baixo
Guias Locais	Conduzem excursões locais	Ensino técnico/ treinamento no trabalho	Médio/ Baixo
Motoristas	Responsáveis pelo transporte de visitantes de e para aeroportos, hotéis e sites.	Sem educação formal/treinamento no trabalho	Médio/ Baixo
Serviço de limpeza	Responsáveis pela limpeza, preparação do quarto, lavanderia.	Sem educação formal/treinamento no trabalho	Médio/ Baixo

Fonte: Daly and Gereffi, 2018, p. 72

Destacam-se três motivos fundamentais que configuram uma excelente oportunidade para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria do turismo em Moçambique: i) trata-se

de uma nação onde população majoritariamente encontra-se, quando empregada, em empregos informais e/ou de agricultura de subsistência. Neste sentido, o setor de turismo poderia contribuir para absorver essa população em diversas atividades que não necessitam de qualificação profissional; ii) Moçambique possui uma costa que conta com diversas praias, baías e lagoas, condições naturais, biodiversidade e diversidade cultural para atrair turistas de lazer; iii) as infraestruturas chinesas criadas em Moçambique (pontes, estradas, alojamentos, redes de saneamento, construção de barragens, aeroportos e etc.) e a disposição dos chineses em continuar a investir nessas construções contribuem para melhorar a infraestrutura básica local, que é um pré-requisito para acolher os turistas e proporcionar melhores experiências de turismo (CRUZ e MAFAMBISSA, 2016). Além disso, destaca-se ainda que, dado o fortalecimento das relações sino-moçambicanas, o governo chinês listou Moçambique como um dos destinos de férias para a sua população, incentivando-os a visita-lo para fins de lazer. Cruz e Mafambissa (2016) realizaram um estudo e identificaram as potencialidades turísticas existentes em cada região de Moçambique, conforme mostra o quadro 7. Segundo dados do INE (2021) somente a Cidade de Maputo concentrou cerca de 41% dos turistas em Moçambique, seguido de Inhambane com cerca de 20% ambas províncias localizadas em regiões costeiras, no sul do país. O dado mostra uma grande disparidade entre as demais regiões que podem, segundo Cruz e Mafambissa (2016), também oferecer grandes potenciais turísticos.

Quadro 7- Potencial turístico em Moçambique por províncias moçambicanas

Região	Província	Potencial Turístico
Região Norte	Cabo Delgado; Nampula; Niassa; Zambézia	Os alvos turísticos concentram-se no seu potencial costeiro (praias, ilhas) e no ecoturismo, assente nas características naturais selvagens da região, com influências culturais distintas. O Norte possui áreas protegidas, como o Parque Nacional, Arquipélago das Quirimbas, Ilha de Moçambique, Reserva do Niassa e Lago Niassa. Atividades de ecoturismo como observação de aves e atividades lacustres serão desenvolvidas em áreas remotas do Niassa e Cabo Delgado.
Região Centro	Sofala; Manica; Tete	As iniciativas turísticas assentam no desenvolvimento do ecoturismo e das férias de praia e sol. Possui também áreas protegidas, incluindo o Parque Nacional da Gorongosa (ideal para ecoturismo e férias de safari) e Cahora Bassa.
Região Sul	Maputo; Cidade de Maputo; Gaza; Inhambane	As possibilidades incluem férias na praia e esportes aquáticos, mergulho, safáris oceânicos, ecoturismo e atividades culturais. As suas áreas de reserva incluem a Área de Conservação Transfronteiriça do Limpopo (ecoturismo), a Reserva Especial Maputo- Província (ecoturismo), Inhaca e Bazaruto (sol, areia e mar), Inhambane (cultura e mergulho) e Cidade de Maputo (cultura e entretenimento).

Fonte: Cruz e Mafambissa (2016)

A discussão sobre como o turismo pode contribuir para o desenvolvimento de Moçambique mostra que há muitas oportunidades e também desafios a serem superados para

tornar o país um destino mundial. Enquanto PIB per capita, bom serviço de infraestrutura e de comunicação, estabilidade política e econômica e urbanização são considerados fatores positivos para estimular o turismo, outros fatores como altos índices de criminalidade, preços de hotéis e passagens aéreas, requisitos de visto, má hospitalidade, falta de estradas ou voos de conexão são considerados negativos. O primeiro grande desafio a ser superado para promover e melhorar o setor de turismo em Moçambique está relacionado ao alto custo das viagens aéreas para a África Subsaariana. Os altos preços das passagens aéreas tornam-se um problema quando reduzem a competitividade de seus destinos turísticos e afastam potenciais visitantes da região. Segundo Page (2020), há um pequeno número de companhias aéreas operando no continente africano, como: Air France, British Airways, Brussels Airlines, Emirates, KLM, SWISS e o continente é atendido apenas por 4% dos assentos de serviço aéreo programados no mundo. Segundo Cruz e Mafambissa (2016), desde o final dos anos 2000, Moçambique está aberto a várias empresas de transporte aéreo internacional. Atualmente, sete companhias aéreas internacionais voam para Maputo ou outras cidades do país. Os desafios para o governo moçambicano, neste contexto, são o aumento da concorrência no mercado de voos domésticos e a redução das tarifas cobradas pela companhia aérea nacional moçambicana (LAM) que necessita melhorar a qualidade dos seus serviços para atingir os padrões internacionais (CRUZ e MAFAMBISSA, 2016). Os serviços de alojamento e serviços gastronômicos (como restaurantes e bares) também mostraram problemas que devem ser superados. Com relação aos serviços de alojamento, Page (2020) argumentou que existem cerca de 390.000 quartos de hotel em toda África, dos quais apenas 10% atendem aos padrões internacionais, e destes, a África do Sul tem cerca de metade do estoque de acomodações de padrão internacional da região. Por outro lado, os serviços hoteleiros (restaurantes e bares) sofrem com a falta de inovação e pouca produtividade (métodos de preparo mais rápido, melhor preparação da comida, controle de temperatura, menos desperdício, atendimento mais rápido e flexível).

A fim de reduzir as ineficiências do setor de turismo sinalizadas por Page (2020), Daly e Gereffi (2018) e Cruz e Mafambissa (2016), propõe-se políticas públicas que objetivam:

- i) Melhorar as conexões regionais (dentro do país) e internacionais. Para Cruz e Mafambissa (2016), o governo precisa focar na reabilitação e construção de estradas e ferrovias que ligam a região e também abrir o mercado para empresas de transporte rodoviário de passageiros e carga. Esta estratégia poderá aumentar a concorrência em Moçambique, a qualidade dos serviços e reduzir os custos para os consumidores;
- ii) Melhorar a formação de competências: o governo moçambicano deve desempenhar um papel fornecendo mecanismos e bolsas de estudo em gestão, hotelaria, serviços

tecnológicos, ensino de língua estrangeira e etc. para estudantes nacionais em que não possuem recursos para financiar seus estudos;

- iii) Para alcançar potenciais visitantes em todo o mundo, é necessário melhorar a infraestrutura (foco em serviços de internet e serviços móveis) e comunicação e *marketing* para projetar Moçambique como potencial turístico com operadoras de turismo e clientes globais;

No âmbito da relação sino-moçambicana, o bom relacionamento com o país asiático pode beneficiar Moçambique, uma vez que a China é um dos principais mercado emissor de turistas no mundo (DALY e GEREFFI, 2018). A China, além de listar Moçambique como destino turístico de férias, pode apoiar e promover a interconectividade e o intercâmbio cultural entre chineses e moçambicanos, inclusive, o Fórum Macau – discutido na seção 3.1 – pode contribuir como uma excelente plataforma para projetar Moçambique como destino de férias para chineses e para a população de países lusófonos.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou responder a seguinte questão: Poderia se pensar que os investimentos chineses na construção de megaprojetos de infraestrutura podem atuar como propulsores de crescimento econômico e contribuir promovendo o desenvolvimento produtivo e social em Moçambique? Partiu-se então de duas hipóteses essenciais para responde-la. A primeira é de que os megaprojetos atuam como um meio para atrair investimentos em grandes centros urbanos e a segunda é de que os megaprojetos, por criar um efeito dinamizador na economia, podem ampliar as vagas de empregos e gerar renda para a população e o local receptor destes investimentos.

Foi definido como objetivo principal deste estudo identificar os principais efeitos econômicos e sociais relacionados à implementação de megaprojetos de infraestrutura chineses no território moçambicano, analisar as dinâmicas econômica e social de Moçambique no pós Guerra Civil, apresentar a literatura nacional e internacional sobre megaprojetos, desenvolvimento e subdesenvolvimento, estudar as características da presença chinesa em Moçambique, especialmente na construção e reconstrução de infraestrutura e analisar se a proposta de indústrias “sem chaminés” pode ser um caminho de inclusão social e desenvolvimento econômico em Moçambique. Para alcançar esses objetivos, foi adotada a metodologia de pesquisa de revisão bibliográfica, análise documental, extração e análise de dados econômicos e sociais e construção de tabelas para identificação dos resultados obtidos.

Ao longo desta pesquisa foi possível concluir que os principais desafios de Moçambique na atualidade são o combate à pobreza e extrema pobreza, controle da instabilidade política em Moçambique – especialmente na região norte –, criação e manutenção de empregos para a população moçambicana e a necessidade de promover uma mudança na estrutura produtiva de Moçambique, pois uma vez que o país possui uma característica típica de países subdesenvolvidos ao concentrar suas exportações em commodities energéticas e agrícolas e importação de produtos de alto valor agregado, além de dificultar o desenvolvimento de indústrias nacionais e por conseguinte avançar no processo de industrialização, o país se torna cada vez mais dependente do mercado internacional (onde os preços das commodities são definidos), aumentando a sua vulnerabilidade e instabilidade econômica, o que pode limitar o seu desenvolvimento sustentável e de longo prazo.

Ademais, pode-se concluir, ao longo da investigação, que esses desafios enfrentados por Moçambique, não são ocasionados por um fenômeno específico recente, sendo eles problemas históricos que se arrastam desde o período colonial e não causa, mas consequência do longo período de guerra civil, das marcas do colonialismo e da disputa pelo poder de

Moçambique. A questão da fome, pobreza e extrema pobreza são também resultado no padrão de desenvolvimento adotado pelo país, que continua a aprofundar-se na especialização de commodities e pouco dinamiza a sua estrutura produtiva e social. Para superar essa condição, o governo moçambicano deverá primeiro promover uma ruptura estrutural profunda em termos econômicos, sociais e políticos.

Dessa forma, respondendo à questão norteadora desta pesquisa, embora a nação africana tenha experimentado um rápido crescimento econômico no início dos anos 2000 esse crescimento não foi acompanhado de desenvolvimento. Não foi possível constatar a melhora na qualidade de vida, o acesso a empregos de qualidade e formais e nem mesmo as inúmeras construções chinesas voltadas para reconstrução da infraestrutura nacional trouxeram benefícios para a população local.

A respeito da discussão sobre megaprojetos, as principais conclusões que são possíveis extrair são que embora o conceito de megaprojetos proposto por Flyvbjerg (2014), que se concentra no conceito de megaprojetos como empreendimentos de grande escala e orçados em US\$ 1 bilhão ou mais, para o caso moçambicano classificar os projetos chineses levando em consideração apenas seu aspecto orçamentário não faz sentido. Isto porque as infraestruturas construídas no país podem ser caracterizadas como megaprojetos, embora muitas delas não se enquadrem na definição proposta pelo autor, pois questões como a complexidade, a atenção pública e/ou política concentrada nessas construções, a utilização de tecnologia de ponta, as mudanças e os impactos ocasionados na estrutura social (impactos sociais, ambientais e na qualidade de vida da população) devem também ser critérios essenciais que devem considerados para classificar uma construção como megaprojetos ou não.

Ademais, uma vez que Moçambique carece de infraestrutura, a construção de grandes empreendimentos que tem a capacidade de gerar renda e emprego e que podem impactar a região onde eles serão construídos, independentemente do valor monetário do seu orçamento, pode ser caracterizado por um megaprojeto devido ao seu valor transformacional.

Com relação à aproximação chinesa em território moçambicano, observou-se que embora existam registros de chineses no país desde o período colonial, a China ter fornecido apoio diplomático e suporte militar ao movimento de libertação durante a luta pela independência de Moçambique, foi ao longo dos anos 2000 que a relação sino-moçambicana ganhou uma maior dimensão. Pode-se concluir que o FOCAC e o Fórum Macau foram as principais e importantes plataformas utilizadas para promover a cooperação e o diálogo da China com Moçambique e outros países africanos e, no caso do Fórum Macau, com os países lusófonos. Cada fórum tem sua peculiaridade e importância e o *modus operandi* como Pequim

se relaciona com os países integrantes varia de acordo com os seus interesses sobre esses territórios.

Por exemplo, pode-se dizer que através do FOCAC, a China garante a sua presença em todo território africano através dos acordos multilaterais com essas nações. No FOCAC são discutidos assuntos econômicos, diplomáticos, ajuda humanitária, investimentos em África etc. Contudo, trata-se de um fórum que reúne mais de 50 nações heterogêneas culturalmente e economicamente e eventualmente a comunicação pode em algumas ocasiões ser um obstáculo. O Fórum Macau, por sua vez, por reunir apenas países de língua portuguesa torna o diálogo muito mais próximo por dois motivos: os idiomas oficiais neste fórum são o português e o mandarim e o fórum reúne 10 países (incluindo a China) e não 50. Neste fórum não somente os assuntos econômicos e de ajuda humanitária são discutidos, mas um conjunto de temas relacionados a promoção da cultura lusófona, formação e qualificação de profissionais, assuntos empresariais, culturais e etc. fazem parte da agenda do Fórum, tornando-o muito mais dinâmico. Nesse sentido, se bem aproveitado, o Fórum Macau tem muito a oferecer para melhorar e fortalecer a relação sino-moçambicana.

A pesquisa também apontou que a intenção chinesa em liderar o Terceiro Mundo e se reaproximar de Moçambique deve-se a ambição de garantir acesso a fontes de abastecimento de energia, matérias-primas e mercados através do aprofundamento das relações comerciais, diplomáticas e aumento do fluxo de investimentos, concessão de empréstimos com taxas mais atrativas, cancelamento de dívidas e cooperação econômica e social. Para isso, é interessante ressaltar que as duas principais estratégias adotada pelo governo Chinês em Moçambique é a utilização de *soft power* com a China se apresentando muito mais como um parceiro que busca desenvolver Moçambique, do que impor regras à nação e também o fato da China possuir uma grande oferta de mão de obra barata possibilitando que Moçambique acesse inúmeras infraestruturas com preços mais competitivos. Palavras como solidariedade, cooperação, benefícios mutuamente compartilhados estão presentes no discurso chinês voltado para o desenvolvimento na África, embora esta pesquisa tenha mostrado as intencionalidades e o jogo de interesses por trás delas.

É possível concluir que o déficit de infraestrutura causada pela guerra civil e a luta pela libertação do país tornou oportuna para investidores, empreiteiros chineses e o governo chinês a expansão dos investimentos no país, o que é conveniente para Moçambique, na medida em que o país começa a acessar diversas construções modernas e infraestrutura local com custos atrativos, além de reduzir a dependência da ajuda dos países ocidentais a partir do aprofundamento de uma nova forma de Cooperação (Cooperação Sul-Sul). Destacam-se dois

resultados desta cooperação a ideia de que os países podem compartilhar de forma mútua ganhos e benefícios e a redução da ajuda dos países ocidentais, que implica na redução da necessidade de seguir as regras impostas por eles resultando em ganho de autonomia pelas nações africanas.

Esta pesquisa apontou que a ideologia de que a construção de megaprojetos em uma região resulta em benefícios para a localidade, como a criação de empregos e geração de renda, pode não se concretizar. O caso moçambicano revelou exatamente o contrário dessa afirmativa, pois foi constatado que a população local era contratada apenas para serviços com baixa qualificação, onde cargos e salários eram menores e as melhores posições com melhores remunerações e/ou posições de liderança/estratégicas eram direcionadas para trabalhadores chineses. Além disso, ao anunciar a construção de um empreendimento chinês em Moçambique, esses empreendimentos estão atrelados às cláusulas contratuais onde é exigido a contratação de um mínimo de trabalhadores chineses durante as obras e o impacto real sobre o nível de emprego para os moçambicanos se mostrou limitado.

Outro ponto a destacar sobre a cooperação sino-moçambicana é a existência de uma clássica relação que remete à períodos coloniais e uma relação característica entre países desenvolvidos x subdesenvolvidos. A ideia é que a China, ao praticar a pesca ilegal e a exploração da madeira em Moçambique, recebe os ganhos oriundos a essa prática e à Moçambique resta os danos ambientais resultantes dela, como a desertificação florestal, extinção de espécies de peixes e o agravamento de outros impactos ambientais. Alerta-se, dessa forma, para uma nova face do imperialismo econômico da China na África (RIBEIRO, 2010 e 2017), e um “neocolonialismo” chinês em Moçambique.

Neste sentido, ao final deste trabalho, procurou-se questionar de que forma Moçambique poderia alcançar o desenvolvimento igualitário, de longo prazo e sustentável. Fez-se então uma breve introdução acerca das indústrias sem-chaminés e como o setor de turismo pode ser uma alternativa para desenvolver a nação. Embora os resultados iniciais tenham destacado que o país tem potencial para o desenvolvimento do turismo como um setor estratégico devido a sua capacidade de absorção de mão de obra de trabalhadores altamente ou pouco qualificados, capacidade de geração de renda, capacidade de se conectar com outros setores (transportes, alojamento, operadores turísticos, agências de viagens, serviços de gastronomia e etc.) e devido ao fato de Moçambique contar com belas praias, baías, lagoas, condições naturais, biodiversidade e diversidade cultural, há a necessidade de buscar mais dados e aprofundar os estudos para de fato concluirmos se este seria um bom caminho para promover o desenvolvimento de Moçambique, pois barreiras como a baixa integração regional

do país com outros países africanos e outras regiões no mundo resultam em alto custo de passagens aéreas que podem afastar potenciais visitantes.

Além disso, existe também a dificuldade em encontrar acomodações que atendem aos padrões internacionais e a ineficiência de serviços turísticos, como restaurantes e bares, podem limitar as oportunidades do país tornar-se um destino turístico a nível mundial. Com relação a este ponto, seria necessário um esforço do governo moçambicano em montar um planejamento estratégico para desenvolver o setor, que ainda se encontra deficitário.

Como resultado desta investigação, identificou-se a necessidade de complementar esta pesquisa com novos estudos sobre a relação da China com os países de língua portuguesa, e como o país asiático está atuando nessas regiões, seu papel, suas intenções e os efeitos sociais e econômicos. Paralelamente, identificou-se também uma oportunidade para aprofundar os estudos e trazer para discussão como as indústrias sem chaminés podem atuar e colaborar para o desenvolvimento sustentável e inclusivo na África, seguindo as metas estabelecidas na agenda 2030 no que tange o combate à pobreza e extrema pobreza, bem estar, trabalho decente e crescimento econômico, redução da desigualdade, preservação da vida terrestre, marítima e meio ambiente como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, N. **The Age of Megaprojects**. Project Syndicate, 2015, Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/g20-infrastructure-investment-by-nancy-alexander-2015-07>> Acesso em: 20/10/2021.

Alves, A. C. **The Zambia–China Cooperation Zone at a Crossroads: What Now?** South African Institute of International Affairs (SAIIA), policy briefing, 41, 2011.

Alves, A. G. M. P. **Os interesses econômicos da China na África**. Boletim de Economia e Política Internacional, n. 1, p. 25-32. jan./mar. 2010.

Balago, R. **Com apoio da China, Moçambique abre maior ponte suspensa da África**. Folha de S. Paulo, publicado em 09/11/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/com-apoio-da-china-mocambique-abre-maior-ponte-suspensa-da-africa.shtml>> Acesso em 15/03/2022.

Banco de Moçambique. **Balança de Pagamentos**. Boletim Anual, Maputo, Ano 17, n. 19, 2020, p. 1-73.

Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos SA. **China ajuda Moçambique na promoção da interconectividade**. BANCO MAIS MOÇAMBIQUE, publicado em 31/10/2017. Disponível em: <<https://www.bancomais.co.mz/news/china-financia-construcao-do-aeroporto-de-xai-xai-em-mocambique>> Acesso em 15/03/2022.

Banco Mundial. **Base de dados**. Acesso em 01 de setembro de 2021. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>

Barbosa, V. T. **Relações Sino-Africanas: o envolvimento chinês em Moçambique em perspectiva**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência Política, Recife, 2021.

Bielschowsky, R. **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – uma resenha**. In: Bielschowsky, R. (org.) *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

Borja, B. **A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado**; Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; 2013.

Bosten, E. **China's Engagement in the Construction Industry of Southern Africa: the case of Mozambique**, Paper for the Workshop: Asian and Other Drivers of Global Change, St. Peterburg, Russia, January 19-21, 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A Crise Financeira Global e Depois: Um novo Capitalismo?** Revista Novos Estudos 86, 2010.

BRICS Policy Center. **Fórum de Cooperação China-Africa.** Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/forum-de-cooperacao-china-africa-focac/>> Acesso em: Fev/2022.

BRICS Policy Center. **Fórum de Cooperação Econômica e Comercial China- Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau).** Disponível em: <<https://bricspolicycenter.org/forum-para-a-cooperacao-economica-e-comercial-entre-china-e-paises-de-lingua-portuguesa-forum-de-macau/>> Acesso em: Out/ 2022.

Brito, L. De. **A FRELIMO, o Marxismo e a construção do Estado Nacional 1962 1983.** Edição IESE, Maputo, 2019.

Cabaço, J. L. de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação.** Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Capka, R. J. **Megaprojects – They Are a Different Breed. Public Roads.** Public Roads, vol. 68, no. 1, p. 2-9, 2004.

Cardoso, F. J. **Contextos geopolíticos de Moçambique até o fim da Guerra Fria.** 2020. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4933/1/Janus_20_1_26_FJC.pdf>

Cardoso, F. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico.** 1º ed., Jundiaí, São Paulo, Paco, 2018.

CARMODY, P.; OWUSU, F. **A expansão da china para a África: interesses e estratégias.** In: LEÃO, R. P. F.; PINTO, E. C.; ACIOLY, L. (orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília : Ipea, 2011.

Cau, H. S. **A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil.** Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, niversidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

Cavalcante, L. R. M. T. **Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

Centre for Chinese Studies. **China's Interest and Activity in Africa's Construction and Infrastructure Sectors: A research undertaking evaluating China's involvement in Africa's construction and infrastructure sector.** Centre for Chinese Studies, Stellenbosch University, 2006.

Charles, A. J.; Sá, L. A. C. M **Cartografia Histórica da África - Mapa cor de Rosa**. Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, Belo Horizonte: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, v. 1. p. 1-16, 2011.

Chichava, S. **Armando Guebuza e a pobreza em Moçambique**. Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social, IESE, Maputo, Boletim nº 12, 2009.

Chichava, S. **Chinese Agricultural Investment in Mozambique: the Case of Wanbao Rice Farm**. Policy Brief, No. 02/2014, China Africa Research Initiative (CARI), School of Advanced International Studies (SAIS), Johns Hopkins University, Washington, DC, 2014. Disponível em: <<http://www.sais-cari.org/publications-policy-briefs>>

Chichava, S. **Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010)**. In: Chichava, S.; Chichava, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique-China em perspectiva*. Maputo: IESE, p. 33-48, 2012.

Chichava, S. **Investimento chinês em Moçambique: características e tendências**. In Castel-Branco, C. N.; Massingue, N.; Muianga, C. **Questões sobre o desenvolvimento produtivo em Moçambique**. IESE, Maputo, 2015.

Chichava, S. **Moçambique na rota da Chia: uma oportunidade para o desenvolvimento**. In Brito, L.; Castel-Branco, C.; Chichava, S.; Francisco, A.; (orgs.). *Desafio para Moçambique, 2010, 1ª*, Maputo, IESE, p; 337-352.

Chichava, S. **Mozambique and China: from politics to business?** Discussion Paper, nº 05/2008, IESE Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, 2008.

Chichava, S.; Alden, C. **China's Port Expansion in Africa: the cases of the Beira Fishing Port and LAPSSET Port Project**. Council on Foreign Relations, 2021. Disponível em: <<https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/08/cfr-china-africa-ports-alden-chichava.pdf>>.

China Global Investment Tracker. **Base de dados**. Acesso em 12 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>

CRI. **China ajuda Moçambique na promoção da interconectividade**. Portuguese CRI (Rádio Internacional da China), publicado em 26/04/2019. Disponível em: <<http://portuguese.cri.cn/audioonline/economy/411/20190426/281163.html>> Acesso em: 15/03/2022.

Crosby, P. **Shaping mega-projects: practical steps for success**. CSIRO Astronomy & Space Science, Australia, 2014.

Cruz, A. S.; Mafambissa, F. J. **Industries without smokestacks: Mozambique country case study**. WIDER Working Paper, No. 2016/158, ISBN 978-92-9256-202-1, The United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), Helsinki, <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2016/202-1>, 2016.

Cuco, A. F. **FRELIMO: de um movimento revolucionário a partido político**. Revista NEP (Núcleo de Estudos Paranaenses), Curitiba, vol. 2, n.2, 2016, p. 137-152.

Da Costa, E. J. M. **Arranjos produtivos locais, políticas públicas e desenvolvimento regional**. IDESP–Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010, Cap. 4.

Daly, J.; Gereff, G. **Tourism Global Value Chains and Africa**. In Newfarmer, R.; Page, J.; Tarp, F. 'Industries without Smokestacks: Industrialization in Africa Reconsidered'. Oxford University Press, 2018.

Duarte, S. C.; Figueiredo, C. A. S. **A luta armada em Moçambique e a construção de uma nação**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2020.

Durán, J. & Chichava, S. **Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi. A história de um 'presente' chinês a Moçambique..** In: Chichava, S.; Alden, C. (Org). **A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva**. Maputo: IESE, 2012, p. 143-188.

Ekman, S. **Mito e realidade: o envolvimento chinês no sector agrícola de Moçambique**. In: Chichava, S.; Alden, C. (Org). **A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva**. Maputo: IESE, p. 99-124, 2012.

Eliassen, I. E. **Chinese Investing: Saving the zambian têxtil and clothing industry**. Centre for Chinese Studies. Stellenbosch. South Africa, 2012.

Feijó, J. **Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: uma análise comparativa de discursos de entidades governamentais, de um blog e de trabalhadores moçambicanos de Maputo**. In: Chichava, S.; Alden, C. (Org). **A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva**. Maputo: IESE, p. 143-188, 2012.

Flyvbjerg, B. **Design by deception: The politics of megaproject approval**. Harvard Design Magazine, p.50–59, 2005.

Flyvbjerg, B. et al. **Big decisions, big risks: Improving accountability in mega projects**. International Review of Administrative Sciences, vol. 64, no.3, p. 423–440, 2002.

Flyvbjerg, B. **Policy and Planning for Large Infrastructure Projects: Problems, Causes, Cures**. World Bank Policy Research, 2005.

Flyvbjerg, B. **What You Should Know About Megaprojects and Why: Na Overview.** Project Management Journal, vol. 45 no.2, p.6–19, 2014.

Fórum China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/forum-de-macau/>> Acesso em: 26/09/2022

Fórum China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). **Empresa chinesa constrói porto em Moçambique para escoar minério.** Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa, publicado em 18/08/2021. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/empresa-chinesa-constroi-porto-em-mocambique-para-escoar-minerio/>> Acesso em 01/03/2022.

Fórum China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). **Papel de Macau como Plataforma.** Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/papel-de-macau-como-plataforma-2/>> Acesso em: 05/10/2022.

Fórum China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). **Reunião Extraordinária Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.** Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Publicado em 10/04/2022. Disponível em: <<https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/reuniao-extraordinaria-ministerial-do-forum-para-a-cooperacao-economica-e-comercial-entre-a-china-e-os-paises-de-lingua-portuguesa/>> Acesso em: 05/10/2022.

Forum China-Africa Cooperation (FOCAC). **Chinese community in Mozambique donates supplies to people affected by floods.** Disponível em: <http://www.focac.org/eng/zfgx_4/rwj1/202303/t20230302_11033868.htm> Publicado em: 02/03/2023. Acesso em: mar/2023.

Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC). Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/>> Acesso em: Fev/2022.

Furtado, C. **Teoria Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968.

Garcia, A. S.; Kato, K.; Fontes, C. **A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique.** Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), 2012.

Garcia, F. P. **China's economic presence in Mozambique.** Revista Estudos Internacionais, vol. 8, n. 3, p. 110-127, Belo Horizonte, 2020.

Gellert, P. K. & Lynch, B. D. **Megaprojects as displacements. International Social Science Journal.** vol. 55, no. 175, p.15–25, 2003.

Harvey, D. **O novo imperialismo.** São Paulo, Editora Loyola, 2003.

Hirschman, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958).

Horta, L. **China's Relations with Mozambique: A Mixed Blessing.** Center for Strategic and International Studies. Publicado em: 01/04/2008. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/china%E2%80%99s-relations-mozambique-mixed-blessing#:~:text=Mozambique%20is%20positive%20on%20China,never%20provided%20by%20western%20nations>> Acesso em: 11/03/2021.

Ilhéu, F. **The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique.** Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, n. 84, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

Instituto Nacional de Estatística (INE). **Base de dados.** Acesso em: 30 de agosto de 2021. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/>>

Instituto Nacional de Estatística (INE). **Dados do IOF servirão de base para avaliação da pobreza.** 2020. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/noticias/dados-do-iof-servirao-de-base-para-avaliacao-da-pobreza>> Acesso em: 15/11/2021.

Instituto Nacional de Estatística (INE). **Estatísticas do Turismo.** 2021. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-sectoriais/turismo/estatisticas-do-turismo-2022.pdf>> Acesso em: 15/11/2021

Isaacman, A. & Isaacman, B. **Mozambique from colonialism to Revolution 1900-1982.** (1983). Published by Westview Press, Inc. Colorado, United States of America.

Jansson, J. & Kiala, C. **Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique.** Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2009.

Kamwanga, J. & Koyi G. **Impact of China-Africa Investment Relations: the case of Zambia.** African Economic Research Consortium, November 2009.

Karingi, S.; Pesce, O.; Sommer, L. **Regional Opportunities in East Africa.** In Newfarmer, R.; Page, J.; Tarp, F. 'Industries without Smokestacks: Industrialization in Africa Reconsidered'. Oxford University Press, 2018.

Leslie, A. N. **Zambia and China: Workers' Protest, Civil Society and the Role of Opposition Politics in Elevating State Engagement.** African Studies Quarterly, vol. 16, Center for African Studies, University of Florida, 2016.

Lewis, W. A. **Desarrollo Económico com oferta ilimitada de mano de obra**. El Trimestre Económico, Vol. 27, No. 108(4), pp. 629-675, 1960 [1954].

Lewis, W. A. **The State of Development Theory**. The American Economic Review, Vol. 74, No. 1 pp. 1-10, 1984, [1955].

Libânio, G. & Castigo, J. C. **Regional Inequality and the persistence of poverty in Mozambique, explained from the perspective of the vicious circle of poverty**. Brazilian Journal of African Studies, Porto Alegre, vol. 6, n. 11, 2021, p. 33-59.

Locke, J. **Dois tratados sobre o governo**. 1º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2020, (Caps 1, 2, 7, 8 e 9).

Looy, J. van de. (2006). **Africa and China: a strategic partnership?**. Working Paper, (67). Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/12883>.

Lopes, B. F.; Nascimento, D. C.; Vadell, J. Al. **Focac: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana**. Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Carta Internacional, vol. 8, nº 2, 2003, p.81 a 99.

Maloa, J. M. **O lugar do marxismo em Moçambique: 1975-1994**. Revista Espaço Acadêmico, n. 122, 2011.

Mantega, G. **Modelos de Crescimento e a Teoria do desenvolvimento Econômico**. EAESP/ FGV/ NPP – Núcleo de Pesquisas e Publicações, 1998.

Massangaie, A. T. **A Política Externa de Moçambique e sua inserção no processo de Integração Regional na África Austral**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Medeiros, C. A. de. **A China como um duplo polo na economia mundial e a recentralização da economia asiática**. Revista de Economia Política. v. 26 n. 3, p.381-400, São Paulo, julho/setembro 2006.

Medeiros, C. A. de. **A Economia Política do desenvolvimento recente na China**. Revista de Economia Política. V. 19, n. 3. 1999b.

Mendes, C. **A China e a Cooperação Sul-Sul**. Revista Relações Internacionais, Lisboa, nº. 26, 2010, p. 39-46. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n26/n26a03.pdf>. Acesso em: 02/10/2022.

Mendes, C. **A China e a Cooperação Sul-Sul**. Relações Internacionais 26 2010. p. 39-46.

Mendes, C. **A Relevância do Fórum Macau: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa**. Instituto da Defesa Nacional, série 5ª, nº 134, pp. 279-296, 2013.

Mendes, C. **Asia in Lusophone Africa**. 2017. In Raposo, P.; Cornelissen, D. Routledge Handbook of Africa-Asia Relations. Editora Routledge, 2017, (pp. 321-324).

Mendes, C. **Dinâmicas regionais da política energética chinesa: Ásia Central, África e América Latina**. In Zhongguo Yanjiu. Revista de Estudos Chineses. Instituto Português de Sinologia, 2009.

Mendes, C. **Macau in China's relations with the lusophone world**. Rev. Bras. Polít. Int. 57 (Edição Especial), 2014, (pp. 225-242). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201400214>>

Mendes, C. **O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa: Balanço de uma Década**. Revista Rua Larga – Especial Oriente, 2014.

Mendes, C. **Temos capacidade para reunir a massa crítica dedicada à Ásia**. Revista Plataforma Lusofonia. Disponível em <https://www.plataformamedia.com/2020/11/19/carmen-amado-mendes-temos-capacidade-para-reunir-a-massa-critica/#:~:text=O%20CCCM%20%C3%A9%20o%20%C3%BAnico,de%20Portugal%20e%20do%20estrangeiro> Acesso em: 21/01/2023.

Mendes, C.; Magnólia, A. **A China e África em ascensão: trajetórias mutuamente reforçadas ou novas dependências?** Nota Introdutória, Relações Internacionais, março, 2020, (pp. 5-12). Disponível em: <<https://doi.org/10.23906/ri2020.65a01>>

Mendes, C.; Marques, J. L. S.; Matias, J. C.; Cardoso, D.; Zumpano, P. S.; Rodrigues, H.; **“One Country, two systems” Formula: the role of Macau in China's relations with the European Union and the Portuguese speaking countries**. Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, oficina nº 369, 2011.

Mendonça, M. G. **Impactos dos Interesses Petrolíferos nas Relações Comerciais China-África**. (2011). Sankofa Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana, São Paulo, Ano IV, n. 7 (pp. 87-103).

Ministério dos negócios estrangeiros e cooperação. Disponível em: <<http://www.minec.gov.mz/>>. Acesso em 10/21.

Moçambique. **Projecta-se construção da 2ª ponte sobre o Rovuma**. Portal do Governo de Moçambique, publicado em 09/10/2015. Disponível em: <

<https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Projecta-se-construcao-da-2a-ponete-sobre-o-Rovuma>> Acesso em 10/03/2022.

Mondlane, E. **Lutar por Moçambique**. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1975.

Munhoz, S. **Imperialismo e anti-imperialismo, comunismo e anticomunismo durante a Gerra Fria**. Revista Esboços, Florianópolis, v.3, n. 36, 2017, p. 452-469.

Mwanawina, I. **China-Africa Economic Relations: The Case of Zambia**. Paper, African Economic Research Consortium (AERC), Nairobi, 2008.

Nascimento, A. **A lusofonia para além dos afectos e dos adornos as premissas de um (possível saber partilhado)**. Revista Relações Internacionais, setembro, 2007, p. 125-132.

Newfarmer, R.; Page, J. **Industries without smokestacks – industrialization in Africa reconsidered**. WIDER Policy Brief, UNU-WIDER, vol. 2/2018, 2018.

Newfarmer, R.; Page, J.; Tarp, F. **Industries without Smokestacks and Structural Transformation in Africa: Overview**. In Newfarmer, R.; Page, J.; Tarp, F. 'Industries without Smokestacks: Industrialization in Africa Reconsidered'. Oxford University Press, 2018.

Nielsen, M. **Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconómicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique**. In: Chichava, S.; Alden, C. (Org). **A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva**. Maputo: IESE, p. 61-80, 2012.

Njal, J. **Chinese Aid to Education in Mozambique**. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). IESE Conference Paper, nº 24. 2012. Disponível em: <https://www.iese.ac.mz/~iesecmz/lib/publication/III_Conf2012/IESE_IIIConf_Paper24.pdf>

Oliveira, G. C. **O Estado e a inserção ativa na economia: a estratégia de desenvolvimento económico da China**. Revista de Economia, v. 34, n. 3, 2008.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Human Development Report 2020**. United Nations Development Programme UN Plaza, New York, NY 10017 USA, 2020.

Othman, A. A. E. **Challenges of mega construction projects in developing countries** in Organization, technology and management in construction. An international journal, vol. 5, no.1, p. 730-746, 2013.

Ouriques, H. R.; Schmidt, G. B. **Presença da China na África: maldição ou benção?** Revista de Desenvolvimento Económico, Salvador, v. 17, n. 31, p.37- 48, jan. 2015.

Page, J. **Industries without smokestacks Firm characteristics and constraints to growth**. Africa Growth Initiative, Brookings, nº23, 2020.

Pereira, R. P. **A nova política da China em África**. Observatório da China, Relatórios Internacionais, 2006. Disponível em: < [f.pdf \(observatoriodachina.org\)](f.pdf(observatoriodachina.org))>

Poulantzas, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1977, (p. 183-248).

Prebisch, R. **O desenvolvimento econômico latino-americano e alguns de seus principais problemas**. In Bielschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da Cepal. Rio de Janeiro, Record, v1, 2000 [1949].

Prebisch, R. **Por uma nova política comercial em prol do desenvolvimento**. In *Bielschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro, Record, vol. 1, 2000 [1964].

Prebisch, R. **Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico**. In *Bielschowsky, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro, Record, vol. 1, 2000 [1952].

Rawls, J. **Uma teoria da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997, (cap. 2).

República de Moçambique. **Proposta do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019**. Maputo, 2015. Acesso em: 15 de outubro de 2021. Disponível em: < <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Documents/Planos-e-Programas-de-Governacao/Plano-Quinquenal>>

Ribeiro, V. L. **A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

Ribeiro, V. L. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova fase do Imperialismo econômico**. Rio de Janeiro: OIKOS, v. 9, n. 2, p. 13-35, 2010.

Ribeiro, V. L. **A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI**. Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, v. 5, n. 1, p. 121-140, 2017.

Robinson, D. **The Political Economy of China in Africa: The case of Mozambique**. Portuguese Journal of Foreign Affairs, no. 6, 2012.

Rodrigues, A. de Oliveira & Migon, E.X. F. G. **Do Acordo Geral da Paz (1992) às eleições gerais em 1994: o processo de paz conduzido em Moçambique**. Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, v.8, n.16, 2019, p.277-302.

Roque, P. C. **China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study**. SAIIA Occasional Paper, n. 23, China in Africa Project, 2009.

Roque, P.; Alden, C. **China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração.** In: Chichava, S.; Alden, C. (Org). **A Mamba e o Dragão: relações Moçambique-China em perspectiva.** Maputo: IESE, p. 11-32, 2012.

Rosenstein-Rodan, P. **Problems of industrialization of Eastern and South-eastern Europe.** London, University College, 1943.

Rousseau, Jean-Jacques. **Do contrato social: princípios do direito político.** Tradução de Antonio P. Machado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, Coleção Saraiva de Bolso, (Livro primeiro e livro terceiro).

Rysdyk, J. **A política externa chinesa para África: uma análise dos casos de Sudão e da Nigéria.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010, p. 17-48.

Sader, E. **Que anos foram aqueles.** Revista Teoria e Debate – Especial 1968, 2008.

Sambo, M. G. **Panorama, reflexões e desafios do IDE da China em Moçambique no contexto dos BRICS.** Desafios para Moçambique, 2019.

Saraiva, J. F. S. **Moçambique em Retrato 3x4: Uma pequena brecha para a política africana no Brasil.** In Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2007) o Brasil no mundo que vem aí, Seminário: África — Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, p. 209-241.

Schiere, R. & Rugamba, A. **Chinese Infrastructure Investments and African Integration.** Working Paper Series (WPS), Development Research Department of the African Development Bank, no. 127, 2011. Disponível em: < <http://www.afdb.org/>>

Servant, J.C. **China's trade safari in Africa.** Le monde diplomatique. Publicado em: 05/2005. Disponível em: <<https://mondediplo.com/2005/05/11chinafrica>> Acesso em: 10/03/2021.

Silva, A. M. **MEGAPROJETOS, CONFLITOS E PROCESSO DECISÓRIO – a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte.** Universidade de Coimbra, Tese de Doutorado, 2015.

Silva, R. D. “Relações Intergovernamentais na China: características e trajetória recente.” In: Capacidades governamentais em governos estaduais: ensaios atuais sobre o federalismo brasileiro. 1ed. Brasília: IPEA, 2014, v. 1, p. 20-40, 2014.

Singer, H. W. **O mecanismo do desenvolvimento econômico.** In AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (eds). **A Economia do Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro. Forense.

Singer, H. W. **The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries.** In Papers and Proceedings of the Sixty-second Annual Meeting of the American

Economic Association. *Journal The American Economic Review*, Vol. 40, No. 2, pp. 473-485, 1950.

Soares, C. **China entrega Estádio Nacional a Moçambique**. Rádio França Internacional, publicado em 17/01/2011. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/pt/africa/20110117-china-entrega-estadio-nacional-mocambique>> Acesso em 28/03/2022.

Sousa, J. T. **Eduardo Mondlane e a luta pela independência de Moçambique**. *In* Comunidades Imaginadas Nação e Nacionalismo em África, 2008.

Southern African Research and Documentation Center. **Mozambique strengthens links with China**. Publicado em: 12/02/2007. Southern African Research and Documentation Center. Disponível em: <<https://www.sardc.net/en/southern-african-news-features/mozambique-strengthens-links-with-china/>> Acesso em: 11/03/2021.

Swyngedouw, E.; Moulaert, F.; & Rodriguez, A. **Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy**. Editorial Board of Antipode, Oxford, UK, 2002.

Tembe, P. E. & XU, K. **China-Africa Economic Cooperation: Chinese Companies Contributions to African Development – The Cases of Mozambique and Angola**. *Research in World Economy*, vol. 4, n. 2, School of Economics & Management, Southeast University, Nanjing, China, 2013.

The Economist. **More than minerals: Chinese trade with Africa keeps growing; fears of neocolonialism are overdone**. The Economist. Publicado em: 23/03/2013. Disponível em: <<https://www.economist.com/middle-east-and-africa/2013/03/23/more-than-minerals>> Acesso em: 10/03/2021.

United Nations Conference Trade and Development (UNCTAD). **General Profile (Mozambique)**. Banco de dados. Disponível em <<https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/en-GB/index.html>> 31 de agosto de 2021.

United Nations Geospatial Information Section. Publicado em 28 de julho de 2020 Disponível em: <[mozambiq.pdf \(un.org\)](#)> Acesso em: abril/2022.

United Nations, **2020 International Trade Statistics Yearbook**, vol. 1, New York, 2021.

Visentini, P. F. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia E Relações Internacionais**, v. 3, n. 5, p. 41-68, 2014.

Visentini, P. F. **As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia**. Editora Unesp, 1ª edição, 2012.

Wan, F. **Ajuda externa da China em África: quais as intenções?**. Deutsche Welle, publicado em 10/05/2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/ajuda-externa-da-china-em-%C3%A1frica-quais-as-inten%C3%A7%C3%B5es/a-43732452>> Acesso em 15/03/2022.

Wang, Jian-Ye. **What Drives China's Growing Role in Africa?**, Working Paper, n. 07/211, International Monetary Fund, August 2007.

Wase, H. C. A. **Diplomacia e política externa em Moçambique: estudo de caso do governo Joaquim Chissano (1987-2005)**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

Wethal, U. **Beyond the China fator: Challenges to backward linkages in the Mozambican construction sector**. The Journal of Modern African Studies, vol. 56, Issue 2, p. 325-351, Cambridge University, 2018.

Wethal, U. **When China Builds Africa Linking construction projects and economic development in Mozambique**. Tese (Doutorado) – Center for Development and the Environment, Department of Sociology and Human Geography, Faculty of Social Services, University of Oslo, 2018.

World Data. **Tourism in Mozambique**. 2019. Disponível em: <<https://www.worlddata.info/africa/mozambique/tourism.php#:~:text=Mozambique%20recorded%20a%20total%20of,the%20world%20in%20absolute%20terms.>> Acesso em: Dez/ 2022.

Zhou J. & HE W. **Chinese Cooperation in Mozambique and Angola: A Focus on Agriculture and Health**. BPC Papers, vol. 2, n. 03, Rio de Janeiro, 2014.